

UNIVERSIDADE DO PORTO

REVISTA
DA
FACULDADE DE LETRAS

HISTÓRIA

II SÉRIE • VOL. XI • PORTO • 1994

COLÓNIAS, FORTIFICAÇÕES,
LUGARES MONUMENTALIZADOS.
TRAJECTÓRIA DAS CONCEPÇÕES SOBRE UM TEMA
DO CALCOLÍTICO PENINSULAR(*)

por Susana Oliveira Jorge (**)

1. Colónias e povoados fortificados: breve história destes conceitos no quadro do pensamento arqueológico peninsular do séc. XX

1.1 “Colónias” e “feitorias”: o problema da mudança e da transmissão cultural segundo a Arqueologia histórico-cultural

A noção de “colónia”, atribuída aos povoados fortificados calcolíticos peninsulares de “tipo Los Millares” remonta, como se sabe, a Siret (1908, 1913, 1948). No entanto, tal noção, ainda que com variantes, sobreviveu ao longo de todo o séc. XX no vocabulário de muitos arqueólogos que se debruçaram sobre o Calcólítico ibérico.

(*) Lição dada no âmbito das provas de Agregação em Pré-história e Arqueologia, na Faculdade de Letras da U.P., em Março de 1994

(**) Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras (U.P.)

Essa noção pressupõe genericamente a migração para a Península Ibérica (inicialmente para o Sudeste), durante o III.º milénio a. C., de populações provenientes do Mediterrâneo oriental (a partir de diversos focos originários, consoante os autores) em busca do metal, particularmente o cobre. A migração destas populações para ocidente, apelidadas, em regra, de “pequenos grupos de prospectores de metal”, ficaria arqueologicamente documentada em inovadoras arquiteturas domésticas defensivas — povoados providos de muralhas, torres e bastiões — as quais espelhariam um clima de afrontamento decorrente de uma agressiva implantação estrangeira em meio indígena. As “colónias” seriam a expressão mais visível da inserção nem sempre pacífica de grupos tecnológica e socialmente mais desenvolvidos do que as comunidades contemporâneas ibéricas. Alguns autores fariam ênfase no facto de que a construção destes povoados fortificados se correlacionaria com outras inovações também de origem mediterrânica oriental: para além da metalurgia do cobre, a edificação de sepulcros em falsa cúpula e o fabrico de alguns artefactos raros constituiriam a “prova material” da chegada à Península Ibérica, durante o Calcolítico, de populações mediterrânicas portadoras de novos conhecimentos, riqueza e poder. A sua simples presença teria promovido profundas modificações na estrutura social dos grupos ibéricos.

Ao longo de todo o séc. XX os defensores do modelo difusionista (v. sobre este assunto Hernando Gonzalo, 1988; Martínez Navarrete, 1989) adoptaram quer uma atitude activa em prol das “migrações populacionais” (teoria colonial desenvolvida pela maioria dos autores), quer uma atitude relativamente ambígua que advogava a existência de “imprecisas relações étnicas ou comerciais” com o Próximo Oriente, as quais iludiam o reconhecimento da explícita chegada e permanência de grupos exteriores à Península.

No primeiro caso (teoria colonial) estarão, entre muitos outros, Blance (1961, 1971), Serrão (1961, 1979), Savory (1969), Sangmeister (1960, 1964, 1975) e Schubart (1969, 1971), Schüle (1969, 1980, 1986), Kunst (1990; no prelo), Gonçalves (1989, 1994), Parreira (1990; no prelo). No segundo caso, o dos difusionistas que não utilizam tão explicitamente a “versão colonial”, estarão, entre muitos outros também, G. e V. Leisner (1943, 1951, 1956, 1959, 1965) — que sempre defenderam uma espécie de “difusionismo orientalista matizado” —, Ana Maria Muñoz (1983), Fernández-Miranda (1985) ou, no caso português, por exemplo, Pinto e Parreira (1979).

Se Blance introduziu o tema das “colónias” como “sítios isolados, fortemente defendidos, situados num meio culturalmente estranho”, foi Savory que definiu o perfil dos colonizadores. Estes seriam retratados

como “uma família nobre ou real com os seus artesãos dependentes”, em busca do metal. Assim, do Próximo Oriente, mais propriamente do Egipto, não viriam apenas arquitecturas ou artefactos, mas teria sido transplantada toda uma organização social e militar. Schüle, na continuação de posições anteriores desde os anos 60, protagonizou, nos anos 80, uma acérrima defesa da teoria colonial, tendo no entanto a precaução de substituir o termo “colónia” pela expressão “primeiros núcleos de prospectores.” Segundo este autor, a colonização calcolítica da Península ter-se-ia operado em três fases. Durante a segunda fase, os “colonos” provenientes, por via marítima, do Próximo Oriente, ter-se-iam instalado nas proximidades de estuários marinhos, explorando as minas de cobre do interior e mantendo-se numa posição estratégica vigilante relativamente à eventualidade de possíveis agressões provenientes do mar. Durante a terceira fase ter-se-ia dado a grande expansão dos “colonos” da costa para o interior, incrementando-se as chamadas “fortalezas terciárias”, situadas ao longo de “caminhos naturais”, como, por exemplo, Cerro de la Virgen.

Diga-se que, se Blance reconhece deficiências no seu sistema explicativo, por ausência de “provas empíricas irrefutáveis”, Savory e Schüle, embora admitindo dificuldades nas respectivas argumentações, aderem ao modelo colonial através da exposição exaustiva de “explicações *ad hoc*”. Neste sentido, as posições destes últimos autores são paradigmáticas da metodologia histórico-cultural que enforma a versão mais ortodoxa da teoria colonial.

Um outro grupo de autores constrói uma alternativa vocabular ao termo “colónia”. Sangmeister e Schubart são os primeiros arqueólogos extra-peninsulares a defender a designação de “feitoria” aplicada aos povoados fortificados calcolíticos, pretendendo atenuar, assim, algumas das debilidades óbvias do modelo de Blance, sobretudo no que toca à desvalorização da forte componente indígena em todo o processo cultural definido. Sendo Schubart e Sangmeister os escavadores do povoado do Zambujal — cujo estudo é ainda hoje uma referência emblemática da investigação pré-histórica de campo na Estremadura portuguesa — não puderam ignorar aquilo que reconheceram como sendo um “processo de aculturação” entre indígenas e “estrangeiros”. Zambujal, como outros povoados fortificados peninsulares, seria, para os citados arqueólogos alemães, um local de intercâmbio do mineral, ocupado, é certo, por colonizadores, mas cujas particularidades se deviam a uma relação muito próxima entre estes e as populações locais. Tais contactos explicariam as especificidades das “feitorias” peninsulares relativamente às suas origens no Próximo Oriente. A posição de Schubart e Sangmeister erguia-se, assim, mais na defesa da teoria colonial do que na sua consolidação. Os argumentos utilizados continuavam a não esclarecer “as condições de

aplicação do modelo colonial”. Algo que, pela mesma época, parecia imprescindível a um arqueólogo peninsular. De facto, Arribas (1967) insistia na necessidade de se comprovar a teoria colonial através da interpretação dos contextos culturais de “colonizadores” e “colonizados” no seu conjunto. Advertência que, para o tempo, era, no quadro da arqueologia peninsular, obviamente inovadora.

Nos finais da década de 80, e inícios da década de 90, a teoria colonial é reactivada através de um interessante processo de miscigenação teórica e metodológica. M. Kunst utiliza os recentes resultados de estudos paleo-ambientais orientados para a reconstituição da linha de costa atlântica na época calcolítica, particularmente na Estremadura portuguesa, com o fim de estabelecer uma estreita correlação entre a localização de povoados fortificados (como Zambujal, V.^a N.^a de S. Pedro, Leceia, Alcalar, Los Millares, etc.) e o seu fácil acesso ao mar. Estes sítios seriam, num quadro explicativo neo-colonial, locais estrategicamente implantados para funcionar como “plataformas giratórias” de comércio entre a Península Ibérica e outras paragens do Mediterrâneo. Alguns destes povoados, como o do Zambujal, localizado no cruzamento de três vias naturais de comunicação, são entendidos por Kunst como “lugares centrais”, no interior de uma “rede hierárquica de povoamento”. O Zambujal controlaria e defenderia uma importante passagem entre o mar e o interior, a fim de garantir um “corredor” desimpedido para o comércio, sobretudo do cobre, prata e ouro, mas também de outros produtos extra-peninsulares como o marfim e conchas marinhas. Kunst defenderá também a “complexidade” da estrutura social e do povoamento de sítios do “tipo Zambujal”. As arquitecturas fortificadas estariam ligadas não só à defesa, como à ostentação de grupos mais poderosos e “complexos” no seio de comunidades indígenas. Esta última posição, aliás, assemelha-se bastante à de Schüle (1986), quando este autor se refere à “função intimidatória” das fortificações coloniais.

A metodologia de Kunst é clara: manuseia novos dados empíricos, explora o estudo das “condições locais” que teriam favorecido a emergência de específicos “lugares centrais” destinados ao comércio com o Mediterrâneo, para melhor contextualizar as motivações, necessidades e mecanismos operativos dos colonizadores. A Kunst se deve uma primeira tentativa para esclarecer “as condições de aplicação do modelo colonial” através da procura, no terreno, de “dados empíricos”, que o autor pretende adequar à confirmação e revitalização da teoria colonial.

Entre os arqueólogos portugueses desta última fase, ainda defensores do modelo colonial, contam-se V. Gonçalves e R. Parreira. O primeiro tem advogado uma explicação colonial clássica para a emergência de algumas fortificações imponentes, tais como Vila Nova de S. Pedro,

Leceia, Zambujal ou, obviamente, Los Millares. A novidade da argumentação estará no facto do autor incluir sítios de aparentemente menor complexidade arquitectónica, como Santa Justa ou Monte da Tumba, num outro contexto calcolítico, de feição indígena, e, desta forma, desarticular a unidade cultural até então atribuída à categoria de “fortificação calcolítica”. É certo que já outros autores (por exemplo, Pellicer 1986) haviam sugerido a hipótese de distinção entre “fortificações indígenas” e “fortificações coloniais”. Mas em Gonçalves tal distinção constitui o eixo explicativo de um modelo de evolução cultural durante o Calcolítico no Sul de Portugal. Esse modelo contempla a possibilidade de coexistência e interacção de diversos “calcolíticos” com ritmos próprios de mudança. Aceita ainda um padrão generalizado de confronto intercomunitário de que decorreria a necessidade de construção dos diversos tipos de fortificações. Independentemente da natureza da argumentação global, ela não ultrapassa o nível elementar das explicações difusionistas tradicionais no que respeita ao eventual “calcolítico de cariz colonial”, nem fornece pistas para a identificação das possíveis interacções entre os supostos colonos (“navegadores mediterrânicos arribados ao estuário do Tejo”) e os indígenas.

Finalmente, R. Parreira é um curioso caso de eclectismo intelectual. Não fosse a explícita valorização de “contactos estabelecidos através de mercadores com comunidades mediterrânicas e que possibilitaram a apropriação de conhecimentos diferentes (...)” (1990, p. 29) e estaríamos face a uma postura de pendor funcionalista-processual. Na verdade, o autor insiste em que as novas estruturas sociais calcolíticas resultaram da convergência de uma “dinâmica de transformação interna” (na qual se visualiza um quase determinismo ecológico na relação proposta entre espaço/ povoado/ recursos) e dos chamados “estímulos externos”, veiculados através de contactos com mercadores mediterrânicos polarizados pelo comércio do metal. Sintonizando com M. Kunst, R. Parreira adere à designação de “lugares centrais” para nomear os povoados fortificados, entendidos como “locais estratégicos na captação de recursos” mineiros (e outros), muitas vezes com fácil acesso ao mar, que armazenam e escoam produtos de vária natureza (1990). Este investigador caracteriza ainda a fortificação calcolítica como “uma arquitectura de combate então em voga por todo o mundo mediterrânico”, não apenas ligada à defesa, mas também ao “prestígio e símbolo de poder” (1990, p. 35). A posição de Parreira é paradigmática das mais recentes perspectivas difusionistas neo-coloniais: ela tenta encontrar argumentos através de uma contextualização possível dos locais atribuídos ao processo colonizador. Mas ao fazê-lo, todos os “dados” encontrados parecem funcionar automaticamente como homologantes do modelo colonial. É como se

não fosse possível reabordar alternativamente o passado. A teoria é circular e inverificável fora dela própria.

Como explicar a sobrevivência da teoria colonial (que se integra, no caso das ideias que acabamos de referir, dentro de uma perspectiva histórico-cultural), em plena década de 90, no quadro multifacetado do pensamento arqueológico do final do século, certamente não desconhecido por qualquer dos autores que a defendem?

Como é facilmente reconhecido, a teoria colonial, sobretudo nas suas versões mais ortodoxas, enquadra-se numa perspectiva histórico-cultural. Assume de forma clara uma concepção particularista histórica, em que “cada cultura é produto de uma sequência única de desenvolvimento, na qual a difusão desempenha um papel fundamental no desencadeamento da mudança.” (Trigger, 1992, p. 147). A mudança cultural deve-se, assim, a factores externos, que operam por difusão de valores entre culturas interconectadas. Neste quadro de pensamento as culturas são vistas como globalmente estáticas, e reconhecidas arqueologicamente através de recorrências materialmente padronizadas em áreas definidas, também designadas “províncias culturais”.

O modelo colonial, aplicado ao Calcolítico ibérico, interpretou a emergência de arquitecturas domésticas defensivas, associadas a outro tipo de inovações no campo tecnológico e ritual, como produto da chegada à Península Ibérica de grupos socialmente mais complexos provenientes do Próximo Oriente. Identificou assim as “inovações arqueológicas” como sinais de mudança nos comportamentos sociais, e explicou-as através de um mecanismo de migração/ difusão. Para tornar minimamente credível tal modelo explicativo, precisou de objectivar a motivação dos referidos movimentos populacionais e recorreu ainda a algumas comparações arqueográficas para comprovar a verosimilhança de tal processo migratório.

No entanto, Renfrew (1967) salientou que a teoria colonial nunca dispôs de instrumentos irrefutáveis para explicar tais movimentações humanas. Por um lado, a busca do metal ibérico nunca foi confirmada empiricamente, nem sobretudo se conseguiu alguma vez correlacionar a “necessidade” das fortificações com a busca ou o intercâmbio sistemático do cobre. Hoje sabemos, aliás, que alguns povoados fortificados foram construídos numa época e em contextos em que o metal nunca foi manipulado. Por outro, o recurso aos “paralelos formais” (tipologias arquitectónicas e artefactuais) entre a Península Ibérica e o Próximo Oriente, desde sempre se mostrou débil, a ponto de tal debilidade ser repetidamente mencionada pelos próprios defensores do modelo colonial, no reconhecimento (tácito ou explícito) de uma fraqueza inerente ao seu próprio modelo explicativo.

De facto, não foram encontrados até hoje na Península, e em particular nas chamadas “colónias” ou “feitorias”, os tão desejados “materiais importados”, prova indiscutível de uma verdadeira migração e, sobretudo, de uma “indesmentível” transplantação para a Península Ibérica de diferentes e mais complexas estruturas sociais e simbólicas. De resto, é visível, em certos autores (por ex., Fernández Miranda, 1985), o desconforto que este vazio de “dados empíricos” provoca, a ponto daquele investigador ter adoptado uma postura ambígua, substituindo “migração” por “difusão de ideias”, “relações comerciais ou outras”, “mecanismos difusores moderados” para justificar os elos ausentes (ou não observados), mas “pressentidos” como “necessários” e, por isso mesmo, “inevitáveis”, no quadro explicativo difusionista.

Todavia, dizer que a teoria colonial nunca dispôs de instrumentos irrefutáveis para explicar-se a si própria (Renfrew, 1967) é pensar segundo um ângulo pouco adequado à própria teoria. Esta desvaloriza o estudo interno de cada cultura, a não ser naquilo que serve para a “retratar” arqueologicamente. A “identidade” desta, ou a sua relação com outras “culturas”, não precisam assim de ser “provadas”, num contexto de validação de “dados” empíricos. Desta forma, a vitalidade e a sobrevivência da teoria colonial deve-se, em parte, ao facto dela prescindir de uma real contrastação empírica, segundo os moldes científicos modernos. Mesmo quando se duvida da credibilidade dos paralelos tipológicos ou da verosimilhança das motivações sociais encontradas para justificar “migrações”, continua-se implicitamente a acreditar na possibilidade quase incontornável de “contactos” e “influências” (isto é, interconexões culturais), mesmo que tais expressões nos remetam para processos arqueologicamente invisíveis ou teoricamente inconsistentes. Ao contrário do que possa parecer, a utilização de expressões caras à “Arqueologia espacial”, como “lugar central” ou “hierarquia de povoamento”, no quadro de estudos que pretendem “contextualizar” (e desta forma legitimar) o “programa colonial” (Kunst, 1990, no prelo), vem mostrar à evidência quanto os “dados”, num determinado contexto de uso, servem quaisquer “teorias” de referência. A Arqueologia normativa apropria-se de novos vocabulários e sobrevive com novas metodologias científicas (Micó, 1991).

A noção de “colónia calcólica”, com as suas variantes de “feitoria” e “lugar central”, impõe uma visão hegemónica do passado: não recorre à validação empírica em bases exaustivas, mas tão só aos dados que selecciona, e, concomitantemente, limita a capacidade de abordar esse mesmo passado de forma alternativa. Neste sentido, tal noção aparece estrategicamente adequada à construção de uma perspectiva única, estática, rígida, e tendencialmente autoritária, do passado.

1.2 *Os povoados fortificados calcolíticos no âmbito da “Nova Arqueologia” e das perspectivas marxistas. A questão da “complexidade”*

Segundo J. Barrett (1994a), a Arqueologia processual encara a *sociedade* como “um sistema organizacional heterogéneo” (o que pressupõe a noção de “complexidade interna”) e a *mudança* como ocorrendo através de “reajustamentos nos princípios organizativos internos” (pp. 157-158). Será esta nova concepção de sociedade (heterogénea e complexa) que a “Nova Arqueologia” pretenderá “reconstituir” através da aplicação de um corpo de teoria estritamente arqueológica, interessado em inferir o comportamento humano a partir da observação de “dados empíricos”. Independentemente do valor de tal metodologia, retenhamos apenas o interesse da “Nova Arqueologia” em saber como operavam e mudavam as sociedades pré-históricas numa óptica exclusivamente materialista.

Como se sabe, entre a “Nova Arqueologia” e a Arqueologia marxista existem intersecções múltiplas. Movimentando-se ambas num contexto globalmente materialista, baseiam-se numa visão evolucionista da mudança cultural e tentam compreender as regularidades do comportamento humano através da validação de “dados” arqueológicos. Contudo, como Trigger (1992) bem acentuou, existe uma marcada diferença entre as duas perspectivas ao nível dos factores que determinam a mudança. Para a “Nova Arqueologia”, sobretudo nas suas formulações mais ortodoxas, a mudança é propiciada por “factores que se situam fora do sistema cultural” (pressão demográfica, condicionalismos tecnológicos e ambientais), “tratando os seres humanos como vítimas passivas das forças que se encontram fora do seu conhecimento e controlo.” (Trigger, 1992, p. 304). Para o materialismo dialéctico “a causa principal das transformações culturais ocorre dentro do terreno social, onde toma a forma de competição no controlo do poder entre os diferentes grupos da mesma sociedade.” (Trigger, *ib.*, p. 304). Deste modo, a “Nova Arqueologia” encarna várias formas de determinismo demográfico e ecológico, as quais são obviamente minimizadas na abordagem marxista tradicional.

Embora a evolução destas duas perspectivas ao longo das décadas de 70 e 80 tenha vindo a esbater diferenças, no âmbito das arqueologias neo-marxista e processual-cognitiva, a verdade é que o impacto destas novas abordagens ainda não se fez sentir de forma clara nos programas interpretativos da Arqueologia ibérica. Em consequência, as abordagens alternativas à Arqueologia histórico-cultural no que respeita ao Calcolítico ibérico, e em particular o tema das “colónias”, circunscrevem-se em regra a *posturas relativamente ortodoxas* adentro da “Nova Arqueologia” e do materialismo dialéctico.

A refutação da teoria colonial pelas correntes neo-evolucionistas obrigou a um “olhar para dentro” das sociedades pré-históricas ibéricas. Seguindo esta via, a maior parte dos investigadores da Pré-história ibérica advoga hoje uma vaga *explicação autoctonista* para as transformações ocorridas durante o Calcolítico. Desde Arribas (1977, 1986), A. Maria Muñoz (1983, 1986, 1993, no prelo), Germán Delibes e Fernández Miranda (1993), G. Delibes *et alii* (no prelo), até, por exemplo, J. L. Cardoso (1989, 1994 e 1995), todos estes autores rejeitam as “migrações” ou mesmos os “processos difusionistas moderados” para justificar as fortificações, o metal, os novos sepulcros e rituais ou ainda a designada “intensificação económica” e a “hierarquização da sociedade”. De referir ainda que “mudanças” mencionadas são tomadas em regra em bloco, e que algumas delas transitaram da “teoria colonial” para as teorias autoctonistas sem qualquer descontinuidade conceptual. Os autoctonistas caracterizam-se basicamente por um certo eclectismo explicativo onde predominam, ainda que nem sempre de forma explícita, orientações de tipo funcionalista-processual. Relativamente aos povoados fortificados, estes continuam a ser tomados em bloco como sítios de defesa, ainda que com preocupações “ostentatórias” (Delibes e Fernández Miranda, 1993).

Um outro grupo de investigadores desenvolveu ao longo das décadas de 70 e 80 estudos explicitamente funcionalistas/processuais ou marxistas, destacando-se em primeiro lugar os que incidiram sobre o Sudeste espanhol. Referimo-nos particularmente a Chapman (1975, 1981, 1982, 1985 e 1991), Ramos Millán (1981), Mathers (1984), Gilman (1976, 1981 e 1987), Gilman e Thornes (1985). Como salientam Hernando Gonzalo e Vicent García (1987) os investigadores acima citados interpretam o Calcolítico do Sudeste como uma “consequência de progressivos reajustamentos na relação de troca de energia entre os grupos humanos e o meio.” (Hernando Gonzalo & Vicent García, 1987, p. 25). O que distingue as teorias concorrentes são os “mecanismos concretos desses reajustamentos, assim como o seus efeitos na transformação das estruturas sociais” (*ib.*, p. 25).

Por outro lado, todos os autores das referidas teorias estão de acordo em correlacionar as mudanças observadas no registo arqueológico com dois processos interdependentes: as chamadas “intensificação económica” e “hierarquização social”. Contudo, para os autores anglo-saxónicos, teria havido um desenvolvimento desigual nas zonas árida e húmida, devido a limitações ambientais existentes na primeira, as quais teriam conduzido a um processo de mobilização social muito mais acentuado na área onde os recursos críticos eram mais escassos. Assim, o acesso diferenciado a recursos críticos no Sudeste teria promovido (segundo mecanismos que variam em função das perspectivas proces-

sual e marxista) níveis de desigualdade e, concomitantemente, de complexidade social.

Não será oportuno, no contexto deste trabalho, abordar a validade das premissas ambientais que estão na base das propostas de Chapman, Gilman ou Mathers. Sabemos que Hernando Gonzalo contesta a distinção mencionada entre “zona árida” e “zona húmida” para o Calcolítico desta área, e, logo, a correlação específica “homem/meio” que aquelas propostas pressupõem.

Interessa-nos de momento, tão só, questionar o papel que os povoados fortificados do Sudeste passam a ter à luz destas novas teorias:

1 — Em primeiro lugar a categoria “povoado fortificado” é homóloga da de “colónia” na sua unidade conceptual. Todos os povoados fortificados são agora considerados como *indicadores* da mesma realidade cultural, e nesse sentido constituem “prova” desse mesma realidade.

2 — Qual é a realidade em causa no caso do Calcolítico do Sudeste? Essa realidade traduz-se basicamente em processos gerais designados como “intensificação”, “interacção” e “complexidade social”. Os povoados fortificados são locais com funções defensivas, intimidatórias e ostentatórias, que veiculam conflitos intercomunitários, na necessidade de afirmação de direitos territoriais. Integram-se num global processo de progressiva “complexificação social” (Chapman, 1991).

3 — Os processos mencionados não se correlacionam directamente com uma marcada prática metalúrgica. Ao contrário da teoria colonial não se estabelece qualquernexo causal entre fortificações e metalurgia.

Uma das críticas mais incisivas às perspectivas anteriormente mencionadas foi realizada por Hernando Gonzalo (1988). No que se refere à natureza dos povoados fortificados calcolíticos do Sudeste, são de realçar três tipos de apreciação para uma nova abordagem do tema. Em primeiro lugar, segundo aquela autora, a análise comparada das fortificações não demonstrou diferentes graus de complexidade cultural entre a zona árida e a zona húmida. Los Millares, como mais uma vez é reafirmado, é um grande sítio fortificado, um local excepcional não só na zona dita árida, como em toda a Península Ibérica. Em segundo lugar, a admitir diferenciações (em área, complexidade arquitectónica, etc), elas observam-se em todos os povoados fortificados, independentemente da sua genérica localização na faixa costeira ou no interior, o que equivale à assunção de uma variabilidade interna dos sítios fortificados, cujo significado cultural está por determinar. Em terceiro lugar, e decorrente deste último ponto, a autora escreve que “ a fortificação não está associada à presença de metal (...) e que [as fortificações] apesar de constituírem um testemunho de organização social, não o são de desigualdade social.” (Hernando Gonzalo, 1988, p. 1296). Numa das suas conclusões

finais a autora afirma que “ o processo de progressiva complexidade social perceptível durante o Calcolítico do Sudeste não se documenta uniformemente em todos os povoados.” (*Id., ib.*, p. 1305).

Entre as conclusões principais que resultam da obra desta autora destaca-se o facto da “complexidade” (independentemente das suas várias definições possíveis) “não se documentar uniformemente” em todos os povoados fortificados do Sudeste. Desta maneira entra-se pela primeira vez numa questão de fundo: se os povoados fortificados do Sudeste perdem identidade conceptual, ou seja, se não se adequam uniformemente a uma específica realidade cultural, mesmo que vagamente nomeada por designações ambivalentes como “intensificação” ou “complexidade”, então será preciso “reconstruir” a pluralidade de processos que estão na origem desses povoados.

De notar que, no Sudeste, a desconstrução da unidade cultural dos povoados calcolíticos fortificados prende-se adicionalmente com a própria desconstrução da unidade e identidade do famoso “horizonte de Los Millares” (Micó, 1991), a que aqueles sítios se encontram tradicionalmente ligados.

Um outro conjunto de autores abordou o Calcolítico do Sudoeste peninsular e da Estremadura portuguesa de acordo com os pontos de vista que acabamos de referir. De salientar as perspectivas marxistas de C. T. Silva e J. Soares (1976/77) desenvolvidas recentemente pelo primeiro daqueles autores (1990; no prelo). Para C. T. Silva, um “novo modo de produção” traduzível na introdução de novas tecnologias e no aproveitamento intensivo de recursos agro-pastoris ter-se-ia começado a desenvolver ainda no Neolítico Final do Sul de Portugal. Daqui decorreria uma divisão social do trabalho e uma notória desigualdade social. As primeiras fortificações calcolíticas surgiriam em reflexo de conflitos permanentes entre grupos em competição pelo acesso à terra como meio de produção, e ao “território” como espaço de identidade. Alguns destes povoados teriam sido construídos em momentos em que não se conhecia ou em que não se manipulava o cobre, o que, para o autor, é uma base empírica inequívoca para a refutação da teoria colonial. A. Gilman (anos 80) também formulou algumas opiniões sobre o Calcolítico da Estremadura portuguesa. As mudanças dever-se-iam ao controlo por parte das elites, não das condições técnicas de produção, como no Sudeste, mas da distribuição da riqueza, nomeadamente de “bens de prestígio” (como o cobre ou o marfim). O comércio e o seu controlo estariam assim na base de conflitos locais expressos nas fortificações de tipo Vila Nova de S. Pedro ou Zambujal. Estas ideias são basicamente retomadas por R. Chapman (1991).

Tanto Gonçalves (1989,1994), como Parreira (1990; no prelo),

apesar de adotarem explicações difusionistas coloniais já mencionadas, referem-se ao processo da “Revolução dos Produtos Secundários” (Sherratt, 1981, 1983) para justificar quer o desenvolvimento e a receptividade dos grupos locais aos “estrangeiros” (Parreira), quer o fraccionamento dos grupos locais, os afrontamentos intercomunitários e a “colonização interna do território” (Gonçalves). Ambos os autores se movimentam, quando abordam os “calcolíticos indígenas”, numa área de indistinto determinismo ecológico/económico/demográfico, que é caro às correntes funcionalista e processual.

Para todos estes autores que investigaram o Calcolítico do Sul de Portugal as fortificações são locais de defesa, destinados ao refúgio de pessoas e/ou bens armazenados, quer as pessoas sejam indígenas e/ou colonos, quer sejam só indígenas, e os bens sejam fundamentalmente de prestígio ou também de subsistência. R. Parreira fala-nos de uma “cidadela de sabor mediterrânico” (1990, p. 35) como local que não só expressaria rivalidade, como também afirmaria identidade, prestígio e poder. Aflora assim, ainda que num contexto explicativo difusionista, a pluralidade de sentidos inerente a estes “enigmáticos” sítios monumentais. Tão “enigmáticos” que permitem a alguns a assunção de verdadeiras “rupturas” no “modelo de ocupação do espaço e da sociedade.” (Gonçalves, 1989, p. 466). De referir ainda que, no geral, os autores citados remetem os povoados fortificados do Sul de Portugal para uma realidade constituída por níveis similares de desenvolvimento económico e social. A divisão entre “grandes povoados fortificados coloniais” da Estremadura e “quintas fortificadas” do Alentejo e Alto Algarve (Gonçalves, 1989) se, por um lado, desfaz a unidade do conceito de povoado fortificado no que toca aos processos de origem (quem constrói), admite a conexão cultural entre ambos, deixando antever um sistema de interdependências económicas e sociais cuja natureza nem sempre é suficientemente explicitada.

Segundo a maioria das abordagens mais recentes os povoados fortificados do Sul de Portugal, ainda que considerados distintos em dimensão e complexidade arquitectónica, são apontados como pertencendo ao mesmo universo cultural de “intensificação” e “complexidade” que já havia sido genericamente aduzido para o Sudeste.

Tal perspectiva não é globalmente questionada por nós em 1990 (Jorge, 1990). Contudo, já nessa época nos movia uma linha de pensamento interrogante que se expressava, a propósito dos povoados fortificados da Estremadura, da seguinte forma: “Diversas estratégias construtivas, adaptadas à dinâmica interna de cada comunidade, parecem, assim, apontar para fórmulas locais de povoamento, que assimilam arquétipos alógenos, certamente difundidos num contexto de intercâmbios a distância

— uma “esfera de interacção” — em que a Estremadura sempre foi precoce. A discussão tradicional das origens dos povoados da Estremadura (e de outras regiões do Sul de Portugal) costuma desviar para um plano essencialmente empirista (...) o fulcro de uma problemática que deve ser discutida no âmbito “processual” das relações de poder entre comunidades locais, seu equilíbrio ou desequilíbrio, etc. (...). Que as fortificações tenham um “ar de família” mediterrânico não é de espantar. O Sul de Portugal insere-se, a muitos níveis, numa Península de âmbito mediterrânico. Seria de esperar que, mercê de contactos supra-regionais mais intensos, alguns grupos e elites adoptassem (no contexto da “intensificação” do seu “aparato” de poder) modelos arquitectónicos defensivos de grande prestígio. É claro que ficam ainda assim por explicar, não só o complexo de causas que levou algumas populações estremenhas a rodarem-se de muralhas, torres e bastiões, como também a provável diversidade (em grandeza, complexidade e duração) destas fortalezas.” (Jorge, 1990, pp. 188-189).

Subscrevemos ainda hoje estas palavras. O presente trabalho pretende justamente contribuir para desvendar o “complexo de causas” que terá estado na origem da construção e manutenção de cada um destes sítios monumentalizados.

1.3 Virtualidades e limites das correntes processual/funcionalista (“Nova Arqueologia”) e marxista na abordagem do tema dos povoados fortificados calcolíticos peninsulares

Do nosso ponto de vista, algumas das virtualidades das perspectivas enunciadas serão:

— A verificação, pela prática arqueológica de terreno, da invisibilidade do modelo colonial. As escavações no povoado do Zambujal haviam trazido tais problemas a Schubart e Sangmeister na manutenção do seu modelo, que os forçaram a uma tentativa de redefinição do conceito de “colónia”. Trata-se de um caso muito interessante em que os “dados” empíricos vieram debilitar uma teoria que não estava preparada para os integrar, e que só foi genericamente mantida pelos seus autores graças à “força” do preconceito histórico-cultural. As semelhanças estilísticas que aglutinam muitos artefactos e arquitecturas do mundo mediterrânico não devem ser ignoradas, mas terão de ser interpretadas no âmbito de outros mecanismos difusores — interacções em larga escala — cuja natureza requer uma avaliação contextualizada que transcende a aceitação de pontuais interconexões de “culturas fechadas”.

— A atenção ao desenvolvimento interno das culturas num regime de permanente interacção com o meio e com os grupos vizinhos. Desta

forma as fortificações são colocadas no seio de sistemas culturais abertos, cujo funcionamento e transformação é preciso descodificar.

Esquemáticamente, os limites das perspectivas referidas serão os seguintes:

— De acordo com a metodologia neo-evolucionista, a explicação do “dado” singular - neste caso, o “povoado fortificado” - processa-se através do isolamento de princípios gerais, no interior dos quais o “dado” particular passa a fazer sentido. O povoado fortificado transforma-se assim num indicador hegemónico de um determinado grau de desenvolvimento socio-político, que assume um rosto expresso nas designações de “intensificação”, “diferenciação”, “competição/interacção”, “complexidade social”.

— Esta abordagem tem sido realizada segundo parâmetros muito discutíveis: em primeiro lugar, a relação entre arquitectura - comportamento social opera-se no interior de um corpo de teoria estritamente arqueológica; em segundo lugar, esse corpo de teoria manipula um número limitado e hiper-seleccionado de variáveis (a saber, “intensificação”, “interacção”, etc), cuja “quantificação” arqueológica é, além do mais, altamente problemática.

Para a superação dos limites apontados não há nenhuma fórmula, mas uma nova postura mental do investigador. Este deve utilizar o maior número possível de “dados” contextualizados (e não apenas arqueográficos) e de analogias culturalmente específicas, os quais podem ajudar a superar alguns dos mais evidentes perigos, redutores e simplificantes, das teorias neo-evolucionistas. Estas baseiam-se num *número limitado de regularidades comportamentais que não se adequam à heterogeneidade e complexidade dos sistemas culturais*, com o seu carácter, inclusivamente, contraditório.

Nesta sequência será fácil desconstruir o carácter unitário e uniformizador do conceito de “povoado fortificado”. Se este funcionasse como indicador infalível dos processos gerais mencionados, então sempre que se indentificasse um povoado fortificado, estariam comprovados tais processos. Mas a própria apreciação dos raros “dados” disponíveis adverte-nos para uma realidade bem diferente. Certamente que as fortificações são locais onde se investiu energia e saber tecnológico, e nesse sentido são genéricos indicadores de parâmetros de organização social e liderança. Mas não está determinado, caso a caso (espacio-temporalmente) a natureza de uma e de outra. E não estando determinada tal natureza, não tem sentido recorrer continuamente a “chavões” como os de “desigualdade” ou “complexidade social” para explicar a realidade plural que se nos depara. Deixámos de acreditar na verosimilhança de tais pretensas “explicações” e a perda da nossa crença é, em última análise, o “motor”

da nossa procura de mais elementos explicativos, não para responder às perguntas “processuais”, mas para inventar novas perguntas.

Porém, talvez seja útil determo-nos sobre o que é que as correntes neo-evolucionistas têm querido saber das fortificações. A principal questão colocada é a seguinte: por que é que estes povoados tomaram esta forma específica? Ou seja, por que é que foram construídas estas estruturas defensivas? Ignoremos por ora o pressuposto defensivo destas estruturas. Ele é apenas um sub-problema de uma questão mais ampla que se pode formular da seguinte forma: se o espaço codifica um modelo de sociedade, como poderemos recuperar os “sentidos culturalmente específicos” inerentes a essa codificação? Nesta pergunta, aparentemente tão simples, está evidentemente inserido todo um programa representacionista do passado em que, citando J. Barrett (1994a), emergem duas grandes ideias: — “(...) o passado inscreveu uma verdade sobre ele próprio no registo arqueológico; “explicando” os dados, explica-se automaticamente o passado; — (...) o género de passado que escrevemos sob a forma de história está pré-determinado pela “natureza” dos nossos dados, e aliás nenhum outro passado pode existir fora desses dados”. (*op. cit.*, p.156).

Ou seja, existe a crença de que escrever história ou pré-história é equivalente a “explicar” o registo arqueológico. E de que, na medida em que ele seja bem explicado, serão atingidos os significados fundamentais e últimos que permitiram a ocorrência de um determinado passado. Desta forma, nas suas formulações mais modernas, a arqueologia “processual” ambiciona transformar-se, de uma arqueologia dos processos, numa arqueologia dos significados.

Mas terão as coisas sentidos últimos, “verdadeiros”? Querer atingir tais pretensos sentidos será, para nós, o caminho mais correcto e mais frutífero? Olhemos pela primeira vez para o objecto da nossa discussão: povoados cercados por muros, algumas vezes com muralhas, torres e bastiões.

2. Povoados fortificados calcolíticos peninsulares: tópicos para um inventário de regularidades e diferenças

Nota prévia:

1. Integraram-se neste estudo todos os povoados providos de estruturas pétreas que delimitavam espaços domésticos, maioritariamente designadas, pelos autores, como “estruturas defensivas”;

2. Manipularam-se exclusivamente povoados publicados, num total de 69 sítios;

3. Não se pretendeu fazer um inventário exaustivo dos sítios; a intenção desta análise é tão só demonstrar a inconsistência de uma abordagem teórica, e não produzir estudos contextuais sobre os locais mencionados.

2.1 *O quadro espacio-temporal* (Fig. 1, Quadro I)

Os povoados apresentam uma distribuição repartida pelas seguintes áreas: o Sudeste: províncias de Almeria, Múrcia e Granada; o Sudoeste: províncias de Huelva, Alentejo, Algarve, Badajoz, Cáceres, Beira Baixa; a Estremadura portuguesa; a Meseta Norte e sua periferia ocidental: províncias de Salamanca, Zamora, Ávila, Trás-os-Montes e Alto-Douro e Beira Alta.

No Sudeste, no Algarve e na Estremadura portuguesa existem alguns povoados conectados directamente com o mar. Nesta última região grande parte dos povoados estariam, durante a época calcolítica, em relação com estuários marinhos. Mas a grande maioria dos sítios conhecidos estende-se pelo interior da Península, com uma nítida concentração ocidental, em relação directa com o curso de grandes rios ou seus afluentes (nomeadamente o Guadalquivir, o Guadiana, o Tejo, o Douro e o Mondego).

No Sudeste foram registados doze povoados fortificados. Desses doze povoados, quatro suscitam dúvidas quanto à caracterização “defensiva” das suas estruturas pétreas. Predominam os povoados situados na linha de costa ou a menos de 10 km. do mar (por ex., Los Millares). São sítios abaixo dos 500 m. em altitude absoluta, localizados na actual zona árida. No interior montanhoso, sempre a mais de 30 km. em linha directa da costa, ocorrem alguns, raros, povoados fortificados, integrados nas bacias de rios da faixa mediterrânica ou na bacia do Guadalquivir. Ocupam áreas acima da curva de nível dos 500 m., na actual zona húmida (por ex., El Malagón ou Cerro de la Virgen). Quer no litoral, quer no interior, a localização destes povoados parece estar correlacionada com a proximidade de recursos críticos (água ou terra arável). São, em regra, locais dominantes, predominando os chamados “esporões ou cerros amesetados”. Contudo, apresentam condições de visibilidade e de controlo da paisagem diversas. A interpretação das capacidades defensivas naturais de cada um depende de estudos contextuais atentos à utilização social do meio ao longo do tempo.

A cronologia destes povoados do Sudeste — em datas não calibradas, as que serão sempre usadas neste trabalho, salvo indicação em contrário — é muito variável. Se atendermos à ocupação de Cabezo de la Cueva del Plomo (Neolítico Final), teremos de aceitar que estes locais providos de muralhas poderão ter surgido nesta região por volta de 3.000 a. C. e

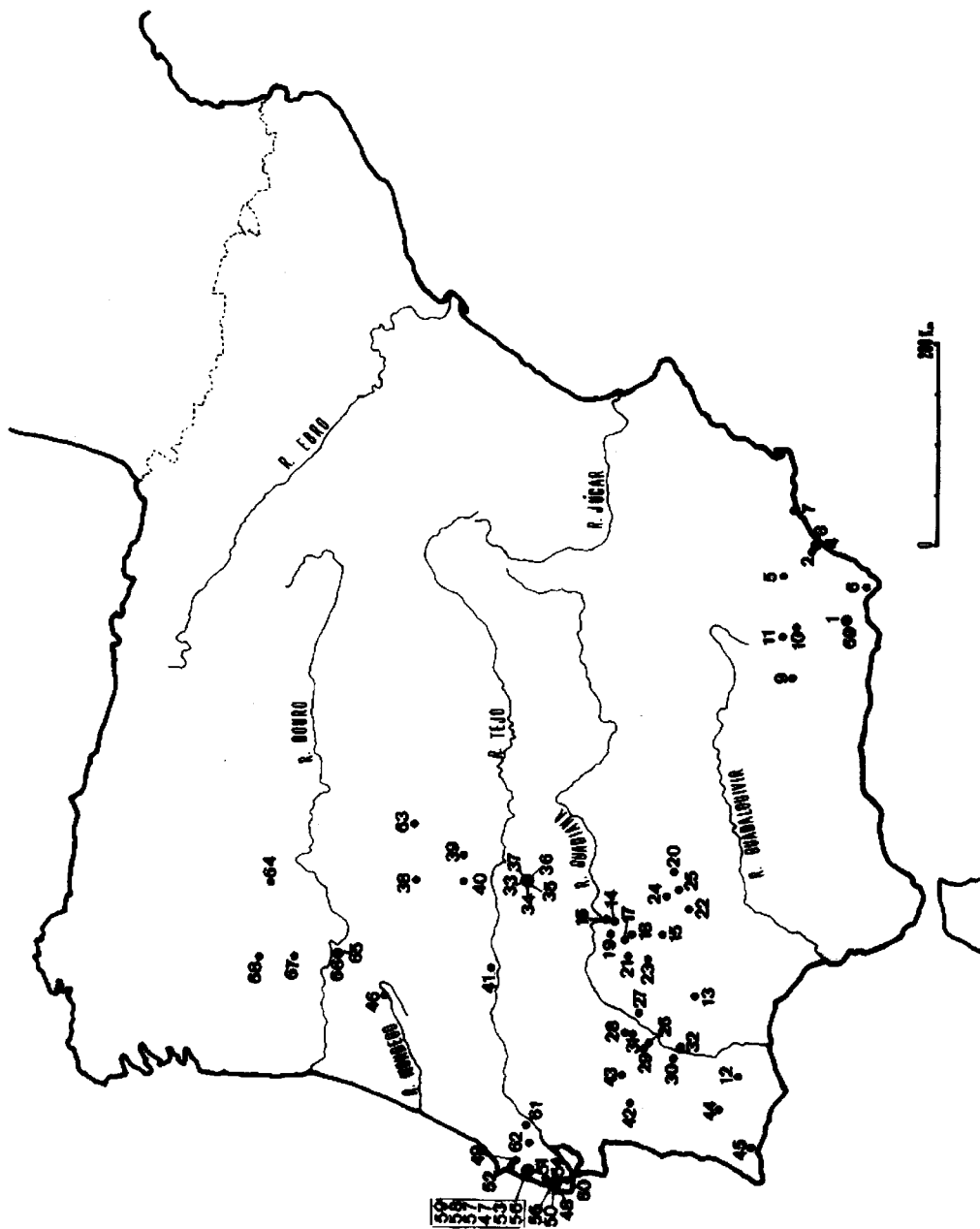
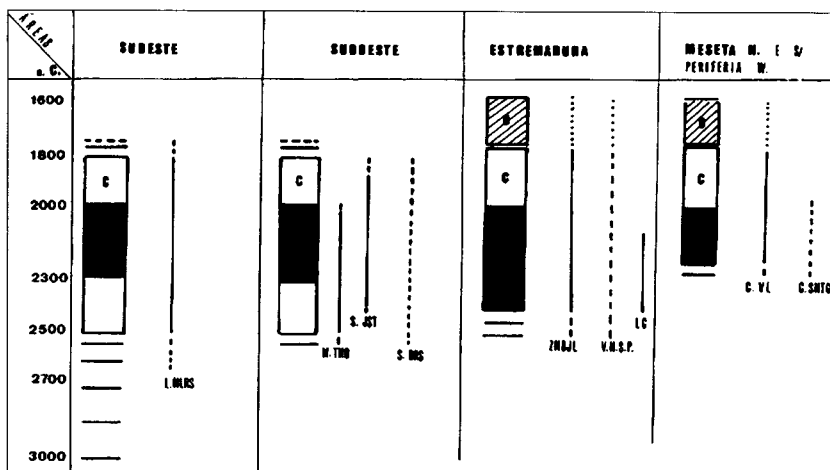


Fig. 1 — Localização na Península Ibérica dos povoados calcólicos «fortificados». Os n.º correspondem ao inventário seguido no final do texto.

QUADRO I

**Legenda do Quadro I:**

Cronologia relativa dos povoados fortificados calcolíticos peninsulares

desaparecido cerca de 1.800 a. C., no final do Calcólítico regional. Contudo, a sua edificação ocorreu mais intensamente entre cerca de 2.500 e c. de 1.800 a. C., com um máximo entre 2.300 e 2.000 a. C. Para além destes parâmetros gerais, devemos acrescentar os seguintes dados: — parecem predominar as ocupações curtas, com cerca de 100/200 anos ou menos (em cinco ou seis casos), quer no Neolítico Final (um caso), quer sobretudo no Calcólítico Final; — regista-se apenas um exemplo (Los Millares) de um povoado ocupado durante mais de 500 anos (do Calcólítico Inicial ao Calcólítico Final); — são, aparentemente, menos frequentes os sítios que sofreram ocupações de duração média (c. de 300/400 anos), as quais se realizaram durante o Calcólítico Pleno e Final.

No Sudoeste foram observados trinta e quatro povoados ditos fortificados. Também num número substancial destes, as “muralhas” são muitas vezes interpretadas alternativamente como “muros delimitadores”, pelo que permanece em aberto a caracterização “defensiva” de tais estruturas. Se aceitarmos a hipótese de que Alcalar poderá conter este tipo de estruturas, esse será o único povoado desta área situado a poucos quilómetros da actual costa, e certamente com ela directamente conectado na época calcolítica. Outros sítios, nas bacias do Sado, do Mira, ou mesmo do Guadiana (neste último caso, por ex., Santa Justa), embora a apenas umas escassas dezenas de quilómetros, em linha recta, do mar, não se enquadram no padrão de locais articulados com antigos estuários

marinhos. A maioria dos sítios identificados nesta região (cerca de trinta) relaciona-se com o curso médio do Tejo e com o curso médio e baixo do Guadiana, devendo ser considerados povoados do interior. Dada a grande variedade regional que preside à localização destes sítios, é difícil documentar, com os dados disponíveis, alguma regularidade de implantação que articule povoado/recursos. Predominam “outeiros” ou “cerros” com diversos graus de visibilidade e domínio sobre a paisagem circundante. Contudo, a interpretação da capacidade defensiva destes locais, também aqui exigiria estudos contextuais que nos ajudassem a compreender como é que o meio natural foi manipulado socialmente ao longo do tempo.

A cronologia dos povoados do Sudoeste é também muito variável, embora reportando-se a um lapso de tempo mais curto do que no Sudeste. De facto, a atender aos poucos dados fiáveis e disponíveis, as primeiras ocupações terão surgido no Calcolítico Inicial (c. de 2.500 a. C.) e as últimas no Calcolítico Final (c. de 1.800 a. C.). Contudo, a construção destas estruturas verificou-se mais intensamente entre 2.300 e 2.000 a. C. Para além destes parâmetros gerais, acrescentemos o seguinte: — parecem predominar os povoados com ocupações de duração média, com cerca de 300 / 400 anos (onze casos) durante o Calcolítico Pleno e Final; — são conhecidos dois ou três casos de povoados com longas durações (500 anos ou mais), desde o Calcolítico Inicial ao Final (Santa Justa, Monte da Tumba ou, eventualmente, Castelo de S. Brás); — foram registadas ocupações curtas (cerca de 200/100 anos) em oito povoados (no Calcolítico Inicial ou no Calcolítico Final).

Na Estremadura portuguesa foram estudados dezasseis povoados fortificados. A grande maioria apresenta prováveis estruturas “defensivas”, embora de natureza muito variável, que comentaremos adiante. Todos estes sítios se encontram conectados com o mar, ou através de antigos estuários marinhos, ou através da desembocadura do Tejo. No primeiro caso, será de destacar, pela sua envergadura e complexidade, o castro do Zambujal. No segundo caso, os povoados de Vila Nova de S. Pedro e Leceia. No seu conjunto, e a nível peninsular, são povoados litorais, a dez quilómetros ou menos, em linha recta, da actual costa, ou do baixo Tejo. Muitos deles parecem estar situados no cruzamento de vias naturais, estrategicamente posicionados entre o litoral e o interior. Não foi ainda identificado um padrão explícito que correlacione a implantação destes povoados com a existência de um determinado tipo de recursos. Por exemplo, Zambujal encontra-se relativamente afastado das melhores terras agrícolas da bacia do rio Sizandro, e, na micro-região onde está localizado, não existem minas de cobre que, aliás, rareiam em toda a Estremadura. Mas outros sítios providos de estruturas “defensivas”

poderão correlacionar-se com a proximidade da terra arável e de outros recursos ainda não documentados no registo arqueológico. Diversas designações, vagas e imprecisas, são dadas a estes locais, que têm sempre carácter dominante: “esporões”, “plataformas amesetadas em esporão”, “colinas”, “cabeços”, etc. São locais com uma inegável potencialidade defensiva natural, alguns deles objectivamente dissimulados na paisagem. As reais possibilidades de controlo do meio de cada um só poderão ser avaliadas, como já afirmámos para os restantes povoados, na sequência de estudos atentos à integração dos sítios em redes de povoamento e à interpretação das condições que permitiram, em cada época, a específica manipulação do meio envolvente.

A cronologia destes povoados fortificados da Estremadura apresenta algumas novidades. Em primeiro lugar, as ocupações mais antigas parecem arrancar no Calcolítico Inicial, em época ligeiramente mais tardia do que no Sudoeste (sobretudo no Alentejo e Algarve), por volta de 2.500 / 2.400 a. C. Contudo, em alguns povoados, nomeadamente nos de maior envergadura, como Zambujal e Vila Nova de S. Pedro, as últimas ocupações são já do Bronze Inicial, com um provável término em torno de 1.600 a. C. O que significa que estas fortificações se mantiveram activas durante um longo período de tempo (cerca de 800 anos), atravessando diversas configurações sociais. Não são assim povoados exclusivamente calcolíticos, facto que apela para a problemática da relação entre estruturas arqueológicas e realidades sociais, no plano da continuidade / descontinuidade. Durante a ocupação calcolítica, as fortificações foram mais intensamente construídas e utilizadas entre cerca de 2.400 e 2.000 a. C. Para além destas considerações gerais, podemos acrescentar: — predominam os povoados com uma duração média (cerca de 300 / 400 anos), entre o Calcolítico Inicial e o Calcolítico Final (cinco casos); — como se disse, são conhecidos dois casos (Zambujal e Vila Nova de S. Pedro) com ocupações muito longas (cerca de 800 anos), do Calcolítico Inicial ao Bronze Inicial; — foram detectados, até à data, dois possíveis casos de curta duração (cerca de 200/100 anos), um no Calcolítico Inicial e outro no Calcolítico Final.

Finalmente, na Meseta Norte e sua periferia ocidental foram identificados seis exemplares (ou sete, se contarmos com um caso isolado na bacia do Alto Mondego) de povoados com estruturas “defensivas”. Acrescente-se, no entanto, que só em dois casos — Castelo Velho e El Pedroso — as investigações avançaram suficientemente para tal caracterização ter alguma consistência. Todos estes povoados são interiores, em relação directa com o curso médio do Douro e/ou seus afluentes (seis casos), ou com o Alto Mondego (um caso). Alguns, como

Castelo Velho, apresentam-se inseridos no cruzamento de vias naturais importantes. A relação dos sítios com os recursos localmente disponíveis é muito variada. São locais dominantes, normalmente em remates de esporão. Mas também ocorre um povoado situado num “inselberg” granítico (El Pedroso). A diferente capacidade de visualização e controlo da paisagem é notória: por exemplo, Castelo Velho apresenta actualmente um excelente domínio sobre quase toda a linha do horizonte, particularmente sobre a área marcada pelo afluente do Douro; ao contrário, S. Lourenço ocorre dissimulado na paisagem, “controlando” aparentemente mal a veiga onde corre o rio Tâmega. Como sempre, a simples caracterização topográfica destes sítios pouco nos diz se não for completada com estudos contextuais que integrem o povoado num meio socialmente utilizado e culturalmente construído.

Sabemos muito pouco sobre a cronologia destes povoados. Em pelo menos três deles parece ocorrer o mesmo fenómeno de longa ocupação que já tínhamos observado na Estremadura. Castelo Velho é o melhor exemplo de um povoado fortificado calcolítico cuja ocupação amuralhada arrancou no Calcolítico Pleno (c. de 2.200 a. C.) e prosseguiu em continuidade até, pelo menos, ao Bronze Inicial (1.500 / 1.400 a. C.). S. Lourenço e, eventualmente, Castanheiro do Vento poderão ter sofrido evoluções similares. Em Castelo Velho, apesar de transformações artefactuais, na passagem do Calcolítico para a Idade do Bronze, as estruturas ditas “defensivas” mantiveram-se operacionais, embora podendo ter sofrido remodelações de vária ordem. Estamos assim, mais uma vez, perante um caso de continuidade de ocupação de um sítio fortificado, ainda que tal continuidade não queira necessariamente significar imobilismo cultural. Quanto à fase de mais intensa construção das fortificações calcolíticas nesta área do Norte da Península, ela parece concentrar-se num curto lapso de tempo, entre c. de 2.200 e 2.000 a. C. Acrescente-se ainda os seguintes dados: — parecem registar-se ocupações de duração média (c. de 300 / 400 anos) durante o Calcolítico Pleno e Final; — existem também exemplos de povoados com uma ocupação longa (c. de 700 / 800 anos), desde o Calcolítico Pleno ao Bronze Inicial; — não foram, até à data, identificadas ocupações curtas com menos de 200/100 anos.

A análise comparada da cronologia destes povoados dá-nos as seguintes ideias gerais: em primeiro lugar, as “fortificações” ocorrem mais cedo no Sudeste do que na metade norte-ocidental da Península Ibérica. Em segundo lugar, existe um lapso de tempo entre cerca de 2.300 / 2.200 e 2.000 a. C. (em datas convencionais) durante o qual se concentra a maior parte destes povoados. Em terceiro lugar, apenas na Estremadura

portuguesa e no Norte de Portugal foi até à data identificada a reutilização de alguns destes locais no Bronze Inicial. Na sua grande maioria, os povoados calcolíticos fortificados foram abandonados por volta de 1.800 a. C. Em quarto lugar, é de referir duas regularidades: no Sudeste, Sudoeste e Estremadura portuguesa as ocupações curtas (cerca de 200/100 anos) verificam-se sempre ou no Neolítico Final/Calcolítico Inicial, ou no Calcolítico Final, e nunca no Calcolítico Pleno; em todas as regiões existem povoados fortificados com ocupações muito longas (entre cerca de 500 a 900 anos); finalmente, se atendermos à totalidade dos povoados, existe uma grande variedade regional e local de duração de ocupação por sítio, o que nos conduz à suspeita de que se possuíssemos cronologias finas para cada um desses povoados, talvez fosse inviável a montagem do quadro cronológico global que apresentamos¹.

2.2 *Arquitecturas e contextos de utilização* (Quadro II)

QUADRO II

ARQUITECTURAS E CONTEXTOS DE USO		ÁREAS	SE	SO	ESTREMAD.	M. NORTE E S/ PERIFERIA W.	
SISTEMA ARQUITECTÓNICO	ÁREA	A	1 ex.			1 ex. ²	
		B	2 ex.	5 ex.	4 ex.	1 ex. ²	
		C	8 ex.	10 ex.	5 ex.	2 ex.	
		D	1 ex.	19 ex.	7 ex.	3 ex.	
	TIPOLOGIA	Aa	1 ex.				
		Ab	1 ex.			3 ex.	
		B	4 ex.		10 ex.	1 ex.	2 ex.
		C	3 ex.		15 ex.	3 ex.	1 ex.
		D	1 ex.				1 ex.
		E					1 ex.
		F					2 ex.
		G				3 ex.	
	PLANOS ARQUITECTÓNICOS	H	2 ex.		9 ex.	6 ex.	
		A	2 ex.			3 ex.	
		B	2 ex.		5 ex.	13 ex.	1 ex.
	CONTEXTOS DE USO	C	8 ex.		29 ex.		6 ex.
		A	3 ex.		5 ex.	3 ex.	1 ex.
		B	5 ex.		10 ex.	2 ex.	3 ex.
		C	4 ex.		19 ex.	11 ex.	3 ex.

¹ Este quadro cronológico não se apoia, basicamente, em datações absolutas de C14 que, nesse caso, teriam de ser calibradas uniformemente. Embora considere tais datas, sempre que disponíveis (e sem calibrar), conjuga-as com outros indicadores cronológicos, num texto que constitui uma construção necessariamente subjectiva, provisória, baseada na experiência do autor, que se assume.

Em sessenta e nove povoados analisados, cerca de vinte e seis são cercados por muretes (e/ ou fossos), cuja função “defensiva” não é totalmente explícita. Esta indeterminação predomina no Sudoeste.

Neste ponto tentámos correlacionar os seguintes elementos: — área provável; — sistema arquitectónico (sua caracterização genérica, ou tipologia; sucessivos “programas construtivos” ou, se quisermos, “projectos”, no sentido arquitectónico do termo, que em cada local se verificaram); — diferentes “contextos” de utilização, na acepção mais abrangente desta expressão, observáveis no interior dos povoados.

Utilizámos uma grelha, que é também a legenda do quadro II:

Legenda do Quadro II:

Arquitecturas domésticas e contextos de utilização nas várias regiões peninsulares

Área provável:

- A — entre 4 e 5 ha.
- B — de 1 a 2 ha.
- C — menos de 1 ha.
- D — desconhecida.

Sistema arquitectónico:

Tipologia:

- Aa — cidadela com 3 linhas de muralha; torres; bastiões
- Ab — cidadela com 2 linhas de muralha; torres; bastiões
- B — cidadela com 1 linha de muralha; com ou sem torres e bastiões
- C — 1 linha de muralha com ou sem torres e bastiões
- D — 1 linha de muralha; plataformas definidas por muretes de contenção
- E — 1 linha de muralha com grande perímetro
- F — 1 linha de muralha; fosso
- G — recinto sub-rectangular com torres nos ângulos
- H — estrutura de tipo desconhecido

“Projecto (programa) arquitectónico”:

- A — Vários (o sítio foi objecto de remodelações estruturais)
- B — Apenas um (não houve remodelações estruturais)
- C — Desconhecido

Contexto de uso:

- A — Áreas semi-especializadas (actividades em espaços e estruturas autónomos)
- B — Áreas mistas (actividades no mesmo espaço, rotativamente)
- C — Desconhecido.

Sobre os três grandes aspectos subjacentes a esta grelha fazemos algumas chamadas de atenção. Em primeiro lugar, estamos conscientes de que a *área* real dos povoados poderá exceder a que é definida pelos dispositivos pétreos detectados até ao momento. Em segundo lugar, as

tipologias arquitectónicas são baseadas num número reduzido de plantas publicadas, e em descrições maioritariamente sumárias, de valor muito desigual, o que não favorece uma distinção fundamentada em critérios uniformes. Em terceiro lugar, ao consideramos o que chamámos diferentes “*contextos de utilização*” queremos referir-nos à presença/ ausência de áreas relacionadas com actividades de produção, transformação e armazenagem de produtos conectados com a subsistência e/ ou intercâmbio. Neste caso optámos por dividir aquelas áreas em duas grandes categorias: — áreas semi-especializadas, nas quais as actividades acima referidas recorreram a espaços e estruturas bem individualizados, sendo estas últimas duráveis e permanentes; — áreas mistas, nas quais as actividades terão decorrido rotativamente no mesmo espaço, com recurso a estruturas semi-permanentes, não implicando autonomia e exclusividade espacial. É evidente que, devido ao carácter descontextualizado da maioria dos dados arqueológicos, este critério de selecção implicou um alto grau de generalização e é, meramente, provisório. Contudo, no âmbito desta discussão pareceu-nos mais produtivo usar os dados disponíveis, mesmo que muitas vezes grosseiros e inespecíficos, não apenas porque são os únicos a que se pode recorrer, mas porque eles constituem a base empírica da argumentação funcionalista-processual. Esta última, na sua versão ortodoxa, utiliza precisamente uma abordagem generalizante e sumária cuja desmontagem terá de recorrer ao manuseamento do mesmo tipo de dados e à verificação da sua validade num quadro explícito de problemáticas e métodos.

Uma primeira constatação é a de que são extremamente raros os sítios com áreas superiores a 1 ha., providos de “*cidadelas*” e duas ou mais muralhas circundantes, e que tenham sofrido várias remodelações arquitectónicas e integrado áreas de produção ou armazenagem semi-especializadas.

Existe um único caso com uma área de 5 ha. (tipo A — v. Quadro II) — Los Millares — que, além do mais, se integra num complexo habitacional/ sepulcral extremamente evolucionado. Ainda no Sudeste, temos o exemplo provável de El Malagón, que poderá ocupar uma área entre 1 e 2 ha. Os restantes casos conhecidos deste último tipo (tipo B) foram registados na Estremadura portuguesa ou no Sudoeste e apresentam áreas muito inferiores da de Los Millares (cerca de 1 ha.) e tipologias arquitectónicas menos complexas (por ex., Zambujal, Vila Nova de S. Pedro e Leceia). No entanto, são verdadeiras excepções a nível peninsular, pois o que predomina são sítios com menos de 1 ha. (tipo C). Estes locais mais pequenos são normalmente providos de uma muralha delimitadora de um espaço central (eventualmente associada a um murete ou fosso externo), tendo sofrido remodelações ou alargamentos a partir

de um único projecto construtivo, integrando áreas mistas, não especializadas, relacionadas com a produção e/ou armazenagem.

Se olharmos para as sub-regiões, individualmente, chegamos a várias conclusões (v. Quadro II).

No Sudeste, Los Millares sobressai como um grande local fortificado — tipo arquitectónico Aa — de longa duração, que sofreu remodelações estruturais ao longo do tempo e em cujo interior foram detectados espaços autónomos para actividades como a moagem, a tecelagem, a armazenagem ou a metalurgia, entre outras. Nesta mesma área genérica, um outro sítio — El Malagón — poderá corresponder ao nosso tipo Ab de sistemas arquitectónicos, de acordo com a grelha acima apresentada. Os restantes povoados são quase todos de muito menores dimensões (menos de 1 ha.) encaixando-se nas categorias tipológicas B, C e D.

Nestes últimos espaços domésticos (B, C e D), que nunca alteraram o seu figurino arquitectónico inicial, não foram detectadas até à data áreas semi-especializadas. Predominam as áreas mistas.

No Sudoeste, não foram encontrados sítios da envergadura de Los Millares, nem — com a excepção possível de El Malagón — de outros locais menos imponentes, mas considerados, mesmo assim, “lugares centrais”, observados na Estremadura portuguesa. Existem alguns sítios com uma área entre 1 e 2 ha. (cinco casos), mas predominam os de área inferior a 1 ha. (dez casos). Integram-se globalmente nas categorias tipológicas B e C, predominando o grupo C (uma só linha de muralha com ou sem torres ou bastiões), o qual é muito problemático quanto à caracterização da sua intencionalidade defensiva. Registe-se ainda a pequena diversidade tipológica documentada. São também espaços que, aparentemente, não sofreram alterações arquitectónicas de fundo ao longo da sua história. Em alguns povoados de tipo arquitectónico B foram detectadas áreas semi-especializadas (cinco casos). Nos restantes (dez casos) apenas se verificaram áreas mistas.

Na Estremadura portuguesa ocorre uma apreciável diversidade destes sítios fortificados. Em primeiro lugar, estando ausentes os grandes “locais centrais” (Aa), surgem, mesmo assim, sítios com áreas entre 1 e 2 ha. (quatro casos) e uma grande variedade de áreas domésticas com menos de 1 ha. (5 casos). Em segundo lugar, sendo a amostragem global constituída apenas por dezasseis povoados, é de realçar a ocorrência de quatro categorias arquitectónicas: Ab (três casos); B (um caso); C (três casos); G (três casos). De assinalar o facto desta última categoria (G) — com pequenos recintos, de planta trapezoidal, fechados por uma muralha estreita associada a torres colocadas nos ângulos — lembrar construções similares do Sul de França (Lébous, Boussargues, etc.) (D’ Anna & Gutherz, 1989).

Na Estremadura aparecem assim sítios que se podem considerar, até certo ponto, réplicas mais pequenas de Los Millares (V.^a N.^a de S. Pedro, Zambujal ou Leceia), os quais tiveram uma ocupação de duração média ou longa, foram incorporando vários projectos arquitectónicos e podem ter contido no seu interior áreas semi-especializadas. Os restantes povoados da Estremadura, de tipologia arquitectónica mais simples, e tanto quanto os dados disponíveis nos sugerem, terão apenas inserido áreas mistas.

Finalmente, na Meseta Norte e sua periferia ocidental, se exceptuarmos o caso quase inédito de El Pedroso (tipo arquitectónico E), com uma muralha de grande perímetro que circunda parcialmente um recinto com uma área de cerca de 4 ha., quase todos os outros povoados parecem apresentar áreas inferiores a 1 ha. O que será mais significativo de assinalar é a multiplicidade de soluções construtivas. De facto, em sete casos conhecidos, ocorrem cinco categorias arquitectónicas (B, C, D, E e F). Nesta sub-região, foi apenas identificado um povoado (Castelo Velho) cuja tipologia é assimilável ao tipo B. Tanto os povoados de tipo F como o de tipo D são muito problemáticos quanto à sua interpretação defensiva. Apenas em Castelo Velho foram identificadas áreas semi-especializadas. Nos restantes a informação é praticamente inexistente.

Salientemos, agora, as seguintes linhas de força:

1. Em cerca de 26 povoados, por deficiência de dados, há uma grande indeterminação quanto à sua eventual capacidade defensiva. Essa indeterminação é sobretudo visível em povoados de tipo C no Sudoeste;

2. Existe uma apreciável diversidade de tipos de áreas ocupadas e de tipos arquitectónicos. Os 6 tipos arquitectónicos seleccionados podiam facilmente ser ampliados para o dobro, se considerássemos outros atributos;

3. No entanto, sobressaem algumas regularidades: é sobretudo nos povoados de tipo arquitectónico A e B (com funções eventualmente defensivas) que, até ao momento, foram identificadas áreas funcionais semi-especializadas; estes povoados são os que reproduzem com maior ou menor fidelidade padrões arquitectónicos recorrentes na bacia mediterrânica; estes povoados estão espalhados por todas as áreas peninsulares, sendo abundantes no Sudeste, Sudoeste e Estremadura portuguesa; é na Estremadura que, proporcionalmente, não só ocorre maior diversidade arquitectónica, como o maior número de povoados de “estilo mediterrânico” (tipos A, B e G);

4. Se quiséssemos com base nestes dados generalizar poderíamos sugerir que alguns dos sítios com maior potencialidade defensiva se correlacionam com estilos arquitectónicos mediterrânicos (integrando áreas semi-especializadas de produção e armazenagem). O que poderia querer significar a vontade de proteger espaços e actividades

socialmente importantes através de arquitecturas com prestígio supra-regional;

5. Ainda assim, ficaria por explicar os contextos específicos de utilização dos restantes povoados murados do Calcolítico peninsular.

2.3 *Povoados fortificados: “intensificação” e interacção ?* (Quadro III)

A Nova Arqueologia levou-nos a definir globalmente “intensificação económica” como um aumento da diversificação e da especialização da base de subsistência. O seu reconhecimento no registo arqueológico requer a manipulação de indicadores que medem “o incremento da capacidade produtiva de todo o sistema de captação de energia (...)” através da “(...) introdução de mecanismos tecnológicos e/ou da multiplicação do investimento do esforço humano.” (Hernando Gonzalo & Juan Vicente García, 1987, p. 26). Adentro deste quadro funcionalista, fielmente aplicado ao estudo do Calcolítico do Sudeste, por R. Chapman (1991), a “intensificação económica” é reconhecida sobretudo através de técnicas de especialização agrícola (como a irrigação ou a policultura mediterrânica), do fabrico de artefactos agrícolas especializados (como, por exemplo, o arado), da construção de estruturas duráveis relacionadas com a armazenagem (cisternas, silos, etc.), a drenagem (canais, aquedutos), a secagem/moagem (eiras, moinhos manuais), a tecelagem (teares de vários tipos) ou a própria metalurgia (fornos primitivos). De facto, a “intensificação” tem sido excessivamente medida através de indícios directos ou indirectos de novas tecnologias de produção. Ora, uma das críticas que deve ser dirigida a tal abordagem é a de que a “intensificação” nem sempre está ligada à introdução de “técnicas” concretas, particularmente visíveis no registo arqueológico. Assim, a sua quantificação só poderá estabelecer-se pela aferição de um conjunto correlacionado de variáveis, observado em sistemas socialmente contextualizados. Desta forma, cremos que em muitas áreas onde não foram detectadas técnicas produtivas especializadas, como, por exemplo, a agricultura de arado associada à domesticação de bovídeos e de equídeos, e o consumo de produtos derivados do leite ou o uso da lã de ovelha (elementos constitutivos da chamada “revolução dos produtos secundários”, um dos “rostos” mais problemáticos assumidos pela “intensificação económica”), não se pode afirmar peremptoriamente que não se produziram ali processos específicos de “intensificação”.

Em resumo, a “intensificação económica” exige um alargamento do conceito, pela contextualização das suas práticas e, logo, pressupõe

uma redefinição e certamente também uma ampliação dos seus critérios de avaliação.

E o que é a “interacção”? Interação implica uma acção recíproca entre os elementos de um sistema, acção essa que modifica o comportamento e a natureza desses mesmos elementos. Por interacção pode entender-se uma gama muito vasta de relações sociais, desde as que

QUADRO III

ÁREAS INTENSIFICAÇÃO	SE	SO	ESTREMAD.	M. NORTE E S/ PERIFERIA W.
1	3 ex.			
2	4 ex.	1 ex.?		
3	3 ex.	1 ex.		
4	3 ex.		3 ex.	
5	1 ex.		1 ex.	
6	4 ex.	1 ex.	3 ex.	
7		1 ex.	1 ex.	
8	1 ex.	1 ex.?		
9	1 ex.			
10	3 ex.	5 ex.	2 ex.	
11	7 ex.	11 ex.	4 ex.	2 ex.
12		2 ex.	1 ex.	1 ex.
13	7 ex.	6 ex.	3 ex.	4 ex.
14			1 ex.	
INTERACÇÃO				
A	9 ex.	10 ex.	10 ex.	2 ex.
B	5 ex.		2 ex.	
C				
D			1 ex.	
E			1 ex.	
F	9 ex.	6 ex.	6 ex.	
G	3 ex.	2 ex.		1 ex.
H	7 ex.	6 ex.	3 ex.	1 ex.
I	7 ex.	9 ex.	8 ex.	1 ex.

Legenda do Quadro III:

Indicadores de “intensificação” e “interacção” em povoados fortificados peninsulares

1 — Agricultura de sequeiro; 2 — agricultura de regadio; 3 — cavalo; 4 — boi; 5 — cisterna; 6 — silo; 7 — forno cerâmico; 8 — canal; 9 — aqueduto; 10 — área de metalurgia; 11 — área de tecelagem; 12 — área de armazenagem; 13 — área de moagem; 14 — “eira”.

A — cobre; B — marfim; C — âmbar; D — alabastro; E — ouro; F — “ídolos”; G — cerâmica pintada; H — cerâmica “simbólica”; I — cerâmica campaniforme.

pressupõem contactos directos, até às que subentendem mecanismos mediatizados de troca de informação. Para conceito tão abrangente, os indicadores normalmente utilizados pela Nova Arqueologia são sumários. Chapman (1991) utiliza maciçamente a ausência/ presença em estações arqueológicas de determinadas matérias-primas, artefactos, ou simbologias estilísticas para estabelecer aquilo que ele designa por “trocas inter-comunitárias”. Mas é evidente que, se nos casos em que existem indícios de intercâmbios de objectos ou difusão de estilos é possível colocar a hipótese de um qualquer nível de interacção, nos casos em que esses indícios não são perceptíveis, não é possível afirmar uma total ausência de interacção. O que só vem lembrar que a relação entre a produção material e o comportamento humano pode assumir configurações complexas e contraditórias, que não devem ser escamoteadas através de generalizações redutoras e simplistas.

O quadro III avalia a ausência/presença dos indicadores mais comuns de “intensificação” e “interacção” (segundo os padrões processuais) nos povoados fortificados do Calcolítico peninsular. Assume, porém, a existência de algumas limitações importantes: — o carácter estrito de tais indicadores no que toca à caracterização global daqueles processos; — a dificuldade de avaliar a conexão cronológico-cultural entre os indicadores e a fase de construção e utilização das estruturas pétreas.

Uma primeira apreciação geral leva-nos às seguintes conclusões: em primeiro lugar, existe proporcionalmente um maior número de indicadores de “intensificação” no Sudeste e na Estremadura (áreas costeiras) do que no Sudoeste e na Meseta Norte (áreas interiores); em segundo lugar, no que respeita à “interacção”, o panorama é mais uniforme em todas as regiões. Assim, o cobre ocorre em todas as áreas, embora também proporcionalmente em maior percentagem no Sudeste e na Estremadura. Por outro lado, para um número apreciável de povoados do Sudoeste, não é possível estabelecer uma correlação estreita entre construção / utilização das fortificações e a metalurgia do cobre. Em variedade de matérias-primas intercambiadas, a Estremadura ocupa o primeiro lugar. Relativamente a estilos decorativos/artefactuais, e tomando sempre em conta uma maior visualização arqueológica no Sudeste e na Estremadura, pode-se afirmar também que a sua manipulação parece estar difundida um pouco por toda a parte. Acrescente-se que os indicadores expressos de “intensificação” e interacção também ocorrem em povoados contemporâneos não fortificados, pelo que tais fenómenos não parecem correlacionar-se com as fortificações de forma global.

Se quisermos focar as sub-regiões de per si, articulando os indicadores expressos de “intensificação” e interacção com os tipos arqui-

tectónicos anteriormente analisados (v. Quadro II) obtemos imagens com outra significação.

No Sudeste, em qualquer tipo de fortificação (A, B, C, e D) foram reconhecidos alguns indicadores de “intensificação”. O problema está, obviamente, em que só em povoados como, Los Millares ou Cerro de la Virgen, coexiste um número apreciável de indicadores, mesmo segundo esta abordagem sumária. Nos restantes foram apenas isolados um, dois ou três indicadores, pelo que a base arqueológica disponível é opaca. Quanto à “interacção”, e independentemente dos problemas que a sua quantificação levanta, ocorre o mesmo padrão: em todos os tipos arquitectónicos foram registados materiais considerados indicadores de interacção. Os povoados que detêm maior número desses *items* distribuem-se pelos tipos arquitectónicos A, B e C. De assinalar a importância do marfim em cerca de metade dos povoados analisados, e do cobre, da “cerâmica simbólica” e de “ídolos” em cerca de 80% dos sítios considerados.

Mas, no conjunto, a imagem que se obtém é de que não possuímos dados para afirmar que os povoados fortificados do Sudeste, no seu conjunto, se relacionam preferencialmente com um particular incremento da capacidade produtiva ou com altos níveis de interacção.

No Sudoeste, os indicadores clássicos de “intensificação” foram fundamentalmente detectados no tipo arquitectónico B, embora também surjam alguns no tipo C. Contudo, mesmo no primeiro caso, existe um número mínimo de sítios onde esses indicadores ocorrem simultaneamente, sendo também muito problemático o seu valor enquanto sinal de um tal processo. Dada a diversidade regional envolvida nesta área, é de supor que tenham ocorrido muitas formas de “intensificação”, algumas delas irreconhecíveis no chamado “registo arqueológico.” Quanto à interacção, ela é muito mais visível em qualquer tipo arquitectónico (B e C). Os povoados que detêm maior número de indicadores de interacção distribuem-se quase uniformemente pelos referidos tipos arquitectónicos. Sobressaem, pela presença simultânea de vários indicadores, os povoados de Monte da Tumba, Santa Justa, Três Moinhos e S. Brás. À excepção destes povoados, os restantes apresentam índices fracos de interacções supra-regionais. O cobre não parece ter sido muito intercambiado e não é possível conectá-lo globalmente com as fortificações do Sudoeste.

No conjunto, não podemos afirmar que existe uma correlação estreita entre “intensificação”, interacção e povoados fortificados no Sudoeste. Relativamente à interacção e, a menos que tenhamos de recorrer futuramente a outras variáveis, parecem ter-se desenvolvido níveis baixos de interacção local.

Na Estremadura, os indicadores de “intensificação” foram sobretudo detectados em povoados de tipo arquitectónico A e G, embora também

possam ocorrer nos de tipo C. Lembremo-nos de que os povoados de tipo A e G são os que reproduzem mais fielmente um certo padrão de estilo mediterrânico. Contudo, os chamados “indicadores” são de fraca expressividade: não foram detectados dispositivos tecnológicos importantes para incrementar a produção, nem áreas ou estruturas especializadas relacionadas com aquela actividade. Faltam também estudos paleo-ambientais virados para a reconstituição da fauna e da flora calcolíticas, que nos possam documentar qualquer forma específica de “intensificação”. Os indicadores de interacção predominam também nos povoados de tipo arquitectónico A e G, ocorrendo ainda em menor frequência nos de tipo C. De assinalar a variedade de matérias-primas e de estilos artefactuais, que sugere um nível aparentemente mais alto de interacção do que nas restantes regiões peninsulares. No entanto, a presença do cobre ou da cerâmica campaniforme nem sempre coincide com o momento das fortificações (v. por ex. Leceia), o que poderá estender-se a outros indicadores, cuja relação cronológico-cultural com as estruturas pétreas não está completamente confirmada. Alguns dos indicadores de interacção, como por exemplo um determinado tipo de “ídolos”, são originais da Estremadura, e terão sido difundidos desta área para outras regiões da Península Ibérica.

No geral, continuamos a não poder correlacionar directamente os povoados fortificados estremenhos com o global fenómeno de “intensificação”. É certo que o Calcolítico estremenho demonstra um nível mais elevado de interacção, mas não se encontra provado que os povoados fortificados, no seu conjunto, se correlacionem preferencialmente com intercâmbios específicos. Ou não existe actualmente forma de o provar.

Na Meseta Norte e sua periferia ocidental, os indicadores tradicionais de “intensificação” foram explicitamente detectados apenas ainda num povoado de tipo B (Castelo Velho). No entanto, os de interacção estão distribuídos por dois povoados de tipo B e um de tipo D.

Salientemos as seguintes linhas de força:

1. Não é possível correlacionar os conceitos tradicionais de fortificação, interacção e “intensificação”.
2. Em certos povoados de tipo arquitectónico A, B e G, povoados com estruturas mais complexas, encontramos, na verdade, alguns dos mais comuns indicadores do processo de “intensificação”, mas não nos podemos esquecer de que a grande maioria dos povoados fortificados nunca foi intervencionada, pelo que não podemos fazer qualquer inferência global a partir desta constatação. A variável “intensificação” precisa de ser redefinida ao nível das múltiplas formas que pode assumir no registo arqueológico.

3. Os indicadores tradicionais de interacção encontram-se mais uniformemente espalhados entre os vários tipos de fortificações, ainda que sejam melhor reconhecidos em certos povoados do Sudeste e sobretudo da Estremadura. Não se nota, no entanto, no que respeita à presença/ausência destes indicadores, nenhuma diferença especial entre povoados fortificados e não fortificados. A variável interacção precisa também de ser contextualizada para ter um mínimo de operacionalidade.

À pergunta desta alínea a resposta é dupla:

a) é impossível responder porque a “base de dados” não é suficientemente ampla;

b) começa a não ter sentido formular perguntas a que se não pode responder no âmbito das contradições geradas por uma Arqueologia generalista: que deixou de acreditar num número limitado de regularidades do comportamento e que se tornou “voraz” de “dados”.

Se existem várias “intensificações” e “interacções” e se, como vimos, existem vários tipos de “fortificações” que nem sempre expressam esses processos culturalmente específicos, subsistirá ainda alguma “meta-regularidade” que dê unidade às fortificações? Tentemos auscultar a questão da diferenciação social.

2.4 Polissemia dos “povoados fortificados” calcolíticos: variabilidade de contextos sociais e simbólicos em que se integram

A arqueologia processual distingue entre diferenciação vertical e diferenciação horizontal (Chapman, 1991). A primeira afere-se pela diversidade tumular (dimensão e longa cronologia das necrópoles, complexidade construtiva e acesso diferenciado a certos túmulos, presença de objectos de prestígio, etc.) e pela hierarquia dos habitats (diferentes dimensões das áreas ocupadas, variabilidade funcional das estruturas domésticas, presença/ausência de fortificações, etc.). A diferenciação horizontal reflecte-se na especialização da produção, quer no interior, quer entre povoados.

O Quadro IV dá-nos uma visão geral sobre a associação de necrópoles e “povoados fortificados” culturalmente conectados, de forma a reconhecer padrões de variabilidade tumular/habitacional. Entramos assim na análise da diversidade sepulcral.

Uma primeira abordagem leva-nos às seguintes conclusões:

1 — Existe uma marcada diferença regional entre, por um lado, o

QUADRO IV

ÁREAS TÚMULOS NECRÓPOLES SANTUÁRIOS	SE		SO		ESTREMAD.		MESETA N. E/S PERIFERIA W.
	Tipo Arquit.	Túmulo	Tipo Arquit.	Túmulo	Tipo Arquit.	Túmulo	Tipo Arquit.
A	C, H B C D	Th e Th+f m g h+m	B B C H	Th m, m, m, m m	Ab g	g	
B	Aa B	Th+h+c Th+h+c					
C			B	m+Th+h			
D			B C	Th, Th Th	Ab C	g g	
E			C				E
F	Tipo Arquit. B — 2 ex.		Tipo Arquit. C — 11 ex. B — 4 ex. H — 8 ex.		Tipo Arquit. Aa — 1 ex. B — 1 ex. C — 3 ex. G — 2 ex. H — 6 ex		Tipo Arquit. B — 2 ex.. D — 1 ex. C — 1 ex. F — 2 ex..

Legenda do Quadro IV:

Modos de associação de sepulcros/necrópoles e povoados fortificados no Calcolítico peninsular

A — túmulos nuclearizados, intervisíveis, nas proximidades; B — necrópole concentrada, de longa duração, contígua; C — necrópole concentrada, de longa duração, nas proximidades; D — 1 sepulcro nas proximidades; E — povoado + santuário de arte rupestre; F — desconhecido.

túmulo: Th — *tholos*; f — fossa; m — monumento megalítico; c — cista; h — hipogeu; g — gruta natural.

Sudeste e o Sudoeste e, por outro, a Estremadura e a Meseta Norte. Nas duas primeiras áreas ocorrem sepulcros monumentais (*tholoi*, monumentos megalíticos) associados a povoados fortificados, sendo de destacar a presença de necrópoles concentradas nas imediações dos mesmos. Ocasionalmente existem também enterramentos em sepulcros não monumentais (em grutas naturais, hipogeus ou cistas). Nas duas restantes áreas não foram detectados, até à data, enterramentos monumentais indubitavelmente associados aos ditos povoados. Em geral são conhecidos nestas regiões vários tipos de sepulcros (*tholoi*, hipogeus, monumentos megalíticos), mas não se podem, de momento, correlacionar povoados e túmulos;

2 — O Sudeste sobressai pelo maior número reconhecido de necrópoles associadas a povoados fortificados. Mesmo no Sudoeste, e apesar de algumas exceções importantes, predominam os casos em que se desconhece o padrão de associação povoado/ sepulcro;

3 — Observa-se, tanto no Sudeste como no Sudoeste, uma acentuada diversidade na articulação tipo de sepulcro ou de necrópole e tipo de povoado. Esta diversidade impede que reconheçamos qualquer padrão tipológico/espacial. Assim, povoados de tipo arquitectónico B e C, os mais numerosos a nível peninsular, associam-se quer a *tholoi* quer a monumentos megalíticos. Enterramentos em gruta natural articulam-se com povoados de tipo A e C. Por outro lado, necrópoles de duração média ou longa, contendo túmulos de natureza diversa, também se articulam, por sua vez, com distintos povoados. Por exemplo, a fórmula *tholos* + fossa associa-se a povoados de tipo arquitectónico C e H; a fórmula hipogeu + monumento megalítico, a um provável povoado de tipo arquitectónico D; a fórmula *tholos* +hipogeu+cista associa-se a um grande povoado de tipo A (Los Millares); a fórmula megálico+ *tholos* + hipogeu a um possível povoado de tipo B.

Creemos que esta diversidade de associações aponta para uma variabilidade social e cultural que deve ser investigada de per si, no âmbito de cada região.

No Sudeste é de destacar o caso único — na região e na Península — de Los Millares, em que uma necrópole concentrada, de longa duração, com cerca de 80 túmulos (entre *tholoi*, hipogeus e cistas) se localiza, não apenas num espaço contíguo ao povoado, mas sobretudo a bloquear o único acesso ao mesmo. Dada a localização topográfica da necrópole, será lícito perguntar se ela não terá constituído uma espécie de “linha defensiva avançada” do povoado. Na verdade, a necrópole, interpondo-se na única passagem acessível do mesmo povoado, poderia funcionar, para o exterior, como um “território constringedor”, porque “território de antepassados”.

Quem, pertencendo a uma outra comunidade, quisesse abordar Los Millares, mesmo antes de atingir a terceira (e mais externa) linha defensiva, teria primeiro de atravessar um espaço virtualmente “perigoso”, porque carregado de sentidos, não só identificadores da comunidade que habitava o povoado, mas também, provavelmente, apenas compreensíveis pelos seus ocupantes.

Ainda nesta região são conhecidas necrópoles mais ou menos concentradas em torno dos povoados (a 200 m. ou mais deles), como a de El Barranquete — cerca de 15 *tholoi* — (povoado de El Tarajal), La Encantada — c. de 3 *tholoi* e 40 sepulcros em fossa — (povoado de Almizaraque), Los Eriales — c. de 12 monumentos megalíticos — (povoado de Cerro de Los Castellones), etc., etc.

Estas necrópoles, ou o que resta delas, são internamente muito variadas: — em número de sepulcros (desde 2 a 50); — em variedade e complexidade arquitectónica dos túmulos (*tholoi*, monumentos megalíticos, *tholoi* + fossas, hipogeus+monumentos megalíticos, grutas naturais); — em monumentalidade dos túmulos (sepulcros com visibilidade muito diversa); — no tipo de espólios tumulares; — em tempo de duração e dinâmica evolutiva (espacio-temporal) das necrópoles.

Estas sepulturas são o possível indício de realidades socialmente heterogêneas que apontam para níveis muito diversos, no espaço e no tempo, de complexidade social.

No Sudoeste, em 34 povoados só em 10 podemos estabelecer uma relação com as respectivas necrópoles. Contudo, apesar desta óbvia falta de informação, é de registar nos 10 casos conhecidos uma grande heterogeneidade.

Por um lado, devemos considerar Alcalar como uma necrópole concentrada, de longa duração, com cerca de dúzia e meia de túmulos (entre *tholoi*, um monumento megalítico e um hipogeu), dispersa por vários núcleos localizados em torno de um povoado. A grande maioria dos sepulcros são de falsa cúpula, com elaboradas divisões interiores do espaço. Em alguns é visível a existência de átrios em frente aos corredores, nos quais foram depositados menires decorados. Os espólios integram, entre outras matérias-primas, cobre, ouro e marfim. É possível que a necrópole tenha tido um carácter disperso no Neolítico Final, e que a esse momento correspondessem pequenos povoados da área, entre os quais o próprio povoado de Alcalar (primeira fase). Mas, ao longo do Calcolítico, a necrópole ter-se-á adensado sobre os outeiros existentes num raio de cerca de 500 m. em torno do povoado de Alcalar. Este poderá ter assumido o estatuto de “lugar central” da região, correlativo da complexificação da necrópole em termos de polimorfismo e hierarquia sepulcral (Parreira, 1990, Parreira e Serpa, (no prelo).

Por outro lado, devemos considerar também a pequena necrópole de La Zarcita, associada ao povoado fortificado de Los Vientos. Trata-se de uma pequena necrópole concentrada (4 túmulos de falsa cúpula), de pequena duração, situada em suaves promontórios nas proximidades do povoado. Estes monumentos descrevem um segmento de círculo, de raio não superior a 700 m., nas colinas que circundam a norte a “cidadela”. Cada sepulcro apresenta uma solução arquitectónica distinta. No seu interior foi encontrado cobre, cerâmica “simbólica” e, vestigialmente, cerâmica campaniforme. Os sepulcros não denotam hierarquização espacial.

De referir ainda algumas necrópoles megalíticas de que não se conhece praticamente nada a nível de arquitecturas ou espólios. Referimo-nos às necrópoles de Torrejona e Moncarxa (povoado de Moncarxa), Canchal (povoado de Canchal), Charneca do Fratel (povoado com o mesmo nome); Amieira (povoado da Senhora da Giesteira) ou a necrópole conectável com o povoado de Monte Novo dos Albardeiros.

Em último lugar, constatamos a presença de uma *tholos* localizada a cerca de 200 m. do povoado do Escoural e uma outra eventualmente conectada com o povoado de Santa Justa, mas a cerca de 5 km. deste.

Apesar da óbvia falta de informação sobre estas necrópoles, é revelador que em dez casos conhecidos se registe, como atrás dissemos, tão grande heterogeneidade: em número de sepulcros; em concentração e dispersão dos mesmos; em concepção e complexidade arquitectónica (*tholoi* , hipogeus, monumentos megalíticos); em espólio; em tempo de duração e cenários de utilização. Mais uma vez somos levados a pensar que estas necrópoles, cada uma delas associada a diversos tipos de povoados fortificados, nos remete para uma grande diversidade de contextos sociais e simbólicos, diversidade essa que não é facilmente identificada no registo arqueológico, de forma linear.

Relativamente à Estremadura e Meseta Norte, não temos dados para a relação povoado-sepulcro. No entanto, é de sublinhar a existência, na província de Zamora (Meseta Norte), como também na de Cáceres (Sudoeste) de povoados (El Pedroso e Los Barruecos) associados a santuários de ar livre (gravuras e pinturas rupestres), cujas muralhas ou muros rodeiam todo o recinto ocupado pelos espaços doméstico-rituais. Em qualquer destas regiões não é conhecida nenhuma necrópole concentrada, pelo que parece estarmos perante um outro padrão de articulação espacial e hierárquica entre povoado e respectivas necrópoles.

Em conclusão, as necrópoles e túmulos associados aos ditos “povoados fortificados” sugerem uma gama enorme de possibilidades interpretativas, entre as quais uma, e apenas uma, será a existência, neste universo analisado, de níveis de diferenciação social muito diversificados.

Se tentássemos seguir a metodologia funcionalista-processual para encontrar outros indicadores de diferenciação vertical, nomeadamente no que toca à hierarquização de povoados, certamente debater-nos-íamos com o seguinte dilema: em todas as regiões é notória a diversidade de estruturas domésticas e “defensivas” (ou tão só delimitadoras) de povoados que acusam uma maior ou menor monumentalidade arquitectónica. Mas tal diversidade regional apontará sempre para uma hierarquização do povoamento? Ou essa diversidade poderá também (alternativa ou cumulativamente) significar uma variabilidade de funções relacionadas com a produção, ou até com outros planos da realidade social? Mas se olharmos para os povoados sob este prisma, e em qualquer das regiões peninsulares, chegamos sempre à mesma conclusão: os dados arqueológicos não possibilitam qualquer generalização sobre uma eventual conexão entre todos os povoados fortificados e a especialização da produção, ou de qualquer outra actividade social.

Los Millares, Castelo Velho, Monte da Tumba ou Vila Nova de S. Pedro, serão sempre excepções, mesmo que os consideremos exemplos de locais onde se produziram e armazenaram bens de vária natureza. A grande maioria dos povoados fortificados (mesmo os extensamente escavados como Leceia) não são demonstrativos de qualquer processo de “especialização”.

Não nos repugna aceitar que um povoado como o Zambujal, entre outros, se integre numa rede hierárquica de povoamento, e seja considerado até, eventualmente, um “lugar central”, embora seja necessário explicitar o que significa tal conceito no contexto da Pré-história recente da Estremadura. Também não nos é difícil aceitar que em algumas necrópoles associadas a povoados fortificados (por ex., as de Los Millares ou Alcalar) exista uma óbvia hierarquia tumular. Como também podemos concordar que em alguns povoados como, por exemplo, Vila Nova de S. Pedro ou Castelo Velho, existem alguns indícios — segundo a abordagem clássica — de “especialização” da produção.

Mas o que é inegável é que todos os casos mencionados são excepções no que toca aos indicadores “processuais” de diferenciação social. Utilizando a metodologia desta corrente de pensamento, os ditos povoados não espelham uma realidade unitária em termos de uma qualquer diferenciação ou complexidade social. É evidente que poderíamos questionar se tais indicadores são válidos, mesmo à luz da visão processual. E se não deveremos mudar de questionário, buscando conseqüentemente outros indicadores. Mas o que incessantemente os chamados “dados empíricos” têm vindo a demonstrar é a negação da unidade e da eficácia operativa do conceito “fortificação”.

Fazendo o balanço do que foi dito até agora: durante a segunda metade do III.º milénio/inícios do II.º milénio a. C. — ou seja, durante um lapso de tempo de cerca de 700, 800 anos — surgiram na Península Ibérica sítios delimitados por muros, muretes ou muralhas, com durações diversas, articulados com ecossistemas variados, vinculados a processos económicos e sociais distintos.

É certo que, uma vez rompida a unidade geral do conceito, será sempre possível recompô-lo em outras categorias com alguma coerência interna. Basta, por exemplo, restringir o número de exemplares envolvidos neste estudo e recombina-los à luz de novas variáveis: assim, “povoado fortificado” poderá equivaler, tão só, a sítios de tipo arquitectónico A ou B, localizados em zonas costeiras (ou com elas directamente conectados), integrando áreas semi-especializadas de produção, articulados com necrópoles hierarquizadas, etc., etc.

Mas uma vez que se rompeu a unidade do conceito, cremos que não devemos deixar passar a oportunidade de repensar a problemática subjacente a perguntas que já anteriormente colocámos, e que de novo retomamos. Por que é que foram construídos povoados delimitados por muros e/ou muralhas? Quem foram os construtores/utilizadores destas arquitecturas e quais os sentidos que essas populações inscreveram nelas? Estas questões envolvem duas ideias interconectadas: a de que existe, apesar de todas as diversidades constatadas, uma “meta-regularidade” que aglutina esses povoados; a de que essa “meta-regularidade” só se “resolverá” noutro plano problemático, o da antropologia do espaço, no qual palavras-chave como “delimitação espacial”, “arquitectura” e “sentido” tenderão a substituir a questionação tradicional em torno de “muralhas”, “muros” e os “autores” dos mesmos.

3. “Povoados fortificados” como lugares monumentalizados

3.1 *Arquitecturas, actividades e “cenários”: sobre a relação entre “cultura” e organização do espaço construído, numa perspectiva paleoantropológica*

A cultura constitui-se através de práticas sociais; é uma realidade plural, em permanente mutação, na qual as “visões do mundo” contribuem também para a construção da realidade (Bourdieu, 1988). A Arqueologia, tal como outras ciências sociais, pretende estudar essas práticas, não para atingir os seus supostos sentidos últimos, que tivessem ficado impressos em materialidades, mas para tentar apreender, através de relações “invisíveis” inscritas em tais materialidades, esquemas cognitivos,

estruturas, que podem inclusivamente ter escapado à consciência e à vontade dos actores sociais (Bourdieu, 1988).

Uma das linhas de abordagem possíveis é a sugerida pela Antropologia do espaço (Paul-Lévy & Segaud, 1983).

Segundo Rapoport (1990, 1994) todas as actividades humanas, organizadas em sistemas, têm lugar em “cenários”, que por sua vez também se estruturam em sistemas. Assim, a interpretação da natureza ou significado de uma dada actividade depende intimamente da identificação do cenário em que a acção se inscreve. Rapoport desenvolve algumas noções básicas sobre o conceito de “actividade”. Este conceito envolve quatro componentes: a actividade propriamente dita; a forma como é produzida; a forma como está associada a outras actividades e combinada em sistemas de actividades; e o significado da actividade. Estes dois últimos aspectos são particularmente importantes para a abordagem do passado pré-histórico. Por exemplo, a actividade da moagem, em si mesma, tanto pode ser encarada como uma técnica de produção de farinha em articulação com outras actividades (sementeira, ceifa, armazenagem, etc.), com as quais faz sistema, como, simultanea ou alternadamente, uma técnica ritual propiciatória de um bom ano agrícola. Depende dos cenários em que tal actividade esteja integrada. Na verdade, a interpretação da natureza de uma “actividade” decorre eminentemente da identificação do “cenário” a que a mesma está ligada. É o “cenário” que fornece sentido a tal “actividade”. Para Rapoport o cenário é o “milieu” que define uma situação, possibilitando a acção. Num cenário há elementos fixos, semi-fixos e móveis. Em todos os cenários é muito relevante o papel dos elementos semi-fixos e dos móveis. Os elementos fixos de um cenário, que aqui primordialmente nos ocupam (por ex, uma arquitectura), são tão só o suporte físico mínimo de um espaço complexo, onde intervêm espacial e temporalmente imensos elementos móveis. No contexto da Pré-história ibérica que agora nos importa, devemos perguntar: como articular arquitecturas, sistemas de actividades e sistemas de cenários?

De notar que uma arquitectura, por si mesma, dificilmente nos fornecerá a “chave” dos sistemas de actividades e de cenários em que se inclui. Tais cenários necessariamente integrariam áreas exteriores às próprias arquitecturas, outros locais, e, em última análise, todo o meio circundante.

Nesta linha de pensamento, algumas ideias emergem:

— não é correcto comparar arquitecturas para identificar “actividades” ou “cenários”. Só tem interesse comparar *sistemas de actividades* e *sistemas de cenários*, se quisermos vislumbrar, algum dia, eventuais regularidades no binómio actividades/ arquitecturas;

— é fundamental tentar compreender os esquemas cognitivos

envolvidos nas arquitecturas que estudamos, procurando relacioná-las com as estruturas geradoras das práticas sociais e suas representações simbólicas;

— torna-se extremamente problemático comparar “actividades” e “cenários” quando nos reportamos a épocas pré-históricas. Mas a consciência aguda dessa dificuldade, dessa resistência, permite evitar inúmeras falsas soluções, infundáveis “explicações” ingénuas que vemos sucederem-se. Num labirinto, o conhecimento de que muitas das “saídas” são falsas é um passo indispensável para o encontro, a prazo, de uma “saída”, embora suspeitemos que ela será apenas a “entrada” de um labirinto ainda mais complexo;

— a arquitectura é, em si mesmo, opaca, enquanto expressão física da organização espacial. No entanto, toda a expressão física da organização espacial constitui um aspecto essencial da organização do sentido, o qual se materializa a diferentes escalas (poder, riqueza, privacidade, organização social, etc.). A arquitectura só fornecerá ela própria sentido, quando se tornar um elemento “visível” da expressão física da organização espacial;

— não se trata apenas de ser necessário pôr os “dados” — a arquitectura — a falar, já que é do senso comum dizer que “os dados não falam por si.” Trata-se de discutir em que “língua” vamos pôr a arquitectura a falar. Admitimos que o passado está aberto a múltiplas e contraditórias leituras e cremos, como J. Barrett (1994a), que “(...) a interpretação reside num encontro que é condicionado por determinadas expectativas a respeito do mundo e a respeito do lugar que o sujeito nele ocupa.” (p. 169).

3.2 Complexidade social e organização do espaço doméstico: em torno da possibilidade de uma “teoria espacial” das sociedades pré-históricas

Rapoport (1990) refere que diversidade e especialização de “cenários” ocorre preferencialmente em “sociedades complexas.” Em 1994, o autor resume o seu pensamento sobre a relação entre organização espacial e complexidade social da seguinte forma:

1 — A organização do espaço envolve a sua classificação em “domínios” e “cenários”; o controlo do espaço, através de regras que super-visionam o comportamento social; a comunicação do tipo de domínio e de cenário, de fronteiras e de regras, através do uso de sinais como muralhas, elementos semi-fixos, etc.

2 — Em sociedades complexas, os códigos cognitivos tendem a ser mais desenvolvidos; os cenários aumentam em diversidade e espe-

cialização, e ocorrem marcações espaciais mais claras, aquilo que o autor designa como uma maior redundância de sinais (aparecem muralhas, entradas, torres, etc.).

3 — Os “marcadores” espaciais dos “cenários” e das “fronteiras” têm uma função mnemónica, reduzindo a necessidade de processar informação.

4 — A maior visibilidade de “marcadores” espaciais em sociedades complexas está associada à necessidade de “marcação territorial” para uso externo, de definição de “fronteiras”, que é normalmente correlativa da afirmação da identidade cultural.

5 — As “fronteiras”, para serem efectivas (para terem valor comunicacional) necessitam de ser notadas (a redundância é necessária), compreendidas (serem culturalmente específicas) e preparadas para coagir (a quem se dirigem).

6 — Todos os ambientes construídos (de que fazem parte, por ex., as arquitecturas) jogam um papel importante na socialização comunitária.

Em suma, quanto mais complexa for a organização social mais complexa será a organização do espaço e mais este se encontrará marcado fisicamente. O espaço passa então a visibilizar-se muito mais por sentidos de nível médio (que veiculam identidade, estatuto, riqueza, poder, etc.) e de nível baixo (sinais “instrumentais” que identificam a utilização de cenários e assim comandam situações sociais, movimento, acessibilidade, etc.). Podemos concluir dizendo que o espaço “visível” correlaciona-se com “sentidos” fisicamente representáveis.

Os estudos antropológicos de Susan Kent (1990) vieram demonstrar alguns pontos de vista que se articulam com a abordagem de Rapoport. A partir da análise comparativa de 73 sociedades, a autora, entre outras ideias, tentou mostrar a correlação da complexidade socio-política com, no interior de arquitecturas domésticas, áreas específicas relacionadas com determinadas funções e com o género (feminino/ masculino). S. Kent afirma que, embora quase todas as sociedades utilizem áreas adstritas a uma só função e áreas multifuncionais, a *ratio* áreas não específicas/ áreas específicas varia num contínuo crescendo das sociedades simples para as complexas.

Adentro das sociedades analisadas por S. Kent, cabe salientar as que se integram nas categorias III e IV da autora. A categoria III refere-se a grupos hierarquizados, com recurso a um chefe (ainda que não hereditário), com especialização económica e socio-política em tempo parcial. São grupos com níveis relativamente estáveis de produção e sedentarização. A arquitectura doméstica não só revelou áreas restritas relacionadas com o género, a produção e a armazenagem de bens de subsistência, como

também estruturas e áreas especializadas no armazenamento de objectos rituais e até a construção de “casas cerimoniais”. Ou seja, não só foram identificadas áreas funcionalmente restritas, como no interior de um espaço doméstico, se observaram áreas temporariamente especializadas em “actividades de excepção” - o que Rapoport chamaria a ocorrência de “cenários efémeros” (por ex., a casa do chefe de uma aldeia dos Ainu era usada, por vezes, em cerimónias colectivas). A categoria IV refere-se a grupos estratificados, com chefes hereditários, desenvolvendo a especialização económica e socio-política em tempo total. São grupos sedentários, que usam a redistribuição como forma económica e social de intercâmbio. Existe uma forte divisão social do trabalho associada ao género, idade e estatuto social. A arquitectura doméstica é muito compartimentada, correlacionando-se estreitamente com a segmentação cultural. Ocorrem diferentes *loci* por função, idade e género, os quais, muitas vezes, utilizam estruturas e áreas separadas. O que é interessante relevar é que mesmo nos casos em que não existem barreiras físicas (por ex., paredes), as barreiras conceptuais são rígidas: existem sítios para se cozinhar, sítios para armazenar, para dormir, sítios públicos de sociabilização, etc. É óbvia a importância estratégica de tais barreiras conceptuais.

Estas duas categorias de sociedades (III e IV) que, sendo complexas, não são ainda politicamente centralizadas, são as mais ambíguas do ponto de vista do uso do espaço e das arquitecturas domésticas. Na verdade, nestes grupos, a segmentação do espaço pode ocorrer em função de um número amplo de variáveis, tais como a natureza da actividade, o género, a idade, mas também o estatuto, e sob as mais diversas formas. O espaço aparece assim “segmentado”, mas ainda não propriamente “diferenciado”. O que levanta uma questão adicional: a da visibilidade arqueológica de um espaço segmentado, ou seja, de um espaço que se transmuta em múltiplos cenários, nem sempre construídos.

S. Kent inicia e conclui o seu estudo com duas ideias-chave: — a complexidade social determina a organização do espaço construído, sobretudo ao nível da sua segmentação; — à medida que uma sociedade se torna mais complexa, o comportamento / uso do espaço e a cultura material / arquitectura tornam-se cada vez mais compartimentados, mais segmentados.

Desta forma, a autora encaminha-se para o ponto fulcral (e mais polémico) da sua investigação, que é o estabelecimento de um modelo gerador de “previsões”: segmentação e compartimentação arquitectónica equivaleriam a segmentação e complexidade cultural. Tal modelo insere-se numa vontade expressa por parte da autora em contribuir para a construção de uma “teoria espacial da sociedade”, negando o cepticismo

de Hillier & Hanson (1984): “(...) uma tal teoria não existe (...). Tal teoria, se existisse, seria provavelmente também uma teoria da própria sociedade.” (p. 29).

Existem obviamente dois grandes óbices à análise desta autora: em primeiro lugar não se explicitam os parâmetros antropológicos do conceito de “complexidade social”; em segundo lugar, o modelo proposto tem um carácter claramente “preditivo”. Mas, como se sabe, explicar não significa prever. Podemos, através de correlações da produção material e do comportamento humano, tentar saber o que sucedeu no “passado”, mas não ficamos a saber porquê. No entanto o estudo de S. Kent é útil sobretudo na apreciação da variabilidade contextual das sociedades analisadas, a qual, aliás, contraria as próprias tendências generalizadoras da autora. Apenas alguns exemplos: como vimos acima, certas “áreas especializadas” são-no temporariamente, o que significa que não têm autonomia espacial (são, dissemo-lo já, os chamados “cenários efémeros” de Rapoport); algumas dessas áreas especializadas relacionam-se com actividades de excepção, de tipo cerimonial, as quais se observam em espaços habitualmente chamados domésticos; em certos cenários não existem barreiras físicas, sendo de salientar a importância e papel de “barreiras invisíveis”.

Voltando à questão de eventuais regularidades no binómio actividade / arquitectura, ou da possibilidade de uma “teoria espacial” da sociedade, não cremos que se possa facilmente atingir novos patamares evolutivos com base numa eventual homologia entre “complexidade social” e “complexidade espacial”, como advogam Kent e Rapoport. Dizer-se que a “marcação física do espaço” é uma constante da “organização complexa do espaço” requer uma reflexão prévia sobre complexidade ao nível espacial. Um espaço carregado de sinais físicos deve ser sempre considerado mais “complexo” do que outro que os não tenha? Deve ser sempre conectado com uma organização social mais complexa? Estas perguntas fecham-se em círculo. Deixemo-las provisoriamente. Mas emerge em Rapoport uma ideia que nos permite olhar o espaço na sua relação com a noção de territorialidade: a maior visibilidade de marcadores espaciais relaciona-se com uma mais incisiva marcação territorial, com a definição de fronteiras e a afirmação das identidades culturais. Espaço, território, identidade, são palavras-chave de uma leitura alternativa.

3.3 *Povoados fortificados do Calcolítico peninsular: níveis de monumentalização e de compartimentação espacial. A “novidade” da monumentalização de alguns contextos domésticos no quadro da territorialização peninsular*

É altura de redefinirmos o conceito-chave deste texto. O chamado “povoado fortificado” é um espaço doméstico delimitado por estruturas pétreas com diferentes graus de durabilidade, visibilidade, monumentalidade. O denominador comum de todos estes sítios habitados é a contenção adentro de uma área mais ou menos restrita cercada por muros ou muralhas de múltiplas actividades exercidas adentro do que, redutoramente, se convencionou chamar um “espaço doméstico.” Ou seja, a restrição da área habitada vem sempre acompanhada de uma delimitação pétreia com diferentes graus de visibilidade/monumentalidade.

A questão que normalmente se coloca é a seguinte: para que serviram tais delimitações pétreas? Normalmente responde-se de forma dicotómica: existem os partidários da “função defensiva” e os “outros”. Esses “outros” costumam remeter tais estruturas para o lado evanescente do “simbólico”. “Simbólico”, neste contexto, é uma categoria demasiado vaga e imprecisa, que funciona como “guarda-chuva” de um conjunto de práticas sociais cuja natureza se desconhece. Claro que também existem os partidários da “reconciliação”. Tais povoados acumulariam funções “defensivas” e “simbólicas”. Alguns avançam um pouco mais: poderia haver algum “simbolismo” na própria arquitectura defensiva, o qual actuaria como força intimidatória sobre os agressores, explicação que pressupõe, obviamente, que tais agressores seriam capazes de reconhecer, de algum modo, os sentidos transmitidos por tais arquitecturas, pois, de outra maneira, não se deixariam “intimidar” por elas.

Creemos que as questões não se podem colocar nestes termos dicotómicos, com toda a teia de compromissos possíveis entre pólos opostos. O que importa, definitivamente, é sair desse campo simplista de sentidos, da oposição “função simbólica” *versus* “função defensiva”. O lance decisivo consiste em superar o funcionalismo ingénuo que tem presidido às interpretações arqueológicas. O que interessa é não identificar poder e luta pelo mesmo, com conflitualidade aberta, manifesta, cujo extremo seria a guerra. O poder é uma instância subtil, disseminada na sociedade, no comportamento quotidiano dos indivíduos, e é permanentemente negociado através de atitudes, gestos, procedimentos muito complexos que não são independentes, como é óbvio, dos cenários fixos (semi-fixos, ou móveis) em que decorrem.

Assim, a simples existência, num espaço, de delimitações constrangedoras do movimento dos indivíduos teria, forçosamente,

de criar condições físicas potencialmente significativas na negociação do poder, intra e inter-comunitário, negociação essa que de modo algum se pode reduzir a uma função caricaturalmente identificada com “defesa-ataque”.

Pensamos pois que estas “delimitações físicas”, sejam elas muros, muretes ou muralhas, ou outras, só ganharão sentido quando associadas a “práticas” que, por sua vez, devem ser lidas por referência a uma ordem mais ampla, observável numa “paisagem de poder” mais abrangente.

Tentaremos agora demonstrar que os povoados “cercados” calcolíticos se relacionam, em diversos graus, com formas de territorialização e afirmação de identidades culturais. Os muros e as muralhas, independentemente de terem podido funcionar como “defesas” num determinado momento da sua história, devem, acima de tudo, ser considerados como **dispositivos comunicacionais** ao serviço da territorialização e da identificação.

Dividimos os 69 povoados em função da sua visibilidade e monumentalidade (segundo critérios aproximativos, tendo em conta a área, a complexidade construtiva, o provável destaque na paisagem).

Categoria A — maior monumentalidade - povoados de tipo arquitectónico A (Los Millares; Vila Nova de S. Pedro; Leceia; El Malagón?);

Categoria B — monumentalidade média - povoados de tipo B e E;

Categoria C — menor monumentalidade - povoados de tipo C, D, F e G.

À excepção da categoria A, que apenas surge no Sudeste e na Estremadura, a partir de meados do III.º milénio a. C., as categorias B e C aparecem em todas as regiões quase simultaneamente a partir de cerca de 2.400 a. C., um pouco mais tardiamente no Norte da Península (cerca de 2.300/2.200 a. C.). Como explicar esta visibilidade em contextos domésticos durante a segunda metade do IIIº milénio a. C.? Existirá alguma ordem supra-regional que condicione, em áreas tão diversas, a emergência de um fenómeno com características espaciais tais similares?

Em todas as regiões onde surgem povoados “cercados” existe um denominador comum: uma nova forma de *ocupação da terra* e, correlativamente, a emergência de novos sistemas da sua *representação*. De facto, desde os inícios do IIIº milénio a. C., que em todas estas áreas se observam, ainda que com diversos meios tecnológicos e humanos, e no interior de variados sistemas sociais, investimentos agrícolas de longo prazo nas mesmas regiões. Tais investimentos podem ter recorrido quer ao regadio (no Sudeste por ex.) quer a outros mecanismos agrícolas

intensivos sob a forma, por exemplo, de curtos períodos de pousio. Todos estes investimentos tiveram como resultado ocupações continuadas nos mesmos sítios durante longos períodos de tempo (v. por ex. povoados de Los Millares, Zambujal, Castelo Velho, etc.). Assim, não se pode dissociar tais investimentos na agricultura de ocupações contínuas e sistemáticas em territórios geográfica e conceptualmente cada vez mais circunscritos. Estamos perante um quadro de reformulação, a nível peninsular, dos sistemas de territorialização agro-pastoris.

Às “comunidades amplas” e relativamente “abertas” do IV.º milénio a. C., relacionadas com sistemas agrícolas extensivos (e longos períodos de pousio), dependentes da maciça cooperação de trabalho humano no interior de alianças inter-comunitárias em larga escala, sucedem-se as comunidades do IIIº milénio a. C.

O novo território acompanha agora a chamada “fragmentação da paisagem agrícola”. Passa-se de um território amplo, fluido, a um território com fronteiras (reais e cognitivas) onde cada vez mais se estabelecem dicotomias entre interior / exterior, dentro / fora.

A gestão deste novo território, por parte de grupos ainda não muito hierarquizados ou politicamente centralizados, exige uma muito nítida demarcação de fronteiras, do sublinhar de espaços, da anotação de tra-jectos, do controlo de acessos, a imposição espacial de proibições, a expressão espacial de possibilidades.

A nova gestão exige um tipo diferente de poder inscrito no espaço, que também modela a própria percepção do território.

O povoado “cercado” da segunda metade do IIIº milénio a. C., independentemente da teia de relações contextuais a que esteja ligado, reproduz, ao nível local, um novo figurino de “pertença a”, novas percepções, individuais e colectivas, do mundo social.

Em vez de se perguntar: *porquê esta arquitectura específica?* Ou, *o que é que se fez com esta arquitectura?*, pergunte-se antes: *em que condições?* Ou seja, inspirando-nos em Barrett (1994b), interroguemos: *quais as possibilidades e limites da acção?*

3.3.1 *O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa): hipóteses sobre a natureza dos sistemas de actividades desenvolvidos num espaço doméstico monumentalizado*

“ a verdadeira ciência, na maior parte das vezes, tem má aparência e, para fazer avançar a ciência, é preciso, frequentemente, correr o risco de não se ter todos os sinais exteriores da cientificidade.”

Pierre Bourdieu, 1989

Castelo Velho de Freixo de Numão é um dos poucos povoados “cercados” peninsulares onde foram identificadas e escavadas áreas funcionais relativamente bem preservadas e situadas no interior de um reduto delimitado por uma muralha (Jorge, 1993).

Apesar de se tratar de um pequeno povoado constituído por uma “cidadela” circundada, pelo menos, por um murete descontínuo (grupo arquitectónico B, categoria monumental B), ele fornece abundante informação para reflectir sobre as utilizações possíveis do reduto superior.

O sistema de amuralhamento terá sido construído por volta de 2.200 a. C., ou seja, no final do Calcolítico Pleno regional e, embora sofrendo remodelações internas, terá sobrevivido globalmente intacto até cerca de meados do IIº milénio a. C., ou seja, até finais do Bronze Inicial.

Embora desconheçamos eventuais transformações do murete externo, ao longo deste período de tempo, e também não saibamos como foi utilizado o espaço existente entre o reduto central e aquele murete, podemos sugerir três grandes fases de “monumentalização” deste sítio:

Fase I (corresponde à fase de ocupação 2a) - inicia-se por volta de 2.200 a. C. Durante esta fase foi construída uma muralha interna que delimita uma pequena área elíptica de 25 X 30 m. de diâmetro. No centro deste reduto cercado e no ponto mais proeminente do morro, ergue-se a base pétrea de uma provável torre sub-circular, com cerca de 9 m. de diâmetro. Na muralha interna foram identificadas três entradas, sendo a mais imponente a porta oeste. Exteriormente à M1 desenvolve-se um murete circundante descontínuo (M2), desconhecendo-se, de momento, outras eventuais linhas de muralha ou de muretes que possam ter existido, nomeadamente na área sul.

Fase II (corresponde à fase de ocupação 2b) - o seu início deve andar por volta de 2.100 / 2.000 a. C. É fechada uma das portas da M1 (porta leste). Por outro lado, a M1 é reforçada através de muros radiais de contenção e de um bastião semi-circular. A torre central e o murete externo continuam em funções. Esta fase assinala a maior monumentalidade adquirida pelo povoado em época calcolítica.

Correspondendo às fases I e II, sem que de momento se consiga estabelecer uma cronologia mais fina, foram identificadas, no interior do reduto fortificado, estruturas várias, sobretudo pétreas (talvez multifuncionais, incluindo a armazenagem, de planta sub-circular ou sub-rectangular; lareiras; buracos de poste), e concentrações de artefactos. O estudo comparado de todos estes elementos leva-nos a colocar a hipótese da existência no interior do reduto fortificado de áreas semi-especializadas em actividades de carácter produtivo como a moagem, a armazenagem (já referida), e a tecelagem.

De salientar que, de momento, não é ainda possível conectar cronologicamente cada uma das duas fases de monumentalização calcolítica com a diacronia das estruturas menores exumadas no recinto interior.

As perguntas a que se deve tentar responder são: quais os sistemas de actividades e de cenários, a nível local e regional, em que se deve incluir as técnicas de produção ou conservação acima nomeadas? Quais os sentidos particulares que tais cenários foram assumindo ao longo do tempo? Para satisfazer tais questões é preciso realizar estudos contextuais à escala local e regional e, sobretudo, integrar a realidade observada num leque de possibilidades sustentado por conhecimentos de carácter antropológico e histórico.

Fase III (corresponde à fase de ocupação 3) - é posterior a 1.800 a. C. e terá o seu *terminus* por volta de 1.500 / 1.400 a. C. Pode ter havido várias fases intermédias de monumentalização não detectadas no registo arqueológico. Observou-se o fecho da porta norte e o alargamento da porta oeste. O povoado terá reduzido os acessos ao reduto central. O murete exterior e a torre central continuaram em funções. Mas no reduto central não existem, ou não foram identificados, vestígios de “bens” cuja protecção justificasse, por si só, a manutenção da M1.

Ou seja, se quiséssemos articular a monumentalização do sítio com os sistemas de actividades / cenários nele envolvidos, poderíamos dizer que a fase III não parece vinculada à protecção/ostentação de “actividades semi-especializadas”, como o observado nas fases I e II.

Três ideias devem ser realçadas: — a monumentalização produziu-se fundamentalmente (tanto quanto podemos supor) no reduto central; — a monumentalização correspondeu à visibilização de um espaço reservado (real e simbolicamente protegido por uma muralha); — seria tentador segundo uma lógica processual procurar articular a monumentalização do reduto nas fases I e II com a necessidade de ostentação/defesa de um espaço onde decorreram actividades relacionadas com a produção e acumulação de bens de subsistência. Nesta perspectiva, “monumentalização” equivaleria a processos de “intensificação” económica e complexidade social. Esta ideia foi genericamente expressa por nós próprios (Jorge, S. O., 1993) e merece ser debatida à luz do novo raciocínio que se procura exercitar neste texto.

Ainda não existe um quadro da Pré-história da região em que se insere Castelo Velho, nem o conhecimento suficiente da “rede de povoamento” em que ele se integra, para podermos ir muito longe na interpretação funcional e sociológica deste sítio. Tanto mais que é de evitar o recurso

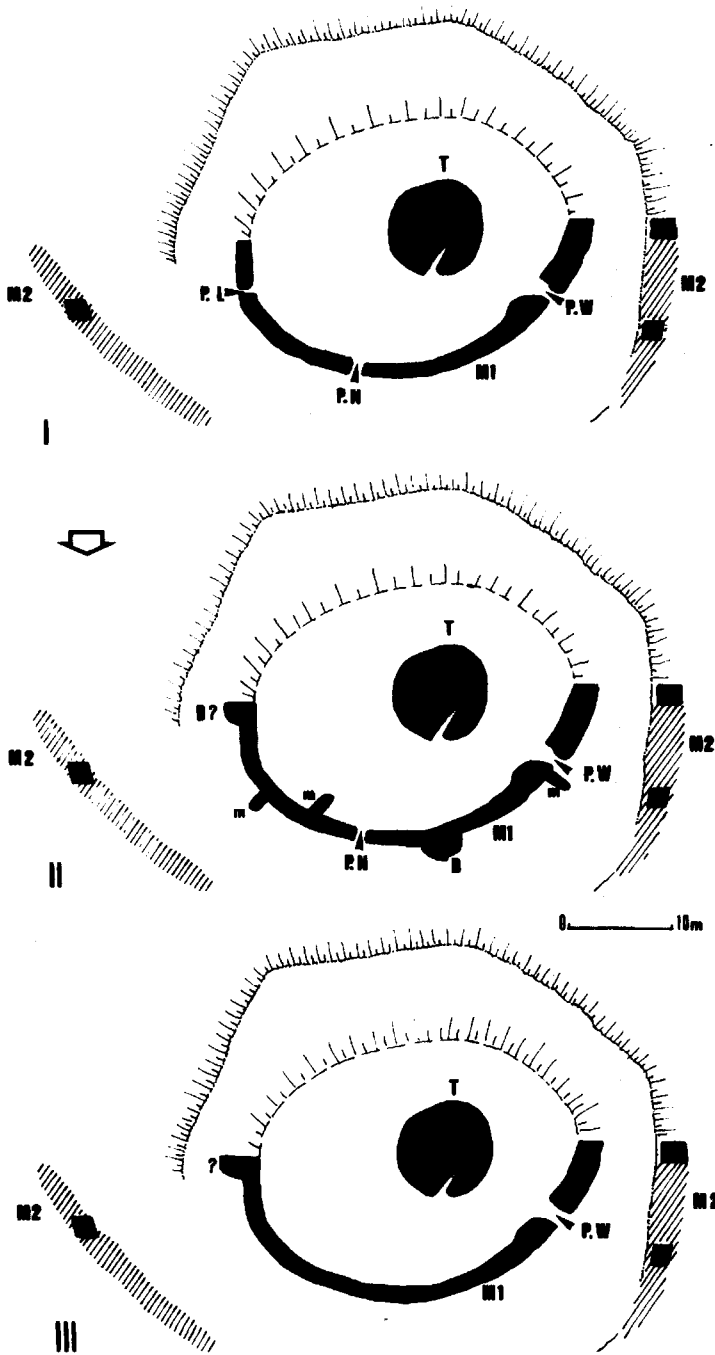


Fig. 2 — Castelo (Freixo de Numão, V.º N.º de Foz Côa): três fases de monumentalização entre o Calcolítico Pleno e o Bronze Inicial (I, II, III).
 T — torre central
 P.N. — porta norte
 M2 — muralha externa
 M1 — muralha interna
 P.W. — porta oeste
 B — bastião
 m — muro radial de contenção



Fig. 3 — Castelo Velho (Freixo de Numão, V. N.º de Foz Côa): vista geral do reduto central do povoado, durante os trabalhos de escavações efectuados em 1994. (foto V. O. Jorge)

a conceitos muito gerais e vagos, como aqueles que a Arqueologia processual se compraz em utilizar, para interpretar uma realidade específica, resistente, na sua particularidade, à inserção em esquemas apriorísticos que não explicam, mas apenas rotulam. Temos de partir do princípio de que os “dados arqueológicos” que utilizamos são ambíguos, na medida em que o mesmo tipo de estruturas pode referir-se a formas muito diversas de sociedade, de organização do poder, de mobilização da mão de obra (basta lembrar-nos dos monumentos megalíticos do IV.º e III.º milénios a. C.), de sistemas conceptuais, etc., etc.

Aqueles condicionalismos — resumíveis ao facto da estação nos aparecer, por ora, quase como uma “ilha” no meio de um grande desconhecimento — não são peculiares ao sítio em análise, uma vez que em muitos outros casos, mesmo quando os povoados foram escavados, não se realizaram estudos suficientes sobre o seu enquadramento na paisagem e sobre as várias etapas da sua “vida” como locais ocupados.

O povoado de Castelo Velho não pode pois, simplisticamente, ser considerado como um indicador *evidente* de um estágio caracterizado pela “intensificação” económica”, pela desigualdade social e, de um modo geral, pela complexificação do sistema em que se inseriu. Para, a partir do seu estudo, fazermos inferências mais seguras, seria necessária uma minúcia de registo e exaustividade de tratamento de dados que se aproximaria de uma mítica “amostra total”, que evidentemente, por ser mítica, está fora do nossos objectivos.

Quando muito, este povoado, ainda em curso de estudo, poderá vir a apontar para a constituição, durante o Calcolítico, de um quadro de “territorialização” regional, envolvendo formas de certo reforço da produção, da liderança e de afirmação da identidade comunitária. Mas trata-se de uma hipótese que representa um simples “horizonte” de possibilidades.

Por outro lado, uma arquitectura, como, por ex., a de Castelo Velho, não é um indicador unívoco de processos ou realidades sociais de um passado que, através dela, quiséssemos “reconstituir”. Esta concepção representacionista do passado não é a que pessoalmente preconizamos, embora não seja tarefa fácil equacionar e pôr em prática uma abordagem alternativa. Ao dizermos que não é um “indicador” queremos afirmar que não a tomamos como um resíduo material que “represente” algum processo do passado. A palavra “representar” tem neste caso o sentido de “reproduzir” uma verdade inscrita no e desde o passado. Verdade que seria necessário “desvendar”. A noção de que a arquitectura contém a tal “verdade”, apela para um conceito de passado único, possuidor de identidade e sentido, de que nos pudéssemos ir aproximando por esforços

sucessivos. É esse conceito de passado que pretendemos questionar. O passado, qualquer “passado”, existe em função de uma teia de significações conferida em cada presente histórico. Neste contexto, o passado está aberto a uma pluralidade de “sentidos” que se jogam na prática social em função do consenso gerado pela comunidade científica. Desta forma o passado terá, em cada presente, simultaneamente e/ou sucessivamente, a configuração que resultar da negociação social do sentido. O passado é, como bem se sabe, um projecto do presente.

Em alternativa ao pensamento racional, ontológico, dicotómico, de tipo “arbóreo” e hierárquico (A é Y), que enforma toda a Arqueologia corrente, surge um outro tipo de perspectiva, de carácter relacional, que é uma forma de pensamento topográfico. Neste tipo de pensamento, qualquer ponto de um sistema pode ser conectado com outro, dependendo do *topos* onde nos situamos (Shanks, 1992). Em função do lugar pelo qual se perspectivam os elementos de um sistema, toda a percepção do mesmo sistema muda, e, logo, a sua inteligibilidade. Multiplicar as perspectivas, fazendo emergir alternativas de sentido; manter em suma em aberto, permanentemente, o significado último que damos à realidade observada, cotejando a todo o tempo vários significados “concorrentes” sem pretender, de forma definitiva, eleger um deles, e só um, como fazia (e, em muitos casos, continua a fazer), ingenuamente, a Arqueologia corrente, eis o que se pretende. Pensar de forma relacional é permitirmo-nos olhar para as coisas de muitos ângulos, e de cada um desses ângulos fazer emergir novas ordenações, novas recombinações, que impliquem alternativas de sentido.

É provável que exista, nesta sedutora pluralidade do pensamento relacional, uma percepção da resistência cognitiva das coisas. Ou, se quisermos, uma suspeita da diferença absoluta, da alteridade incontornável do “passado”. Mas, também, da possibilidade de montar, no presente, múltiplos e simultâneos pontos de vista, que são formas de negociar programas interpretativos. A negociação de tais programas deve, no entanto, ser realizada no âmbito de um “pluralismo metodológico”, ou seja, de uma “(...) lógica de investigação que prescreva normas(...), limite a diversidade entre os métodos utilizados, e estabeleça ainda hierarquias entre eles.” (Boaventura Sousa Santos, 1989, p. 83). “Pluralismo metodológico” significa tentar, de forma precavida, vários meios de abordagem, adentro de um necessário exercício de reflexividade que deve ser inerente a qualquer prática científica.

A máxima abertura à imaginação, no sentido, por exemplo, de tentar “visualizar” o que poderia ter sido o aspecto físico do povoado de Castelo Velho ao longo da sua vida e a diversidade de tarefas quotidianas ou excepcionais aí efectuadas, é fundamental. Tal imaginação, em

permanentemente inquietude, está obviamente dependente do conhecimento etnográfico de comunidades comparáveis, sob qualquer ponto de vista, desde que *a priori* se explicita qual o eixo da comparação. Está também dependente da tecnologia de registo e de tratamento de informações colhidas durante as escavações, que vão desde a máxima atenção aos micro-contextos e à análise laboratorial de artefactos e ecofactos, até à potencial utilização de programas informáticos de simulação. Estes, não só permitiriam, em princípio, “reconstituir” estruturas na sua dimensão original a partir de derrubes (como se tem feito para certas nuragas da Sardenha), como idealmente possibilitariam a um observador actual “repetir”, por assim dizer, a experiência de acercamento do povoado e de penetração no seu interior, tal como ela pode ter ocorrido no quadro visual de um dos seus habitantes.

Porém, não nos iludamos. Não se trata de, alguma vez, insistimos, querer voltar a um determinado momento desse passado como se ele tivesse alguma vez existido. O passado é, afinal, um produto da nossa imaginação, que tem como ponto de apoio um conjunto de observações feitas no terreno, e procura “dar conta” (sem que nunca as esgote) do conjunto dessas observações, em permanente reequacionamento. O amadurecimento da imaginação, que se alimenta de observações mas também de projecções a partir do observado, não caminha no sentido da verdade, da presentificação de qualquer passado, mas no sentido da *simulação*, isto é, do jogo com as diferentes variáveis ao dispor em cada momento, jogo esse que vai afastando inverosimilhanças, explicações demasiado ingénuas ou simplesmente absurdas, e a “verdade” ou “verdades” alcançadas a cada passo são as que se apresentam então como mais plausíveis à nossa imaginação. Essa plausibilidade decorre, em última instância, da crença ou intuição, e é, em última análise, apenas validável (ou não) pela comunidade arqueológica (Jorge, V.O., no prelo).

Para não nos quedarmos em meras propostas gerais, podemos dar, a finalizar, um exemplo, referente à estrutura central do recinto interno, designada “torre”.

Uma primeira abordagem consistiria em inventariar as várias possibilidades de interpretação funcional e simbólica, dessa estrutura. Trata-se, de facto, da base de uma verdadeira “torre”? E, nesse caso, qual seria a sua altura, como seria construída na sua parte superior (em pedra? em materiais perecíveis? etc.), de que modo se agigantaria ou não acima das muralhas, que espaços internos albergaria, que diversas actividades teriam sido realizadas em seu redor, no seu interior ou no respectivo topo, que efeito cénico produziria no conjunto do povoado, de que modo seria vista ou conceptualizada pelos habitantes locais e por estranhos que a

observassem de longe, a que fracções do grupo estaria eventualmente adstrita (ou até com o respectivo acesso vedado), que área da paisagem seria possível enxergar a partir da sua parte superior, etc., etc. ? Eis um conjunto de perguntas entre muitas outras possíveis, de acordo com a perspectiva mais usual ou óbvia.

Mas interpretar este resto que a escavação revelou (produziu), conferindo-lhe uma determinada funcionalidade ou significação, ou até admitir várias possíveis, e confortarmo-nos com tal “resultado”, seria um desiderato absurdo, se nos colocarmos do ponto de vista de um pensamento relacional. De acordo com esta óptica, a abertura de sentidos de tal “torre” tende para o infinito, uma vez que esses sentidos estão intimamente dependentes do ponto de vista adoptado, do ângulo de abordagem da questão, da recombinação temática operada.

Por ex., que articulação seria possível estabelecer entre “torre” — campos cultivados circundantes do povoado — actividades de moagem dentro e fora do reduto fortificado? Outra perspectiva: esta “torre”, a sê-lo, seria um atributo frequente noutros povoados da região? Haveria intervisibilidade nessas “torres”? E, nesse caso, que “narrativas” assim se nos abririam sobre sistemas de comunicação, hierarquias de povoados, funções assumidas ao longo do tempo por cada um deles em relação aos outros, etc., etc.? Essas questões já se levantariam a uma Arqueologia não relacional. Simplesmente, para esta, elas visariam alargar a interpretação até a adequar a uma realidade que ocorreu algures no passado. Para nós, bem ao contrário, a multiplicação de perspectivas visa a rejeição constante de inverosímeis, inverosímeis esses que se não encontram, definitivamente, do lado da certeza cientista (isto é, enquanto realidades provadas como falsas), mas da probabilidade intuída, subjectiva, e, em última análise, poética (ou seja, sentida como tendo sido ou não possível). Esse “sentimento”, ou intuição, não apela apenas para um pensamento racional lógico, mas mobiliza toda a experiência do sujeito do conhecimento.

É muito difícil dar exemplos de uma concepção relacional, que por natureza é plástica, pluralista, funciona com elementos permanentemente permutáveis (e, em última análise, sabe que o passado, as suas múltiplas representações, são resultado, como afirmámos várias vezes, de negociações de hoje), do que de uma concepção representativa mais tradicional. Esta, no fim de contas, o que pretende é atingir o sentido verdadeiro, unívoco, das coisas, a partir da ideia de que o passado acontecido foi só um e de que, portanto, a lista dos possíveis interpretativos que nos é acessível neste momento é finita e, logo, facilmente formulável. O que é novo é sempre mais frágil do que está estabelecido e instituído pelo hábito como evidente.

Neste texto tentou-se aflorar o mundo das múltiplas dimensões da

realidade arqueológica, mundo bem mais complexo, e, também, jogo bem mais interessante, do que aquele que, em regra, vemos praticar, e que nós próprios, decerto, temos praticado. Os povoados fortificados calcólicos peninsulares são um pretexto, entre muitos possíveis, para a reflexão sobre a *resistência* que a realidade oferece ao nosso olhar perscrutador. Tal como quando a noite desce sobre a estação arqueológica, após cada dia de escavações, abandonando de novo o sítio, perturbado pelo nosso ruído interrogativo, ao silêncio pertinaz de uma materialidade definitivamente dobrada sobre si própria².

² A autora agradece a V. O. Jorge a ajuda prestada durante a preparação final deste texto para publicação.

BIBLIOGRAFIA

- AGUAYO DE HOYOS, P. (1977), Construcciones defensivas de la Edad del Cobre peninsular. El Cerro de Los Castellones (Laborcillas, Granada), *Cuad. Preh. Univ. Granada*, 2, pp. 87-102.
- ALMAGRO, M. & A. Arribas (1963), *El Poblado y La Necrópolis Megalíticos de Los Millares*, Madrid, CSIC, "Bibliotheca Praehistorica Hispana".
- ALMAGRO-GORBEA, M.^a J.^a (1973), *El Poblado y la Necrópolis de El Barranquete*, Madrid, Min. Educ. y Cienc., Dir. Gen. Bellas Artes, Comisaria de Excavac. Arqueológicas, "Acta Archaeologica Hispánica", 6.
- ANTUNES, M. T. (1987), O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. IV — Mamíferos (nota preliminar), *Setúbal Arqueológica*, vol. VIII, pp. 103-144.
- ARNAUD, J. M. (1974 / 77), Escavações no Penedo do Lexim (Maфра / 1975). Notícia preliminar, *O Arqueólogo Português*, sér. III, vols. VII-IX, pp. 398-406.
- ARNAUD, J. M. & T. J. Gamito (1972), O povoado fortificado neo e eneolítico da Serra das Baútas (Carenque, Belas), *O Arqueólogo Português*, sér. III, vol. VI, pp. 119-162.
- ARNAUD, J. M. & T. J. Gamito (1978), Povoado calcolítico de Alcalar. Notícia da sua identificação, *Anais do Município de Faro*, nº VIII, pp. 275-282.
- ARNAUD, J. M. & J. L. M. Gonçalves (1990), A fortificação pré-histórica de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja) - balanço de meio século de investigação — 1.^a parte, *Revista de Arqueologia*, 1, pp. 25-58.
- ARRIBAS, A. (1959), El urbanismo peninsular durante el Bronce primitivo, *Zephyrus*, X, pp. 81-128.
- ARRIBAS, A. (1967), La Edad del Bronce en la Península Iberica, *Las Raíces de España*, Madrid, I. E. A. A., pp. 85-108.
- ARRIBAS, A. (1968), Las bases económicas del Neolítico al Bronce, *Estudios de Economía Antigua de la Península Ibérica* (dir. M. Tarradell), Barcelona, Ed. Vicens Vives, pp. 33-66.
- ARRIBAS, A. (1977), El ídolo de "El Malagón" (Cúllar — Baza, Granada), *Cuadernos de Prehist. de la Univ. de Granada*, 2, pp. 63-86.
- ARRIBAS, A. (1986), La época del Cobre en Andalucía Oriental: perspectivas de la investigación actual, *Homenaje a Luis Siret (1934-1984)*, Sevilla, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, Dir. Gen. de Bellas Artes, pp. 159-166.

- ARRIBAS, A. e F. Molina González (1984), Estado actual de la investigación del megalitismo en la Península Ibérica, *Francisco Jordà Oblata*, Univ. de Salamanca, pp. 63-112.
- ARRIBAS, A. *et alii* (1985), Informe preliminar de los resultados obtenidos durante la VI campaña de excavaciones en el poblado de Los Millares (Santa Fé de Mondújar, Almería), *Anuário Arqueológico de Andalucía. II. Actividades sistemáticas*, pp. 245-261.
- AUBET, M.^a Eugenia & V. Lull (1990), Las Edades del Cobre y del Bronce, *Historia de España, vol. I — Desde la Prehistoria hasta la Conquista Romana (siglo III a. C.)*, Barcelona, Ed. Planeta, pp. 233-294.
- BADAL GARCÍA, E. (1987), O povoado fortificado do Monte da Tumba. III — Estudo antracológico, *Setúbal Arqueológica*, vol. VIII, pp. 87-102.
- BAKER, F. & J. Thomas (eds.) (1990), *Writing the Past in the Present*, Lampeter, St. David's University College.
- BARRETT, John C. (1994a), *Fragments from Antiquity. An Archaeology of Social Life in Britain. 2900 -1200 BC*, Oxford, Blackwell Publ.
- BARRETT, John C. (1994b), Defining domestic space. The Bronze Age of Southern Britain, *Archaeology and Order. Approaches to Social Space*, London, Routledge, pp. 87-97.
- BLANCE, B. (1961), Early Bronze Age colonists in Iberia, *Antiquity*, 35, pp. 192-202.
- BLANCE, B. (1971), *Die Anfänge der Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel*, Berlin, Römisch — Germanisches Zentralmuseum, Studien zu den Anfänge der Metallurgie 4.
- BOURDIEU, P. (1988), Espacio social y poder simbólico, *Revista de Occidente*, n.º 81, pp. 97-119.
- BOURDIEU, P. (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- BOURDIEU, P. (1991), *El Sentido Práctico*, Madrid, Taurus Ediciones.
- BRADLEY, R. (1991), Monuments and Places, *Sacred and Profane*, Oxford, University Committee for Archaeology, pp. 135-140.
- BRADLEY, R. (1993), *Altering the Earth. The Origins of Monuments in Britain and Continental Europe. The Rhind Lectures 1991-92*, Edinburgh, Society of Antiquaries of Scotland.
- BURGESS, C. *et alii* (eds.) (1988), *Enclosures and Defences in the Neolithic of Western Europe*, Oxford, B. A. R., Int. Series, 2 vols. — 403(i); 403(ii).
- CARDOSO, J. L. (1989), *Leceia. Resultados das Escavações Realizadas. 1983-1988*, Oeiras, Câmara Municipal.
- CARDOSO, J. L. (1994), *Leceia 1983-1993. Escavações do Povoado Fortificado Pré-histórico*, Oeiras, Câmara Municipal, "Estudos Arqueológicos de Oeiras" (n.º esp.).
- CARDOSO, J.L. (1995), O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993), "Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular", vol. V, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 35(1), pp. 115-129.
- CHAMPION, T. (1982), Fortification, Ranking and Subsistence, *Ranking, Resource and Exchange* (ed. C. Renfrew and S. Shennan), Cambridge University Press, "New Directions in Archaeology", pp. 61-66.
- CHAPMAN, R. (1975), *Economy and Society within Later Prehistoric Iberia: a new framework* (tese de doutor., inéd.).
- CHAPMAN, R. (1981), Los Millares y la cronología relativa de la Edad del Cobre en el Sudeste de España, *Cuad. Prehist. Univ. Granada*, 6, pp. 75-89.

- CHAPMAN, R. (1982), Autonomy, ranking and resources in Iberian Prehistory, *Ranking, Resource and Exchange: Aspects of the Archaeology of Early European Society* (C. Renfrew & S. Shennan eds.), Cambridge University Press, "New Directions in Archaeology", pp. 46-51.
- CHAPMAN, R. (1985), The Later Prehistory of West Mediterranean Europe: recent advances, *Advances in World Archaeology*, vol. 4, London, Academic Press, pp. 115-187.
- CHAPMAN, R. (1991), *La Formación de las Sociedades Complejas. El Sudeste de la Península Iberica en el Marco del Mediterráneo Occidental*, Barcelona, ed. Crítica.
- CONKEY, M. & C. Hastorf (eds.) (1990), *The Uses of Style in Archaeology*, Cambridge University Press, "New Directions in Archaeology".
- CRUZ, M.^a das Dores Girão (1993), *Significado Social da Cerâmica Doméstica. Fundamentos para uma Classificação Tipológica da Cerâmica de Castelo Velho (Freixo de Numão)*, Porto, dissertação de mestrado apresentada à F.L.U.P. (policopiada).
- D' ANNA, A. & X. Gutherz (dir. de) (1989), *Enceintes Habitats Ceinturés Sites Perchéés du Néolithique au Bronze Ancien dans le Sud de la France et les Régions Voisines*, Montpellier, "Mémoires de la Société Languedocienne de Préhistoire", 2.
- DELIBES, G. *et alii* (1986), El poblado de Almizaraque, *Homenaje a Luis Siret 1934-84*, Sevilla, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, pp. 165-177.
- DELIBES, G. *et alii* (1988), El Calcolítico en la Península Ibérica, "L' Età del Rame in Europa", *Rassegna di Archaeologia*, 7, Florença, Ed. all' Insegna del Giglio [separata].
- DELIBES, G. & J. M. del Val Recio (1990), Prehistoria Reciente Zamorana: del Megalitismo al Bronce, *Primer Congreso de Historia de Zamora, t. 2, Prehistoria-Mundo Antiguo*, Zamora, pp. 53-99.
- DELIBES, Germán & Manuel Fernández-Miranda (1993), *Los Orígenes de la Civilización. El Calcolítico en el Viejo Mundo*, Madrid, Ed. Síntesis.
- DELIBES, G. *et alii* (no prelo), Atisbos de complejidad en las sociedades calcolíticas de la Submeseta Norte?, *The Origins of Complex Societies in Late Prehistoric Iberia*, Ann Arbor, International Monographs in Prehistory.
- ENRIQUEZ NAVASCUES, J. J. (1990), *El Calcolítico o Edad del Cobre de la Cuenca Extremeña del Guadiana: Los Poblados*, Badajoz, Museo Arqueológico Provincial/Ed. Regional de Extremadura.
- FERNÁNDEZ CORRALES, J. M.^a & M. I. Saucedo Pizarro (1985), Los ídolos de cuernos de "Los Castillejos I". Fuente de Cantos (Badajoz), *Tres Estudios sobre el Calcolítico Extremeño*, Univ. Extremadura, "Series de Arqueología Extremeña", 1, pp. 83-100.
- FERNÁNDEZ-MIRANDA, M. (1985), Relaciones mediterráneas entre el cuarto y el segundo milenio, *XVIII Congreso Nacional de Arqueología* (Islas Canarias, 1985), Gobierno de Canarias, 23 pp. (Ponencias).
- FERNÁNDEZ-POSSE, M. D. & C. Martín (1991), El Calcolítico y la Edad del Bronce en la Meseta, "Veinte Años de Arqueología en España", Madrid, *Boletín Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, pp. 75-86.
- GIDDENS, ANTHONY (1991- 6.^a ed.), *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press.
- GIL, F. B. & M. F. Guerra (1987), O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. V. Estudo do espólio metálico por fluorescência de Raios X, *Setúbal Arqueológica*, vol. VIII, pp. 145-153.
- GILMAN, A. (1976), Bronze Age dynamics in Southeast Spain, *Dialectical Anthropology*,

- 1, pp. 307-319.
- GILMAN, A. (1981), The development of social stratification in Bronze Age Europe, *Current Anthropology*, 22, pp. 1-8.
- GILMAN, A. (1987), El análisis de clase en la Prehistoria del Sureste, *Trab. Prehistoria*, 44, pp. 27-34.
- GILMAN, A. & J. B. Thornes (1985), *Land-Use and Prehistory in South-East Spain*, London, George Allen & Unwin.
- GONÇALVES, J. L. M. (1979), Os povoados neo e calcolíticos da Península de Lisboa, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, IIIª sér., n.º 85, pp. 137-162.
- GONÇALVES, J. L. M. (1982), O castro da Fórnea — uma fortificação calcolítica em Matações (Torres Vedras), *Arqueologia*, 5, pp. 52-55.
- GONÇALVES, J. L. M. (1991), Olelas e Pragança. Duas fortificações calcolíticas da Estremadura, *O Arqueólogo Português*, sér. IV, 7.
- GONÇALVES, J. L. M. (1993), Ídolos de cornos de Olelas e Serra das Éguas, *Almadan*, sér. II, 2, pp.38-40.
- GOMES, M. V. (1991), Corniformes e figuras associados a dois santuários rupestres do Sul de Portugal, *Almansor*, 9 pp. 17-74.
- GOMES, R. V. *et alii* (1983/84), Santuário exterior e povoado calcolítico do Escoural, *Clio / Arqueologia*, 1, pp. 77-78.
- GONÇALVES, V. S. (1988/89), A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz), *Portugalica*, nova série, vols. IX-X, pp. 49-63.
- GONÇALVES, V. S. (1989), *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma Aproximação Integrada*, Lisboa. INIC, 2 vols.
- GONÇALVES, V. S. (1994), A primeira metade do 3.º milénio no Centro/Sul de Portugal. Algumas breves reflexões, enquanto outras não são possíveis, "Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular", vol. IV, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 34 (3-4), pp. 117-131.
- GONZALO CORDERO, A. (1993), Evolución, yacimientos y secuencia en la Edad del Cobre en la Alta Extremadura, "Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular", vol. II, *Trabalhos de Antropologia e de Etnologia*, vol. 33 (3-4), pp. 237-259.
- GONZALEZ CORDERO, A. *et alii* (1991), La secuencia estratigráfica en los yacimientos calcolíticos del area de Plasenzuela — Cáceres, *Extremadura Arqueológica*, II, Consejería de Educación y Cultura/Ed. Regional de Extremadura, pp. 11-26.
- GREEN, S. W. & S. M. Perlman (1985), *Frontiers, Boundaries and Open Social Systems, The Archaeology of Frontiers and Boundaries*, London, Academic Press, "Studies in Archaeology", pp. 3-13.
- HARRISON, R. J. & G. Moreno López (1985), El policultivo ganadero o la revolución de los productos secundários, *Trab. Prehistoria*, 42, pp. 51-82.
- HERNANDO GONZALO, A. (1988), *Evolución Interna y Factores Ambientales en la Interpretación del Calcolítico del Sureste de la Península Ibérica. Una Revisión Crítica*, Madrid, Univ. Complutense, 2 vols. (tese de dout.º, policopiada).
- HERNANDO GONZALO, A. & J. Vicent García (1987), Una aproximación cuantitativa al problema de la intensificación económica en el Calcolítico del Sureste de la Península Ibérica, *El Origen de la Metalurgia en la Península Ibérica*, I, Inst. Univ. J. Ortega y Gasset / Univ. Complutense de Madrid, pp. 23-39.
- HILLIER, WILLIAM & J. HANSON (1984), *The Social Logic of Space*, Cambridge University Press.
- HODDER, I. (ed.) (1991), *Archaeological Theory in Europe. The Last Three Decades*, London, Routledge.
- HOLL, AUGUSTIN & THOMASE. LEVY (eds.) (1993), *Spatial Boundaries and Social*

- Dynamics. Case Studies from Food-Producing Societies*, Ann Arbor, International Monographs in Prehistory.
- HURTADO, V. & J. J. Enriquez (1991), Excavaciones en Palacio Quemado (Alange, Badajoz). Informe preliminar, *Extremadura Arqueológica*, II, pp. 69-87
- JORGE, S. O. (1986), *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves - Vila Pouca de Aguiar*, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, 3 vols.
- JORGE, S. O. (1990), Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia, *Nova História de Portugal* (dir. J. Serrão & A. Oliveira Marques), vol. I — *Portugal — Das Origens à Romanização* (coordenação J. Alarcão), Lisboa, ed. Presença, pp. 163-212.
- JORGE, S. O. (1993), O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história Recente do Norte de Portugal, "Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular", vol. I, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 33 (1-2), pp. 179-216.
- JORGE, S. O. & P. M. Santos (no prelo), O povoado de S. Lourenço (Chaves): 2.ª campanha de escavações, "Actas do I.º Congresso de Arqueologia Peninsular", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*.
- JORGE, V. O. (1989), Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectiva actuais, *Revista da Fac. de Letras - IIª série — História*, vol. VI, pp. 365-443.
- JORGE, V. O. (no prelo), Por uma Pré-história pluralista, "Actas do I.º Congresso de Arqueologia Peninsular", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*.
- KENT, S. (1990a), Activity areas and architecture: an interdisciplinary view of the relationship between use of space and domestic built environments, *Domestic Architecture and the Use of Space* (ed. S. Kent), Cambridge University Press, "New Directions in Archaeology", pp. 1-8.
- KENT, S. (1990b), A cross-cultural study of segmentation, architecture and the use of space, *Domestic Architecture and the Use of Space* (ed. S. Kent), Cambridge University Press, "New Directions in Archaeology", pp. 127-152.
- KRISTIANSEN, K. (1993), "The strength of the past and its great might"; an essay on the use of the past, *Journal of European Archaeology*, 1, pp.3-32.
- KUNST, M. (1987), *Zambujal. Glockenbecker und Kerbblattverzierte Keramik aus den grabungen 1964 bis 1973*, Mainz, Verlag Phillip von Zabern.
- KUNST, M. (no prelo), Copper manufacture at central places ? Some aspects of the importance of Iberian Copper Age fortifications, *The Origins of Complex Societies in Late Prehistoric Iberia*, Ann Arbor, International Monographs in Prehistory.
- KUNST, M. & L. J. Trindade (1990), Zur Besiedlungsgeschichte des Sizandrotals Ergebnisse aus der Küstenforschung, *Madriider Mitteilungen*, 31, pp. 34-82.
- LEISNER, G. & V. (1943), *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel, Der Süden*, Berlin, 2 vols., "Römisch-Germanische Forschungen", 17.
- LEISNER, G. & V. (1951), *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz - Materiais para o Estudo da Cultura Megalítica em Portugal*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, G. & V. (1956, 1959, 1965), *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel, Der Westen*, 4 vols., Berlin, "Madriider Forschungen".
- LÓPEZ PLAZA, S. (1991), Aproximación al poblamiento de la Prehistoria Reciente en la provincia de Salamanca, *Del Paleolítico a la Historia*, Salamanca, Museo de Salamanca, pp. 49-59.
- MARTIN DE LA CRUZ, J. C. (1991), El Calcolítico y la Edad del Bronce en Andalucía, "Veinte Años de Arqueología en España", *Boletín Asociación Española de*

- Amigos de la Arqueología*, nº 30-31, pp. 55-74.
- MARTINEZ NAVARRETE, M. I. (1989), *Una Revisión Crítica de la Prehistoria Española: la Edad del Bronce como Paradigma*, Madrid, Siglo XXI Ed.
- MARTÍN SOCAS, D. & M.ª Camalich Massieu (1986), Las excavaciones en el poblado de Campos (Cuevas del Almanzora, Almería) y su problemática, *Homenaje a Luis Siret (1934-1984)*, Sevilla, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, pp. 178-191.
- MATHERS, C. (1984), Beyond the grave: the context and wider implications of mortuary practice in South-Eastern Spain, *Papers in Iberian Archaeology* (T. Blagg et alii eds.), Oxford, B.A.R., Int. Series, 193 (i), pp.13-46.
- MICÓ, R. (1991), Objeto y discurso arqueológico. El Calcolítico del Sudeste peninsular, *Revista d'Arqueologia de Ponent*, 1, pp.51-70.
- MOLINA GONZÁLEZ, F. et alii (1986), Programa de recuperación del registro arqueológico del Fortín I de los Millares. Análisis preliminar de la organización del espacio, *Arqueología Espacial*, 8, Teruel, pp. 175-201.
- MORENO ONORATO, A. (1993), *El Malagón. Un Asentamiento de la Edad del Cobre en el Altiplano de Cullar-Chirivel*, Granada, Universidad (tese de doutor., policopiada).
- MUÑOZ AMILIBIA, A. M. (1983), La Edad del Bronce en el Sureste de España, *XVI Congreso Nacional de Arqueología* (Murcia - Cartagena, 1982), Zaragoza, pp. 11-27.
- MUÑOZ AMILIBIA, A. M. (1986), El Neolítico y los comienzos del Cobre en el Sureste, *Homenaje a Luis Siret (1934-1984)*, Sevilla, Consejería de Cultura, Dir. Gen. de Bellas Artes, pp. 143-162.
- MUÑOZ AMILIBIA, A. M. (1993), Neolítico final— Calcolítico en el Sureste peninsular: El Cabezo del Plomo (Mazarrón, Murcia), *Espacio, Tiempo y Forma, Série I, Prehist. y Arqueol.*, t. 6, pp. 133-180.
- MUÑOZ AMILIBIA, A. M. (no prelo), El poblado fortificado del Cabezo del Plomo (Mazarrón, Murcia). Interpretación, "Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*.
- NOCETE, F. (1989), *El espacio de la coerción: la transición al Estado en las campiñas del Alto Guadalquivir (España) 3000-1500 a. C.*, Oxford, B.A.R., Int. Series, 492.
- NOCETE, F. (1990), Territorio de coerción: el paradigma de las jefaturas, *Espacio y Organización Social*, Madrid, Univ. Complutense, pp. 57-90.
- PAÇO, A. do (1970), *Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço 1929-1968*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, I, pp. 229-305.
- PAIS, J. (1987), O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba (Torrão). II — Vegetação, *Setúbal Arqueológica*, vol. VIII, pp. 81-85.
- PARREIRA, R. (1983), O Cerro dos Castelos de S. Brás (Serpa). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980, *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. I, pp. 149-168.
- PARREIRA, R. (1990), Considerações sobre os milénios IV e III a. C. no Centro e Sul de Portugal, *Estudos Orientais. I - Presenças Orientalizantes em Portugal. Da Pré-história ao Período Romano*, Lisboa, Instituto Oriental da Universidade Nova, pp. 27-43.
- PARREIRA, R. & Francisco Serpa (no prelo), Novos dados sobre o povoamento da região de Alcalar (Portimão) no IV e III milénios A C, "Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*.
- PAUL-LÉVY, F. & M. Segaud (1983), *Anthropologie de l' Espace*, Paris, Centre Georges Pompidou / Centre de Création Industrielle.

- PEARSON, MICHAEL PARKER & COLIN RICHARDS (eds.) (1994), *Architecture and Order. Approaches to Social Space*, London, Routledge.
- PELLICER, M. (1986), Calcolítico, *Historia de España, vol. I, Prehistoria*, Madrid, Ed. Gredos, pp. 207-264.
- PINTO, C. V. & R. Parreira (1979), Acerca do conceito de colónia no Calcolítico da Estremadura, *Actas da 1ª Mesa-redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*, Porto, G.E.A.P., pp. 135-145.
- PIÑÓN VARELA, F. (1986), *El Horizonte Cultural Megalítico en el Área de Huelva*, Madrid, Univ. Complutense, 2 vols. (tese de dout.º policopiada).
- RAMOS MILLAN, A. (1981), Interpretaciones secuenciales y culturales de la Edad del Cobre en la zona meridional de la Península Iberica. La alternativa del materialismo cultural, *Cuad. Prehist. Univ. Granada*, 6, pp. 203-256.
- RAPOPORT, A. (1990), Systems of activities and systems of settings, *Domestic Architecture and the Use of Space* (ed. S. Kent), Cambridge University Press, "New Directions in Archaeology", pp. 9-20.
- RAPOPORT, A. (1994), Spatial organization and the built environment, *Companion Encyclopedia of Anthropology* (Tim Ingold ed.), London, Routledge, pp. 460-502.
- RENFREW, C. (1967), Colonialism and megalithism, *Antiquity*, 41, pp. 276-288.
- RENFREW, C. & J. F. CHERRY (eds.) (1986), *Peer Polity Interaction and Socio-Political Change*, Cambridge University Press, "New Directions in Archaeology".
- SANCHES, M.ª de J. (1992), *Pré-história Recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*, Porto, G.E.A.P.
- SANGMEISTER, E. (1960), Metalurgia y comercio del cobre en la Europa prehistorica, *Zephyrus*, XI (1-2), pp. 131-139.
- SANGMEISTER, E. (1964), Die Schmalen "Armschutzplatten", *Studien aus Alteuropa*, teil I, Köln, pp. 93-122.
- SANGMEISTER, E. (1975), *Spates neolithikum und Kupferzeit der Iberinschen Halbinsel. Die Kupperzeitlichen "colonien"*, München, Handbuch der Urgeschichte.
- SANGMEISTER, E. & H. Schubart (1981), *Zambujal. Die Grabungen 1964 Bis 1973*, Mainz am Rhein, Verlag Philipp von Zabern, "Madrider Beiträge", Band 5, Teil 1 e 2.
- SANTOS, B. DE S. (1989), *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Ed. Afrontamento.
- SAVORY, H. N. (1969), *Espanha e Portugal*, Lisboa, Ed. Verbo.
- SAVORY, H. N. (1970), A section through the innermost rampart at the Chalcolithic Castro of Vila Nova de S. Pedro, Santarém, *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, Assoc. dos Arqueól. Portug., vol. I, pp. 133-162.
- SCHUBART, H. (1969), Las fortificaciones eneolíticas de Zambujal y Pedra do Ouro en Portugal, *X Congreso Nacional de Arqueol.*, Zaragoza, pp. 197-204.
- SCHUBART, H. (1971), Zambujal. Uma fortificação da Idade do Cobre. *II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Coimbra, pp. 169-174.
- SCHUBART, H. et alii (1969), A fortificação eneolítica da Columbeira - Bombarral, *O Arqueólogo Português*, série III, vol. III, pp. 17-36.
- SCHÜLE, W. (1969), Tartessos y el hinterland (excavaciones en Orce y Galera), V Symposium de Prehistoria Peninsular (Jérez, 1968), pp. 15-32.
- SCHÜLE, W. (1980), *Orce und Galera. Zwei Siedlungen aus dem 3 bis 1. Jahrtausend v. chr. im Südosten der Iberischen Halbinsel*, I, Mainz, Philipp von Zabern.
- SCHÜLE, W. (1986), El Cerro de la Virgen de la Cabeza, Orce (Granada): consideraciones sobre su marco ecológico y cultural, *Homenaje a Luis Siret (1934-1984)*, Sevilla, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, pp. 208-220.

- SERRÃO, E. C. (1979), Sobre a periodização do Neolítico e Calcolítico do território português, *Actas da I Mesa-redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*, Porto, G. E. A. P., pp. 147-182.
- SHANKS, M. (1992), *Experiencing the Past. On the Character of Archaeology*, London, Routledge.
- SHENNAN, S. J. (1986), Interaction and change in third millenium B. C. Western and Central Europe, *Peer polity Interaction and Socio-Political Change* (ed. C. Renfrew & J. F. Cherry), Cambridge University Press, pp. 137-148.
- SHENNAN, S. J. (1989), Cultural transmission and cultural change, *What's New?* (ed. S. E. van der Leeuw & R. Torrence), London, Unwin Hyman, "One World Archaeology", pp. 330-346.
- SHERRATT, A. (1981), Plough and pastoralism: aspects of the secondary products revolution, *Pattern of the Past*, Cambridge University Press, pp. 261-306.
- SHERRATT, A. (1983), The secondary exploitation of animals in the Old World, *World Archaeology*, pp. 90-104.
- SILVA, C. T. (1990), Influências orientalizantes no Calcolítico do Centro e Sul de Portugal. Notas para um debate, *Estudos Orientais. I — Presenças Orientalizantes em Portugal. Da Pré-história ao Período Romano*, Lisboa, Instituto Oriental da Universidade Nova, pp. 45-52.
- SILVA, C. T. & J. Soares (1976-77), Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve, *Setúbal Arqueológica*, II-III, pp. 179-272.
- SILVA, C. T. & J. Soares (1987), O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. I - Escavações arqueológicas de 1982-86 (resultados preliminares), *Setúbal Arqueológica*, VIII, pp. 29-79.
- SIRET, L. (1908), Religions néolithiques de l' Ibérie, *Revue Préhistorique*, 7-8, pp. 7-13.
- SIRET, L. (1913), *Questions de chronologie et d' ethnographie ibériques. Tome I: De la fin du Quaternaire à la fin du Bronze*, Paris, Paul Geuthner.
- SIRET, L. (1948), El Tell de Almizaraque y sus problemas, *Cuadernos de Historia Primitiva*, 3, pp. 117-124.
- SOARES, A. M. M. (1992), O povoado calcolítico dos Três Moinhos (Baleizão, conc. de Beja). Notícia preliminar, *Setúbal Arqueológica*, IX-X, pp. 291-314.
- SOARES, A. M. M. & J. M. P. Cabral (1987), O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. VI. Cronologia absoluta, *Setúbal Arqueológica*, VIII, pp. 155-165.
- SOARES, J. (1988), O povoado da Charneca de Fratel e o Neolítico Final — Calcolítico da região Ródão-Nisa — notícia preliminar, *Alto Tejo*, 2, pp. 3-6.
- SOARES, J. & C. T. da Silva (1992), Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos, *Setúbal Arqueológica*, IX-X, pp. 37-88.
- SPINDLER, K. & L. Trindade (1970), A póvoa eneolítica do Penedo — Torres Vedras, *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, II, Lisboa, pp. 59-157.
- STEVENSON, A. C. & R. J. Harrison (1992), Ancient forests in Spain: a model for land-use and dry forest management in South-West Spain from 4000 BC to 1900 AD, *Proceed. Prehist. Society*, 58, pp. 227-247.
- THOMAS, J. (1991), *Rethinking the Neolithic*, Cambridge University Press, "New Studies in Archaeology".
- TORRE PEÑA, F. de la & L. Saez Perez (1986), Nuevas excavaciones en el yacimiento de la Edad del Cobre de "El Malagón" (Cullar-Baza, Granada), *Homenaje a Luis Siret (1934-1984)*, Sevilla, Consejería de Cultura da la Junta de Andalucía, pp. 221-226.
- TORRE, F. de la *et alii* (1984), Segunda campaña de excavaciones (1983) en al poblado

- de la Edad del Cobre de "El Malagón" (Cullar-Baza, Granada), *Cuad. Prehist. Univ. Granada*, 9, pp. 131-146.
- TRIGGER, B. G. (1992), *Historia del Pensamiento Arqueológico*, Barcelona, Ed. Crítica.
- VAL RECIO, J. DEL (1992), El yacimiento calcolítico precampaniforme de las Pozas, en Casaseca de las Chanas, Zamora, *Bol. Sem. Arte y Arqueol.*, LVIII, pp. 47-63.
- VALERA, A. C. (1994), Diversidade e relações inter-regionais no povoamento calcolítico da bacia do Médio e Alto Mondego, "Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular", vol. III, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 34 (1-2), pp. 153-176.
- VALERA, A. C. & I. A. Estevinha (1993), Castro de Santiago, Fornos de Algodres: uma abordagem preliminar da campanha I(989), *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, Lisboa, Ed. Colibri, pp. 23-28.
- VAN DER LEEUW, S. E. & R. Torrence (eds.) (1989), *What's New? A Closer look at the Process of Innovation*, London, Unwin Hyman, "One World Archaeology".
- VÁRIOS (1986), *Actas de la Mesa-redonda sobre Megalitismo Peninsular*, Madrid, Asociación Española de Amigos de la Arqueología.
- VÁRIOS (1987), *El Megalitismo en la Península Ibérica*, Madrid, Ministério de Cultura.
- VICENT, J. M. (1990), El neolitic: transformacions socials i econòmiques, *El Canvi Cultural* (dir. J. Anfruns & E. Llobet), Columna Ed., pp. 241-293.
- VICENTE, E. P. & E. C. Serrão (1959), O castro eneolítico de Olelas. Os monumentos nº 1 e nº 2, *Actas e Memórias do 1º Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa, 1, pp. 299-316.
- VICENTE, E. P. & E. C. Serrão (1961), Contribuição para o conhecimento das relações por via marítima, no Eneolítico e na Proto-história, entre as populações da costa Centro-Occidental da Península Ibérica e os povos do Mediterrâneo, *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, Lisboa III [separata].
- YOFFEE, NORMAN & ANDREW SHERRATT (eds.) (1993), *Archaeological Theory: Who Sets the Agenda?*, Cambridge University Press.

APÊNDICE DOCUMENTAL — FICHEIRO SUMÁRIO DOS SÍTIOS ANALISADOS

Código para a interpretação das fichas

- 0 Topónimo da estação
- 0.1 N.º de inventário
- 0.2 Tipo arquitectónico

- 1 Localização
- 1.1 Sub-área
- 1.2 Província e concelho (ou circunscrição administrativa correspondente)
- 1.3 Situação topográfica

- 2 Área estimada

- 3 Cronologia global provável

- 4 Estruturas arquitectónicas
- 4A Estruturas “defensivas”
- 4A1 Muro ou muralha simples (com ou sem bastiões)
- 4A2 Muros e/ou muralhas (com ou sem bastiões)
- 4A3 Fosso
- 4A4 Observações
- 4B Estruturas de habitação
- 4B1 Cabanas
- 4B1a N.º de cabanas
- 4B1b Planta circular ou oval
- 4B1ba Área da(s) estrutura(s) anterior(es)
- 4B1c Planta rectangular
- 4B1ca Área da(s) estrutura(s) anterior(es)

- 4B1d Com base pétrea
 - 4B1e Sem base pétrea
 - 4B2 Lareiras
 - 4B3 Materiais construtivos
 - 4B4 Outras estruturas
 - 4B5 Observações
 - 4C Programa arquitectónico
 - 4C1 Um só programa
 - 4C2 Vários programas

 - 5 Fases de construção e/ou ocupação
 - 6 Materiais raros e excepcionais
 - 7 Indicadores económicos
 - 8 Actividades "artesaniais"
 - 9 Necrópole ou túmulos associados
 - 10 Bibliografia sumária
-

Inventário

- 0 Los Millares
- 0.1 1
- 0.2 Aa

- 1
- 1.1 SE
- 1.2 Almería, Santa Fé de Mondújar
- 1.3 Esporão amesetado ou meseta delimitada por "ramblas"

- 2 C. 5 ha.

- 3 C. de 2.700 (?) - 1.800 a. C.

- 4
- 4A2 3 linhas + cidadela
- 4A3 +
- 4A4 Complexo habitacional/ sepulcral compreendendo povoado + 12 fortins + necrópole
- 4B +
- 4B1a ?
- 4B1b +
- 4B1ba 4-7 m. diâmetro
- 4B1c +
- 4B1ca ?
- 4B1d +
- 4B1e +

- 4B2** +
4B3 Pedra+ barro+ elementos vegetais
4B4 Silos + cisterna
4C2 3 programas: 1º - 3 linhas+cidadela; 2º - 2 linhas + cidadela; 3º - cidadela
- 5** I (2.700-2.400 a. C.) - linhas 2,3 e cidadela (Cobre Antigo avançado); IIa (2.400 - 2.000 a. C.) - linhas 1, 2, 3 + cidadela (Cobre Pleno); IIb (2.000 - 1.900 a. C.) - linhas 1, 2 + cidadela (Cobre Recente); III (1.900 - 1.800 a.C.) - cidadela (Cobre Final)
- 6** Cobre + cerâmica “simbólica” + cerâmica pintada + cerâmica campaniforme + ídolos em osso
- 7** Fauna: ovicaprídeos + suídeos + ovídeos + equídeos, etc. Flora: cereais. Artefactos: queijeiras + crescentes. Estruturas: aqueduto. Provável agricultura de regadio
- 8** Metalurgia + tecelagem + moagem + armazenagem
- 9** Necrópole concentrada (c. de 80 túmulos), contígua, de longa duração
- 10** Arribas *et al.* 1985; Hernando Gonzalo, 1988
-
- 0** Campos
0.1 2
0.2 B
- 1**
1.1 SE
1.2 Almería, Cuevas del Almanzora
1.3 Terraço a 20 m. sobre um rio; esporão amesetado
- 2** Menos de 1 ha.
- 3** Calcolítico Pleno e Final (?)
- 4**
4A2 2 linhas, provavelmente com bastiões
4A3 +
4B1 +
4B1b +
4B2 +
4B3 Pedra + barro + madeira
4B4 buracos de poste
- 5** Calcolítico I, II, III. Construção “defensiva” desde a fase I.
- 6** Cobre + marfim + cerâmica “simbólica” (?) + cerâmica pintada + cerâmica campaniforme + ídolos (em cerâmica e osso)

- 7 Fauna: suídeos + ovicaprídeos + bovídeos. Artefactos: crescentes.
 - 8 Tecelagem (?) + provável agricultura de regadio + agricultura de sequeiro + utilização do "monte" para pastagens e/ou caça-recolecção
 - 9 Necrópole desconhecida
 - 10 Chapman, R. (1991), p. 114; Gilman, A. & J. B. Thornes (1985); Hernando Gonzalo, A. (1988), pp. 586- 594; 615-639; Martín Socas, D. & M.ª D. Camalich Massieu (1986)
-

- 0 Zájara
 - 0.1 3
 - 0.2 C
 - 1
 - 1.1 SE
 - 1.2 Almería
 - 1.3 Esporão amesetado sobre "rambla"
 - 2 Menos de 1 ha.
 - 3 Calcólítico (Pleno e Final ?)
 - 4
 - 4A1 +
 - 4B1 +
 - 4B1b +
 - 4B2 +
 - 4B3 Pedra
 - 4B4 Silos
 - 6 Cobre + ídolo (em pedra)
 - 7 Artefactos: crescentes
 - 8 Tecelagem (?) + armazenagem (?)
 - 9 Enterramento colectivo em gruta a c. de 200 m.
 - 10 Delibes, G. *et al.* (1986); Hernando Gonzalo, A. (1988), pp. 650-661.
-

- 0 Almizaraque
- 0.1 4
- 0.2 H
- 1
- 1.1 SE
- 1.2 Almería

- 1.3 “Tell” num vale
- 2 Menos de 1 ha.
- 3 Calcolítico Pleno e Calcolítico Final (?) [c. 2.400 -2.300 - 1.900/1.800 a. C. ?]
- 4
- 4A1 + ?
- 4A4 Dúvidas quanto ao carácter “defensivo” dos muros detectados
- 4B1 +
- 4B1b +
- 4B3 Pedra+ barro + elementos vegetais
- 4B4 Silos + buracos de poste
- 5 I a IV - Calcolítico pré-campaniforme; V - Calcolítico campaniforme
- 6 Cobre + ídolos + cerâmica “simbólica” + cerâmica campaniforme + sandália votiva (em marfim)
- 7 Flora: cereais. Artefactos: pesos de tear rectangulares + crescentes
- 8 Tecelagem (?) + Armazenagem (?)
- 9 Necrópole do Cerro de la Encantada, a c. de 200 m. do povoado (*tholoi* + sepulturas em fossa)
- 10 Chapman, R. (1991), p. 115; Delibes, G. *et al.* (1986); Hernando Gonzalo, A. (1988), pp. 662-692.
-

- 0 Cerro de las Canteras
- 0.1 5
- 0.2 C
- 1
- 1.1 SE
- 1.2 Almería
- 1.3 Cerro amesetado
- 2 Menos de 1 ha.
- 3 Calcolítico (pré-campaniforme)
- 4
- 4A2 + (?)
- 4B2 +
- 4B3 Pedra + barro
- 4B4 Silos + buracos de poste

- 5 I, II
 - 6 Ídolos (em pedra, osso e marfim) + cobre + cerâmica “simbólica”
 - 7 Artefactos: crescentes + pesos de tear ovais
 - 8 Tecelagem (?) + armazenagem + provável agricultura de regadio + agricultura de sequeiro
 - 9 1 túmulo de falsa cúpula + sepulcros em fossa, sob *tumulus*
 - 10 Chapman, R. (1991), p. 124; Gilman, A. & J. B. Thornes (1985); Hernando Gonzalo, A. (1988), ppp. 937-960
-

- 0 El Tarajal
 - 0.1 6
 - 0.2 H
 - 1
 - 1.1 SE
 - 1.2 Almería, Níjar
 - 1.3 Meseta delimitada por “ramblas”
 - 2 Menos de 1 ha.
 - 3 c. 2.300 a 1.800 a. C.
 - 4
 - 4A4 Existem dúvidas sobre a existência duma qualquer “estrutura defensiva”
 - 4B1 +
 - 4B1b +
 - 4B1d +
 - 4B2 +
 - 4B3 Pedra + barro
 - 5 I, II, III, IV
 - 6 Cobre + cerâmica “simbólica” + cerâmica pintada
 - 8 Provável agricultura de regadio + agricultura de sequeiro
 - 9 Necrópole de El Barranquete (c. de 15 *tholoi*)
 - 10 Almagro-Gorbea, M.ª J. (1973); Chapman, R. (1991), p. 116; Gilman, A. & J. B. Thornes (1985); Hernando Gonzalo, A. (1988), pp. 726-750.
-

- 0 Cabezo de la Cueva del Plomo
- 0.1 7
- 0.2 C

- 1**
- 1.1** SE
- 1.2** Múrcia, Mazarrón
- 1.3** Esporão amesetado

- 2** Menos de 1 ha.

- 3** Neolítico Final / Calcolítico Inicial (?) [finais do IV^o / inícios do III^o mil. a. C. ?]

- 4**
- 4A1** +
- 4B** +
- 4B1b** +
- 4B1ba** entre c. 3/4m diâm.
- 4B1d+**
- 4B3** Pedra + barro

- 5** I, II

- 8** Fabrico de objectos de adorno

- 9** 3 sepulcros de falsa cúpula (?) na encosta SE do povoado

- 10** Hernando Gonzalo, A. (1988), pp. 545-561; Muñoz Amilibia, A. M.^a (1986), p. 154; Muñoz Amilibia, A. M.^a (1993)

- 0** Les Moreres
- 0.1** 8
- 0.2** B

- 1**
- 1.1** SE
- 1.2** Alicante

- 3** Calcolítico pré-campaniforme (?) [último terço do III^o mil. a. C. ?]

- 4**
- 4A2** +

- 10** Aubet, M.^a E. & V. Lull (1990), p. 248; Delibes, G. & M. Fernández- Miranda (1993), p. 200

- 0** Cerro de Los Castellones
- 0.1** 9
- 0.2** B
- 1**
- 1.1** SE
- 1.2** Granada, Laborcillas

- 1.3 Esporão amesetado
- 2 Menos de 2 ha.
- 3 Calcolítico Pleno / Idade do Bronze Inicial (c. 2200 - 1.500 a. C.?)
- 4
- 4A1 + ?
- 4B1 +
- 4B1c +
- 4B3 Pedra + barro + elementos vegetais
- 5 I, II (Calcolítico); III (Idade do Bronze)
- 7 Flora: cereais. Fauna: ovicaprídeos + suídeos + equídeos. Possível agricultura de sequeiro
- 9 Necrópole de Eriales (sepulcros megalíticos)
- 10 Chapman, R. (1991), p. 124; Gilman, A. & J. B. Thornes (1985); Hernando Gonzalo, A. (1988), pp. 1048-1074
-
- 0 El Malagón
- 0.1 10
- 0.2 Ab
- 1
- 1.1 SE
- 1.2 Granada, Cúllar-Baza
- 1.3 Suave promontório sobre um vale
- 2 Mais de 1 ha?
- 3 C. de 2.500 - 1.800 a. C. (?) [Calcolítico Inicial ao Calcolítico Final]
- 4
- 4A2 + "Cidadela" + 2 linhas de muralhas (?)
- 4A4 Foi recentemente objecto duma revisão que alterou, substancialmente, o anterior conhecimento
- 4B1 +
- 4B1b +
- 4B1ba C. 4 m. / 6 m. de diâmetro
- 4B1d +
- 4B1e +
- 4B2 +
- 4B3 Pedra + barro
- 4B4 Silo? + buracos de poste
- 4C2 É provável a existência de diversos programas arquitectónicos
- 5 Ia (Cobre Inicial); Ib (Cobre Inicial - c. 2.400 a. C.); II (Cobre pré-campaniforme); III (Cobre pré-campaniforme); IV (Cobre com campaniforme marítimo)

- 6 Cobre + cerâmica “simbólica” + cerâmica campaniforme + ídolo (em marfim)
 - 7 Flora: cereais. Artefactos: queijeiras+ crescentes+ fusaiolas. Provável agricultura de sequeiro
 - 8 Tecelagem + armazenagem (?) + metalurgia
 - 9 Desconhecida
 - 10 Chapman, R. (1991), pp. 123-124; Hernando Gonzalo, A. (1988), pp. 999-1026; Moreno Onorato, A. (1993); Torre, F. de la *et al.* (1984), pp. 131-146; Torre Peña & L. Saez Pérez (1986), pp. 221-226.
-

- 0 Cerro de la Virgen
- 0.1 11
- 0.2 D
- 1
- 1.1 SE
- 1.2 Granada, Galera de Orce
- 1.3 Cerro amesetado
- 2 C. 1,2 ha.
- 3 C. 2.200 - 1.800 a. C. (?)
- 4
- 4A1 + ?
- 4A4 Muralha reforçada por muros de contenção ?
- 4B1 +
- 4B1b +
- 4B1d +
- 4B1e +
- 4B2 +
- 4B4 Canal (de drenagem de águas?)
- 4C1 Um só programa (?)
- 5 IA (Calcolítico pré-campaniforme); IB (Calcolítico pré-campaniforme); IIA (Campaniforme); IIB (Campaniforme); IIC (Campaniforme); III (Campaniforme/ Argar); IIIA (Argar)
- 6 Cobre + marfim + ouro + cerâmica “simbólica” + cerâmica campaniforme + botões com perfuração em V (em marfim) + “ídolos” (em osso) + braçais de arqueiro (em pedra)
- 7 Fauna: oviceprídeos + suídeos + bovídeos + equídeos. Conchas marinhas. Esparto. Artefactos: pesos de tear + fusaiolas. Estruturas: canal de drenagem da água. Utilização provável de agricultura de regadio.

- 8 Tecelagem (?)
 - 9 Túmulos megalíticos (?); 3 hipogeus nas imediações do povoado
 - 10 Chapman, R. (1991), pp. 121-123; Gilman, A. & J. B. Thornes (1985); Hernando Gonzalo, A. (1988), pp. 967-998; Schüle, W. (1980) (1986)
-

- 0 Cerro do Castelo de Santa Justa
 - 0.1 12
 - 0.2 B?
- 1
 - 1.1 SO
 - 1.2 Algarve, Alcoutim
 - 1.3 Elevação alongada
- 2 Menos de 1 ha. ?
- 3 Cerca de 2.400 - 1.900 a. C. (Calcolítico Inicial - Calcolítico Final)
- 4
 - 4A2 + ?
 - 4B1 +
 - 4B1a 11
 - 4B1b +
 - 4B1ba Área muito variável
 - 4B1d +
 - 4B1e +
 - 4B2 +
 - 4B3 Pedra + barro
 - 4B4 Estrutura de armazenagem (?) + buracos de poste + estrutura relacionada com a metalurgia
 - 4B5 Cabanas identificadas no reduto superior e no seu exterior
 - 4C2 É provável a existência de vários programas arquitectónicos
- 5 Fase 1 (2.400/2.300 a. C.); Fases 2 e 3 (2.300 - 2.100 a. C.); Fase 4 (2.100 - 2.000 a. C. ?); Fase 5 (2.000/1.900 a.C. ?)
- 6 Cobre + cerâmica “simbólica” + “ídolos” (em cerâmica, pedra e osso)
- 7 Flora: cereais (milhares de sementes de cevada carbonizadas). Artefactos: pesos de tear + moinhos manuais + queijeiras
- 8 Metalurgia + tecelagem. Armazenagem ?
- 9 1 *tholos* a cerca de 5 Km. do povoado. Não se sabe se estaria em conexão com este
- 10 Gonçalves, V. S. (1989)

- 0** Los Vientos de la Zarcita
 - 0.1** 13
 - 0.2** B

 - 1**
 - 1.1** SO
 - 1.2** Huelva, St^a Bárbara de Casa
 - 1.3** Outeiro

 - 2** Menos de 1 ha. ?

 - 3** C. de 2.400 - 2.000 a. C.? (Calcolítico Inicial - Calcolítico Pleno?)

 - 4**
 - 4A2** + ?
 - 4B1** +
 - 4B1a** 4 ?
 - 4B1b** +
 - 4B1ba** Entre c. de 1,5 e 7 m. de diâmetro
 - 4B1d** +
 - 4B1e** +
 - 4B2** +
 - 4B3** Pedra + barro + elementos vegetais
 - 4C1** Até à data, só é conhecido um único programa arquitectónico

 - 5** I (2.400 - 2.200 a. C., Calcolítico Inicial); II (2.200 - 2.000 a. C., Calcolítico Pleno)

 - 7** Artefactos: crescentes

 - 8** Tecelagem?

 - 9** Necrópole concentrada de La Zarcita: 4 sepulcros de falsa cúpula nas imediações do povoado

 - 10** Piñon Varela, F. (1986)
-
- 0** Palacio Quemado
 - 0.1** 14
 - 0.2** B

 - 1**
 - 1.1** SO
 - 1.2** Badajoz, Alange
 - 1.3** Pequena elevação

 - 2** Menos de 1 ha.

 - 3** Calcolítico pré-campaniforme e campaniforme (c. de 2.200 - 2.000 a. C. ?)

- 4
 - 4A2 + ?
 - 4B1 +
 - 4B1b +
 - 4B1ba Entre 2 e 6 m. de diâmetro
 - 4B +
 - 4B3 Pedra + barro
 - 5 I (2.200 a. C. ? - pré-campaniforme); II (c. de 2.000 a. C. ? - campaniforme)
 - 6 “Ídolo” em mármore + cerâmica campaniforme
 - 10 Hurtado, V. & J. J. Enriquez (1991)
-

- 0 Los Castillejos I
 - 0.1 15
 - 0.2 C
 - 1
 - 1.1 SO
 - 1.2 Badajoz, Fuente de Cantos
 - 1.3 Pequeno cerro
 - 2 Menos de 1 ha.
 - 3 Calcolítico Pleno (pré-campaniforme)
 - 4
 - 4A1 +
 - 6 “Ídolos” (em cerâmica)
 - 7 Artefactos: pesos de tear + crescentes
 - 8 Tecelagem?
 - 10 Enriquez Navascues, J. J. (1990), p. 87; Fernández Corrales, J. M. & M. I. Saucedo Pizarro (1985)
-

- 0 La Palacina
- 0.1 16
- 0.2 C
- 1
- 1.1 SO
- 1.2 Mérida, Alange
- 1.3 Suave elevação
- 2 Menos de 1 ha.

3 Calcólítico (campaniforme)

4

4A1 + ?

4B3 Pedra + barro

6 Cobre + cerâmica brunida + cerâmica pintada + cerâmica campaniforme

7 Artefactos: pesos de tear + moinhos manuais. Fauna: "animais domesticados"

8 Moagem? Tecelagem?

10 Enriquez Navascues, J. J. (1990), p. 51

0 El Moral

0.1 17

0.2 C

1

1.1 SO

1.2 Mérida, Fuente del Maestre

1.3 Pequeno cerro

2 Menos de 1 ha.

3 Calcólítico

4

4A1 + ?

7 Artefactos: moinhos manuais

8 Moagem?

10 Enriquez Navascues, J. J. (1990), p. 64

0 Puerto de la Plata

0.1 18

0.2 H

1

1.1 SO

1.2 Mérida, Los Santos de Maimona

1.3 Cerro mediano

3 Calcólítico

4

4A2 ??

10 Enriquez Navascues, J. J. (1990), p. 64

0 Potril

0.1 19

0.2 H

1

1.1 SO

1.2 Mérida, Aceuchal

1.3 Suave elevação

2 Menos de 1 ha.

3 Calcolítico

4

4A1 + ? ?

7 Artefactos: moinhos manuais

8 Moagem ?

10 Enriquez Navascues, J. J. (1990), p. 62

0 Cerro Villa

0.1 20

0.2 H

1

1.1 SO

1.2 Mérida, Azuaga

1.3 Grande cerro

3 Calcolítico

4

4A

4A1 + ? ?

10 Enriquez Navascues, J. J. (1990), p. 83

0 El Punto del Mirro

0.1 21

0.2 H

1

1.1 SO

1.2 Mérida, Feria

- 1.3 Cerro
 - 3 Calcólico
 - 7 Artefactos: moinhos manuais
 - 8 Moagem?
 - 10 Enriquez Navascues, J. J. (1990), p. 88
-

- 0 Risco del Cuervo
 - 0.1 22
 - 0.2 C
 - 1
 - 1.1 SO
 - 1.2 Mérida, Puebla del Maestre
 - 1.3 Cerro pequeno
 - 2 Menos de 1 ha.?
 - 3 Calcólico
 - 4
 - 4A1 + ?
 - 6 Cobre
 - 7 Artefactos: crescentes/pesos de tear
 - 8 Tecelagem ?
 - 10 Enriquez Navascues, J. J. (1990), p. 87
-

- 0 Traseras de la Pepina
- 0.1 23
- 0.2 C
- 1
- 1.1 SO
- 1.2 Mérida, Fregenal de la Sierra
- 1.3 Cerro grande
- 3 Calcólico
- 4
- 4A1 + ?

6 Cerâmica campaniforme

10 Enriquez Navascues, J. J. (1990), p. 89

0 El Pedrosillo

0.1 24

0.2 C

1

1.1 SO

1.2 Mérida, Llerena

1.3 Suave elevação

3 Calcolítico

4

4A1 + ?

6 Cerâmica campaniforme

7 Artefactos: moinhos manuais

8 Moagem?

10 Enriquez Navascues, J. J. (1990), p. 81

0 Los Palacios

0.1 25

0.2 C

1

1.1 SO

1.2 Mérida, Valverde de Llerena

1.3 Pequeno cerro

2 Menos de 1 ha. ?

3 Calcolítico

4

4A1 + ?

6 Cerâmica campaniforme

10 Enriquez Navascues, J. J. (1990), p. 83

0 Moncarxa

0.1 26

0.2 H

1

1.1 SO

1.2 Alentejo, Portel

1.3 Elevação destacada

3 Calcólítico Pleno ?

4

4A1 + ?

7 Artefactos: peso de tear + crescente

9 Necrópole megalítica de Torrejona e Moncarxa

10 Soares, J. & C. T. Silva (1992), pp. 84-87

0 Porto das Carretas

0.1 27

0.2 H

1

1.1 SO

1.2 Alentejo, Mourão

1.3 Esporão

3 Calcólítico

4

4A1 + ?

10 Soares, J. & C. T. Silva (1992), pp. 75-77

0 Outeiro das Carapinhas

0.1 28

0.2 C

1

1.1 SO

1.2 Alentejo, Reguengos de Monsaraz

1.3 Cabeço alongado

2 Menos de 1 ha.

3 Calcólítico

4

4A1 + ?

- 7 Artefactos: pesos de tear + crescentes
 - 8 Tecelagem?
 - 10 Soares, J. & C. T. Silva (1992), pp. 70-75
-

- 0 S.^a da Giesteira
 - 0.1 29
 - 0.2 B ?
 - 1
 - 1.1 SO
 - 1.2 Alentejo, Portel
 - 1.3 Elevação destacada
 - 3 Calcolítico Pleno
 - 4
 - 4A2 + ?
 - 7 Artefactos: crescentes
 - 8 Tecelagem?
 - 9 Antas da Amieira (últimas fases de utilização)
 - 10 Soares, J. e C. T. Silva (1992), pp. 81-83
-

- 0 Três Moinhos
- 0.1 30
- 0.2 C
- 1
- 1.1 SO
- 1.2 Alentejo, Beja
- 1.3 Esporão
- 2 C. 2 ha.
- 3 Calcolítico Pleno e Final
- 4
- 4A1 + ?
- 6 Cobre (utensílios + cadinhos) + cerâmica “simbólica” + cerâmica campaniforme + “ídolos” (de cerâmica)
- 7 Artefactos: crescentes + pesos de tear
- 8 Tecelagem?

10 Soares, A. M. M. (1992), pp. 291-314

0 Monte Novo dos Albardeiros

0.1 31

0.2 B ?

1

1.1 SO

1.2 Alentejo, Reguengos de Monsaraz

3 Calcolítico

4

4A2 + ?

6 Cobre + cerâmica “simbólica”

10 Gonçalves, V. S. (1988/89); *idem* (1989), pp. 383-386

0 Castelo de S. Brás

0.1 32

0.2 B

1

1.1 SO

1.2 Alentejo, Serpa

1.3 Esporão elevado

3 Calcolítico (Inicial a Final ?)

4

4A2 +

5 I - Pré-campaniforme; II - Campaniforme; [III - Bronze Final]

6 “Ídolos” (em cerâmica) + cerâmica “simbólica” + cobre + cerâmica campaniforme

7 Artefactos: crescentes

8 Tecelagem (zona de tear)

10 Jorge, S. O. (1990), p.171; Parreira, R. (1983)

0 Cerro del Castrejon

0.1 33

0.2 C

- 1
 - 1.1 SO
 - 1.2 Cáceres, Plazenzuela
 - 1.3 Meseta
 - 3 Calcolítico Pleno
 - 4
 - 4A1 +
 - 4B1 +
 - 4B1b +
 - 4B1ba C. de 4 m. de diâmetro
 - 4B3 Pedra + barro
 - 6 Cobre
 - 10 Gonzalo Cordero, A. *et al.* (1992); *idem* (1993), p. 249
-

- 0 Castillejos I
 - 0.1 34
 - 0.2 B
 - 1
 - 1.1 SO
 - 1.2 Cáceres, Plazenzuela
 - 1.3 Morro
 - 2 Menos de 1 ha.?
 - 3 Calcolítico Pleno
 - 4
 - 4A2 +
 - 6 Cobre
 - 10 Gonzalo Cordero, A. *et al.* (1992); *idem* (1993), p. 249
-

- 0 Sierra de Pepa
- 0.1 35
- 0.2 C
- 1
- 1.1 SO
- 1.2 Cáceres
- 1.3 Colina
- 3 Calcolítico Inicial

- 4
 - 4A1 +
 - 10 Gonzalo Cordero, A. (1993), p. 246
-

- 0. Los Barruecos
- 0.1 36
- 0.2 C

- 1
- 1.1 SO
- 1.2 Cáceres

- 3 Calcolítico (Inicial, Pleno e Final)

- 4
 - 4A1 +
 - 4A4 Povoado + santuário de pinturas e gravuras rupestres rodeadas por cerca ou muro
 - 4B1 +
 - 4B3 Pedra
 - 10 Gonzalo Cordero, A. (1993), pp. 249-250
-

- 0 La Matilla
- 0.1 37
- 0.2 H

- 1
- 1.1 SO
- 1.2 Cáceres

- 3 Calcolítico Pleno

- 10 Gonzalo Cordero, A. (1993), p. 249
-

- 0 Collado del Cerezal
- 0.1 38
- 0.2 H

- 1
- 1.1 SO / Meseta
- 1.2 Cáceres, Hurdes

- 3 Calcolítico Pleno ?

- 10 Gonzalo Cordero, A. (1993), p. 253

- 0 Canchal
 - 0.1 39
 - 0.2 C
 - 1
 - 1.1 SO/ Meseta
 - 1.2 Cáceres, Jaraiz de la Vera
 - 1.3 Outeiro
 - 3 Calcólítico Pleno ?
 - 4
 - 4A1 +
 - 4B1 +
 - 9 Na base do povoado são conhecidos 10 "sepulcros dolménicos"
 - 10 Gonzalo Cordero, A. (1993), p. 252
-

- 0 Campillones de Plasencia
 - 0.1 40
 - 0.2 H
 - 1
 - 1.1 SO/ Meseta
 - 1.2 Cáceres
 - 3 Calcólítico Pleno ?
 - 10 Gonzalo Cordero, A. (1993), p. 253
-

- 0 Charneca de Fratel
- 0.1 41
- 0.2 B ?
- 1
- 1.1 SO
- 1.2 Beira Baixa, V.ª V.ª de Ródão
- 1.3 Planalto
- 3 Calcólítico
- 4
- 4A2 + ?
- 9 Necrópole megalítica em torno do povoado
- 10 Jorge, S. O. (1990), p. 173; Soares, J. (1988).

- 0** Monte da Tumba
 - 0.1** 42
 - 0.2** B
 - 1**
 - 1.1** SO
 - 1.2** Alentejo, Alcácer do Sal
 - 1.3** Esporão
 - 2** C. de 2,5 ha (área total do povoado)
 - 3** C. de 2.500 - 2.000 a. C. (Calcolítico Inicial - Calcolítico Pleno)
 - 4**
 - 4A2** +
 - 4B1** +
 - 4B1b** +
 - 4B1d** +
 - 4B3** Pedra + barro
 - 4B4** Silo
 - 4C2** Possibilidade de vários programas arquitectónicos
 - 5** I (IA e IB - 2.500 - 2.300 a. C.); II (2.300 - 2.100 a. C. ?); III (2.100 - 2.000 a. C. ?)
 - 6** Cobre + cerâmica "simbólica" + cerâmica campaniforme + "ídolos" (em pedra e cerâmica) + vasos (em osso)
 - 7** Fauna: ovicaprídeos + suídeos + bovídeos. Flora: cereais. Artefactos: "queijeiras" + pesos de tear + crescentes. Estruturas: silos
 - 8** Tecelagem + metalurgia + armazenagem
 - 10** Jorge, S. O. (1990), pp. 169-170; Silva, C. T. & J. Soares (1987)
-

- 0** Escoural
- 0.1** 43
- 0.2** C ?
- 1**
- 1.1** SO
- 1.2** Alentejo, Montemor-o-Novo
- 1.3** Cerro
- 3** Calcolítico (Pleno e Final)
- 4**
- 4A1** + ?
- 4A4** Povoado construído sobre um santuário com gravuras rupestres

- 6 Cobre + cerâmica "simbólica" + cerâmica campaniforme + "ídolos" (em mármore e osso)
 - 7 Artefactos: crescentes + pesos de tear
 - 8 Metalurgia + tecelagem (?)
 - 9 Uma *tholos* a 200 m. do povoado
 - 10 Gomes, M. V. (1991); Gomes, M. V. *et al.* (1983/84)
-

- 0 Cortadouro
 - 0.1 44
 - 0.2 C
 - 1
 - 1.1 SO
 - 1.2 Alentejo, Ourique
 - 1.3 Esporão
 - 3 Calcolítico
 - 4
 - 4A1 +
 - 6 Cobre
 - 10 Jorge, S. O. (1990), p. 171; Silva, C. T. & J. Soares (1976/77)
-

- 0 Alcalar
- 0.1 45
- 0.2 B ??
- 1
- 1.1 SO
- 1.2 Algarve, Portimão
- 1.3 Esporão
- 2 C. de 1 ha. ??
- 3 Calcolítico
- 4
- 4A2 + ??
- 9 Necrópole contígua, concentrada (*tholoi* + sepulcro megalítico + hipogeu)
- 10 Arnaud, J. M. & T. J. Gamito (1978); Gonçalves, V. S. (1989); Parreira, R. (1990); Parreira, R. e F. Serpa (no prelo).

- 0** Castro de Santiago
 - 0.1** 46
 - 0.2** F ?
 - 1**
 - 1.1** Meseta Norte e sua periferia ocidental
 - 1.2** Beira Alta, Fornos de Algodres
 - 3** Calcolítico (Pleno ?)
 - 4**
 - 4A1** +
 - 4A3** +
 - 4B1** +
 - 4B2** +
 - 4B3** Pedra + barro + elementos vegetais
 - 5** I e II
 - 7** Artefactos: pesos de tear + moinhos manuais
 - 8** Tecelagem ? Moagem ?
 - 10** Valera, A. (1994), pp. 156-157; Valera, A. & I. A. Estevinha (1993)
-

- 0** Zambujal
- 0.1** 47
- 0.2** Ab
- 1**
- 1.1** Estremadura portuguesa
- 1.2** Estremadura, Torres vedras
- 1.3** Esporão
- 2** C. de 2 ha. (?)
- 3** C. de 2.500 - 1.600 a. C. (Calcolítico Inicial a Final e Bronze Inicial)
- 4**
- 4A2** +
- 4B1** +
- 4B1b** +
- 4B1d** +
- 4B1e** +
- 4B2** +
- 4B4** Estrutura de fundição do cobre
- 4C2** 5 programas arquitectónicos: 1º - fortim central com torres maciças + segunda e terceira linhas de muralhas - defesa em compartimentos (labirinto); 2º - sistema de barbacãs com seteiras que defendiam pequenas portas da muralha

imediatamente exterior; 3º - defesa com base em plataformas elevadas; 4º - defesa com cobertura de flancos com torres ocas. Ampliação do sistema anterior; 5º - abandono da terceira linha de muralha; reforço das duas linhas mais interiores; início da decadência do povoado

- 5 I (2.500 - 2.200 a. C.); II (2.200 - 2.000 a. C.); III (2.000 - 1.800 a. C./ 1.600 a. C.?)
- 6 Cobre + marfim + alabastro + “ídolos” (em pedra e cerâmica) + cerâmica campaniforme
- 7 Flora: cereais. Fauna: ovicaprídeos+ suídeos + bovídeos. Artefactos: pesos de tear + “queijeiras” + moinhos manuais
- 8 Metalurgia+ tecelagem + produção de cerâmica e de artefactos de pedra e osso + moagem
- 10 Jorge, S. O. (1990), pp. 187-188; Kunst, M. (1987); Kunst, M. (no prelo); Künst, M. & L. Trindade (1990); Sangmeister, E. & H. Schubart (1981)

0 Oleas

0.1 48

0.2 G

1

1.1 Estremadura portuguesa

1.2 Estremadura, Sintra

1.3 Planalto

3 Calcolítico (Inicial, Pleno e Final)

4

4A1 +

6 Cerâmica “simbólica” + cerâmica campaniforme+ vaso zoomórfico de calcário + “ídolos” (de osso e de calcário)

9 Enterramentos no interior do povoado

10 Gonçalves, J. L. M. (1979); *Idem* (1991); Vicente, E. P. & E. C. Serrão (1959)

0 Pragança

0.1 49

0.2 C ?

1

1.1 Estremadura portuguesa

1.2 Estremadura, Cadaval

1.3 Elevação

3 Calcolítico (Inicial, Pleno e Final)

4A1 + ?

5 I, II

6 “Ídolos” (em calcário) + cerâmica campaniforme

10 Gonçalves, J. L. M. (1991)

0 Penha Verde

0.1 50

0.2 H

1

1.1 Estremadura portuguesa

1.2 Estremadura, Sintra

1.3 Colina

3 Calcolítico

4

4B1 +

4B1b +

4B2 +

4B4 Silo

6 “Ídolos” (de cerâmica)

10 Gonçalves, J. L. M. (1979)

0 Penedo do Lexim

0.1 51

0.2 C ?

1

1.1 Estremadura portuguesa

1.2 Estremadura, Mafra

1.3 Cabeço

2 Menos de 1 ha.

3 Calcolítico Inicial

4

4A1 + ?

6 “Ídolos” (de cerâmica)

- 7 Fauna: ovicaprídeos + suídeos+ bovídeos
 - 10 Arnaud, J. M. (1974/77); Gonçalves, J. L. M. (1979); Kunst, M. & L. J. Trindade (1990), p. 47
-

- 0 Columbeira

- 0.1 52

- 0.2 B

- 1

- 1.1 Estremadura portuguesa

- 1.2 Estremadura, Bombarral

- 1.3 Esporão

- 2 Menos de 1 ha.

- 3 Calcolítico (Inicial e Pleno ?)

- 4

- 4A2 +

- 7 Artefactos: pesos de tear

- 8 Tecelagem?

- 10 Schubart, H. *et al.* (1969)

- 0. Castro do Penedo

- 0.1 53

- 0.2 C ?

- 1

- 1.1 Estremadura portuguesa

- 1.2 Estremadura, Torres Vedras

- 1.3 Colina

- 2 Menos de 1 ha.

- 3 Calcolítico

- 4

- 4A1 + ?

- 6 Cobre + cerâmica campaniforme

- 7 Artefactos: pesos de tear

- 8 Tecelagem?

10 Spindler, K. & L. Trindade (1970), p. 47

0 Serra das Baútas

0.1 54

0.2 H

1

1.1 Estremadura portuguesa

1.2 Estremadura, Sintra

1.3 Esporão

2 Menos de 1 ha.?

3 Calcolítico

6 Cerâmica campaniforme

10 Arnaud, J. M. & T. J. Gamito (1972); Gonçalves, J. L. M. (1979)

0 Santa Eufémia

0.1 55

0.2 H

1

1.1 Estremadura portuguesa

1.2 Estremadura, Sintra

3 Calcolítico

10 Gonçalves, J. L. M. (1979)

0 Barrigudo

0.1 56

0.2 H

1

1.1 Estremadura portuguesa

1.2 Estremadura, Torres Vedras

3 Calcolítico

10 Kunst, M. & L. J. (1990), pp. 37-38

0 Castro da Boiaca

0.1 57

0.2 H**1****1.1** Estremadura portuguesa**1.2** Estremadura, Torres Vedras**10** Kunst, M. & L. J. Trindade (1990), p. 38**0** Castro da Portuqueira**0.1** 58**0.2** H**1****1.1** Estremadura portuguesa**1.2** Estremadura, Torres Vedras**10** Kunst, M. & L. J. Trindade (1990), p. 48**0** Castro da Fórnea**0.1** 59**0.2** H**1****1.1** Estremadura portuguesa**1.2** Estremadura, Torres Vedras**2** Menos de 1 ha.**10** Gonçalves, J. L. M. (1982); Kunst, M. & L. J. Trindade (1990), p. 46**0** Leceia**0.1** 60**0.2** Ab**1****1.1** Estremadura portuguesa**1.2** Estremadura, Oeiras**1.3** Esporão**2** C. 1 ha.**3** 2.600 - 1.800 a. C. (Neolítico Final - Calcolítico Final)**4****4A2** +**4B1** +**4B1b** +

- 4B1d** +
4B1e +
4B2 +
4B3 Pedra + barro
4B4 “Eira”
4C2 Vários programas arquitectónicos
- 5** I (2.600 - 2.500 a. C. - Neolítico Final); II (2.400 - 2.100 a. C. - Calcolítico Inicial); III (2.100 - 1.800 a. C. - Calcolítico Pleno/Final)
- 6** Cobre + marfim + “ídolos” (de cerâmica e pedra) + cerâmica campaniforme
- 7** Artefactos: pesos de tear. Fauna: ovicaprídeos + suídeos + bovídeos
- 8** Tecelagem
- 9** Sepultura colectiva aberta na rocha (Neolítico Final) a 800 m. do povoado. Cavidade natural com tumulações na base da escarpa onde se encontra o povoado (Calcolítico Pleno).
- 10** Cardoso, J. L. (1989, 1994, 1995)
-
- 0** Vila Nova de S. Pedro
- 0.1** 6l
- 0.2** Ab
- 1**
- 1.1** Estremadura portuguesa
- 1.2** Estremadura, Azambuja
- 1.3** Esporão
- 2** C. 1 ha.
- 3** 2.500 - 1.700 a. C. ?? (Calcolítico Inicial - Bronze Inicial)
- 4**
- 4A2** +
- 4B1** +
- 4B1b** +
- 4B1d** +
- 4B2** +
- 4B3** Pedra + barro
- 4B4** “Forno” [Estrutura de fundição ? ou de cozer cerâmica?] + Poço/cisterna + silos
- 4C2** É provável a existência de vários programas arquitectónicos
- 5** I (2.500 - 2.300 a. C. ? - Calcolítico Inicial); II (2.300 - 2.000 a. C. ? - Calcolítico Pleno); III (2.000 - 1.700 a. C. - Calcolítico Final e Bronze Inicial?)

- 6 Cobre + cerâmica “simbólica” + cerâmica campaniforme + “ídolos” (de cerâmica) + “copos” (cerâmica de exceção)
 - 7 Flora: cereais. Artefactos: pesos de tear. Estruturas: silos + poço/cisterna + estrutura de fundição (?) + forno de cozer cerâmica (?)
 - 8 Armazenagem. Metalurgia? Cozedura de recipientes cerâmicos?
 - 10 Arnaud, J. M. & J. L. M. Gonçalves (1990); Gonçalves, V. S. (1989); Savory, H. N. (1970)
-

- 0 Pedra do Ouro
 - 0.1 62
 - 0.2 G
 - 1
 - 1.1 Estremadura portuguesa
 - 1.2 Estremadura, Alenquer
 - 1.3 Cerro amesetado (esporão)
 - 2 Menos de 1 ha.
 - 3 Calcolítico Final
 - 4
 - 4A1 +
 - 6 Cerâmica campaniforme
 - 10 Schubart, H. (1969)
-

- 0. Alto Quemado
- 0.1 63
- 0.2 F
- 1
- 1.1 Meseta Norte e sua periferia ocidental
- 1.2 Ávila
- 3 Calcolítico Tardio / Final
- 4
- 4A1 +
- 4B1 +
- 4B1b +
- 4B1d +

10 López Plaza, S. (1991)

-
- 0** El Pedroso
 - 0.1** 64
 - 0.2** E
 - 1**
 - 1.1** Meseta Norte e sua periferia ocidental
 - 1.2** Zamora
 - 1.3** "Inselberg"
 - 2** C. de 4 ha. (área de todo o recinto delimitado pela muralha)
 - 3** Calcolítico
 - 4**
 - 4A1** +
 - 4A4** A muralha delimita um recinto ocupado por um povoado e um santuário de arte rupestre
 - 4B1** +
 - 4B1b** +
 - 4B4** "Empedrados" + estrutura circular para moagem
 - 7** Estrutura: relacionada com a moagem?
 - 8** Moagem ?
 - 10** Delibes, G. *et al.* (no prelo)
-
- 0** Castelo Velho
 - 0.1** 65
 - 0.2** B
 - 1**
 - 1.1** Meseta Norte e sua periferia ocidental
 - 1.2** Trás-os-Montes e Alto Douro, V.ª N.ª de Foz Côa
 - 1.3** Remate de esporão
 - 2** menos de 1 ha.
 - 3** C. de 2.400 - 1.500 a. C. ? (Calcolítico Inicial a Bronze Inicial)
 - 4**
 - 4A2** +
 - 4B1** +
 - 4B1b** +
 - 4B1e** +
 - 4B2** +
 - 4B3** Pedra + barro + elementos vegetais

- 4B4** Estruturas para armazenamento
4C2 É provável a existência de vários programas arquitectónicos
- 5 I (2.400/2.300 - 2.250 a. C. - Calcolítico Inicial); II (2.250 -1.800 a. C. - Calcolítico Pleno e Final); III (1.800 - 1.500 a. C. - Bronze Inicial)
- 6 Cobre + cerâmica pintada + cerâmica Cogeces
- 7 Fauna: ovicaprídeos + suídeos + bovídeos. Flora: cereais. Artefactos: moinhos manuais + pesos de tear
- 8 Tecelagem + moagem + armazenagem
- 10 Jorge, S. O. (1993)
-

- 0 Castanheiro do Vento
0.1 66
0.2 B ?
- 1
 1.1 Meseta Norte e sua periferia ocidental
 1.2 Trás-os-Montes e Alto Douro, V.ª N.ª de Foz Côa
 1.3 Esporão
- 3 Calcolítico
- 4
4A2 + ?
- 6 Cerâmica campaniforme
- 10 Jorge, S. O. (1993)
-

- 0 Crasto
0.1 67
0.2 C ?
- 1
 1.1 Meseta Norte e sua periferia ocidental
 1.2 Trás-os-Montes e Alto Douro, Murça
- 3 Calcolítico
- 4
4A1 + ?
- 10 Jorge, S. O. (1993)
-

- 0 S. Lourenço

0.1 68

0.2 D

1

1.1 Meseta Norte e sua periferia ocidental

1.2 Trás-os-Montes e Alto Douro, Chaves

1.3 Esporão e zonas limítrofes

2 C. de 2 ha. (área global presumível)

3 C. de 2.400 - 1.800/1.500 a. C. (?) (Calcolítico Inicial a Bronze Inicial)

4

4A1 +

4A4 Murete + plataformas de contenção em socacos

4B +

4B1b +

4B1e +

4B2 +

4B3 Pedra + barro + elementos vegetais

5 I (2.400-2.200 a. C. ? - Calcolítico Inicial); II (2.200-2.000 a. C. ? - Calcolítico Pleno); III (2.000-1.800 a. C. - Calcolítico Final); IV (1.800 - 1.500 a. C. ? - Bronze Inicial)

6 Cobre + cerâmica "simbólica" (oculada)

7 Moinhos manuais

8 Moagem

10 Jorge, S. O. (1986), pp. 313-408; Jorge, S.O. (1993), p. 195; Jorge, S. O. & P. M. Santos (no prelo)

0 Fortim nº 1 de Los Millares

0.1 69

0.2 B

1

1.1 SE

1.2 Almería, Santa Fé de Mondújar

1.3 Cerro amesetado

2 Menos de 1 ha.

3 C. de 2.400 - 1.800 a. C. (Calcolítico Inicial - Calcolítico Final)

4

4A2 +

- 4A3 +
- 4B1 +
- 4B1b +
- 4B2 +
- 4B3 Pedra + barro + elementos vegetais
- 4B4 Buracos de poste
- 4C2 Foram detectados dois programas arquitectónicos

- 5 I e II

- 6 Cobre + “ídolos” (em osso)

- 7 Flora: cereais. Artefactos: moinhos manuais. Áreas de moagem e transformação de alimentos

- 8 Moagem + metalurgia

- 9 Necrópole de Los Millares

- 10 Arribas, A., *et al.* (1985), pp. 245-261; Chapman, R. (1991), pp. 119-120; Gilman, A. & J. B. Thorne (1985); Molina González, F. *et al.* (1986)